

LUIZ FLÁVIO DE CARVALHO COSTA

NACIONALISMO E ALIANÇAS POLÍTICAS (1954-1958)

Dissertação apresentada ao
Departamento de Ciências So-
ciais do Instituto de Filo-
sofia e Ciências Humanas da
UNICAMP como requisito par-
cial para obtenção do grau
de mestre em Ciência Políti-
ca.

Orientador: Prof.Dr. Paulo Sérgio Pinheiro

CAMPINAS

1976

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

Índice

INTRODUÇÃO	1
I- TEORIA PECEBISTA DA REVOLUÇÃO BRASILEIRA:	
/ O PROGRAMA DO IV CONGRESSO - 1954	17
1. A revolução agrária e anti-feudal	20
2. O imperialismo	24
3. A frente democrática de libertação nacional	30
4. As tarefas do governo democrático de libertação nacional	44
II- MUDANÇA DE ESTRATÉGIA	
1. A campanha eleitoral de 1955	55
2. A plataforma de 4 pontos	71
2.1. A Constituição	74
2.2. Pela paz	76
2.3. Pela defesa das riquezas nacionais	83
3. O nacional-reformismo	87
III- O XX CONGRESSO DO PCUS E O ABALO DA ORTODÓXIA:	
CRISE NO PCB	98
1. O Projeto de Resolução de Outubro de 1956: sobre os ensinamentos do XX Congresso do PCUS ...	102
2. Origens da dissidência	106
3. "Pela renovação e o fortalecimento do Partido", o artigo "herético"	110
4. "Resolução sobre a unidade" ou "decreto de cisão"	124

IV- DISSIDÊNCIA: A CORRENTE RENOVADORA	128
1. "Novos Tempos"	131
2. A etapa da revolução brasileira	133
3. A frente ampla e o problema da hegemonia	137
4. A questão da organização partidária	142
5. O nacionalismo	148
V - REVISÃO DO PROGRAMA	160
1. Na perspectiva do Partido	160
2. Derrubar ou modificar	167
3. As eleições como tática central	172
4. Adesão ao movimento nacionalista	175
CONSIDERAÇÕES FINAIS	189
BIBLIOGRAFIA	192
ANEXO I	205
ANEXO II	209

INTRODUÇÃO

O período que este trabalho enfoca (1954-1958) refere-se a uma conjuntura marcada por cruciais transformações no processo de industrialização brasileira. De fato, assiste-se à primeira fase da implementação do Programa de Metas de Juscelino Kubitschek, processo de planejamento que resultou, em última instância, no salto para um novo padrão de acumulação capitalista. Essa transição está assentada, primordialmente, numa entrada maciça de capital estrangeiro sob a forma de investimentos diretos e no alargamento das funções produtivas do Estado brasileiro, de maneira a constituir um poderoso setor de bens de consumo duráveis, articulado a um setor produtor de bens de produção, onde o Estado passa a se colocar como empresário privilegiado.

No plano político, deve-se lembrar que a ascensão de Juscelino Kubitschek ao poder se deu num período de tensão institucional marcado por sucessivas tentativas de golpe de Estado que, tendo início na crise que se abre com o suicídio de Getúlio Vargas, pontilham os governos de Café Filho, Carlos Luz e Nereu Ramos.

O clima "golpista" acompanha toda a campanha presidencial de 1955, da qual Juscelino Kubitschek sai vitorioso por pequena margem. Sua posse dá-se sob a pressão legalista personificada no Marechal Henrique Teixeira Lott que frustra a tentativa de setores udenistas em impugnar

as eleições, sob o pretexto de que Juscelino Kubitschek não obtivera maioria absoluta.¹

Dentre os eleitores de Juscelino Kubitschek, grupo de forma alguma homogêneo, encontram-se os membros do Partido Comunista Brasileiro (PCB), para quem o presidente eleito representava a garantia de consolidação da constitucionalidade ameaçada e a derrota das forças golpistas.

Ao se investigar o pensamento do PCB no período, pretendeu-se compreender como esse partido, essencialmente antiimperialista, encarou a política econômica do governo Kubitschek e de que forma se posicionou frente a um governo que inicialmente apoiara e cujas opções se revelaram tão frontalmente contraditórias a um projeto antiimperialista. Em síntese, procurou-se apreender a concepção pecebista de nacionalismo na conjuntura do Plano de Metas.

Tentando reconstituir a noção de nacionalismo do PCB chegou-se à polêmica interna do Partido, que se abre com o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), na qual o nacionalismo é tópico central. Essa polêmica resultará na primeira cisão interna do PCB, com a constituição da Corrente Renovadora do Movimento Marxista Brasileiro, facção essa que, como se pretende demonstrar, explicita e leva às últimas consequências a concepção de nacionalismo contida no universo teórico pecebista. Tal concepção, como se verá, está bastante afastada da atu

alidade econômica do período e aponta um nacionalismo vinculado a uma outra linha de preocupações: trata-se de um produto do diagnóstico da sociedade brasileira, calcado na idéia de que a burguesia nacional teria no imperialismo norte-americano e na arcaica estrutura agrária brasileira inimigos potenciais. Dessa maneira, as classes populares poderiam encontrar na "burguesia progressista" um aliado para encetar a primeira etapa da revolução brasileira, definida como antiimperialista e agrária anti - feudal. O nacionalismo, para o Partido, surge exatamente como o discurso de consenso dessa aliança.

Observa-se, no entanto, que a vigilância anti imperialista do PCB está totalmente concentrada na defesa das riquezas minerais, no controle nacional dos serviços básicos e do comércio exterior (locus privilegiado do imperialismo, no pensamento do PCB) e não propriamente no capital estrangeiro efetivamente instalado no país através do Plano de Metas.

Por isso e por abrir mão de um projeto autônomo de classe, através de uma aliança equivocada, a estratégia pecebista, construída sobre o nacionalismo, favorecerá a passagem para o novo padrão de acumulação, minimizando as tensões sociais da conjuntura emergente.

Não é objetivo deste trabalho uma exaustiva análise econômica do período 1954/1958. O que se pretende, ao contrário, é identificar as linhas básicas que tornariam a conjuntura em questão um momento de opção crucial

para a sociedade brasileira. O objetivo é identificar os aspectos principais que compõem a temática do debate em torno da qual o PCB constitui seu diagnóstico e estratégias.

Em primeiro lugar, com a ascensão de Juscelino Kubitschek ao poder, tem início a primeira experiência no campo do planejamento no Brasil. O fato de a política econômica do Governo Kubitschek ser objeto de uma experiência de planificação encerra dois aspectos centrais. De um lado, significa que essa é fruto de uma visão integrada da economia e da sociedade brasileiras², consequentemente visando transformações estruturais que configuram uma determinada opção em direção a um "modelo" de desenvolvimento: o capitalismo associado. De outro, supõe uma reformulação prévia do aparelho de Estado, de maneira a dotá-lo do instrumental necessário à implementação de seus objetivos. Essa reformulação pressupõe não somente a diversificação e aperfeiçoamento dos mecanismos de intervenção sobre a vida econômica, pré-requisito de uma política de incentivos, como o alargamento das funções do Setor Público, agora agente privilegiado na própria área produtiva, como "empresário".

O Plano de Metas abre um novo capítulo na história brasileira na medida em que as profundas transformações, através dele impressas no processo de industrialização, redefinirão os papéis dos agentes principais desse processo (o Estado, a burguesia nacional e o capital estrangeiro) de maneira a alterar radicalmente seu peso político

e econômico. Vejamos, mais de perto, o que significaram essas transformações.

A política econômica encetada pelo Governo Kubitschek promove e executa um salto para uma nova fase da industrialização. Essa salto implica em uma transformação qualitativa da economia, uma vez que conduz o capitalismo brasileiro a um novo padrão de acumulação. Nas palavras de João Manoel Cardoso de Mello, "há (...) um novo padrão de acumulação, que demarca uma nova fase, e as características da expansão delineiam um processo de industrialização pesada, porque esse tipo de desenvolvimento implicou no crescimento acelerado da capacidade produtiva do setor de bens de produção e do setor de bens duráveis de consumo antes de qualquer expansão previsível de seus mercados".³

A análise identifica o processo como o de instalação autônoma dos setores de ponta do Departamento de Bens de Produção e do setor pesado do Departamento de Consumo para Capitalistas.

Na instalação desses dois setores, pode-se supor uma divisão de tarefas entre o Estado e o capital estrangeiro, de maneira que o primeiro se encarregasse de superar os "pontos de estrangulamento" com respeito a investimentos de infra-estrutura que suprissem as necessidades de Capital Social Básico. Além disso, assumiria as funções de empresário naquelas áreas do setor de Bens de Produção que, pela baixa rentabilidade e/ou longa maturação do investimento, não atraíssem o capital privado. Ao

capital estrangeiro ficou reservado o setor-de grande capi-
talização e alta rentabilidade - de produção de bens du-
ráveis de consumo. Ainda segundo Cardoso de Mello, "...
a industrialização pesada tinha escassas possibilidades de
nascer como mero desdobramento do capital nacional e es-
trangeiro empregado nas indústrias leves: nem se dispunha
de instrumentos prévios de mobilização e centralização de
capitais, indispensáveis à maciça concentração de recursos
externos e internos exigida pelo bloco de investimentos pe-
sados, nem se poderia obter a estrutura técnica e financei-
ra dos novo capitais a partir da diversificação da estrutu-
ra produtiva existente. A expansão, portanto, não poderia
deixar de estar apoiada no Estado e no novo capital estran-
geiro, que se transfere sob a forma de capital produtivo.
A ação do Estado foi decisiva, em primeiro lugar, porque
se mostrou capaz de investir maciçamente na infra-estrutu-
ra e nas indústrias de base sob sua responsabilidade, o que
estimulou o investimento privado não só por lhe oferecer e-
conomias externas baratas, mas, também, por lhe gerar de-
manda. A ampliação do gasto público valeu-se, fundamen-
talmente, de formas nada ortodoxas de mobilização de recursos
financeiros (emissões e, até 1959, confisco cambial), uma
vez que não houve qualquer modificação significativa no sis-
tema tributário. Coube-lhe, ademais, uma tarefa essencial:
estabelecer as bases da associação com a grande empresa o-
ligopólica estrangeira, definindo, claramente, um esquema
de acumulação e lhe concedendo generosos favores".⁴

Do exposto, devem ser destacados dois pontos

centrais: o primeiro refere-se ao fato de que as mudanças qualitativas da economia brasileira que se delineiam a partir do Plano de Metas, recorrem ao novo capital estrangeiro. Com efeito, pelo seu vulto e sofisticação tecnológica não poderiam ter ocorrido como desdobramento do capital (nacional ou estrangeiro) já instalado nas indústrias leves. Esse novo capital será predominantemente europeu e, ao nível do capitalismo internacional, representa uma "saída" para o capital europeu, acossado pelo maciço investimento norte-americano na Europa que se inicia com os programas de reconstrução do pós-guerra.

O segundo ponto a ser destacado refere-se ao fato de que o novo capital estrangeiro e o investimento estatal guardam entre si estreita complementariedade. Com isso se quer dizer que a instalação dos novos setores alimenta e reforça a fração já instalada do setor de bens de produção. À medida em que o processo avança, consolida-se, nas palavras de Cardoso de Mello "um mecanismo de retro-alimentação."

Embora a vanguarda do processo esteja em mãos do Estado e do capital estrangeiro, o capital privado nacional encontrará também um espaço de atuação. No setor em que tradicionalmente se instalara (produção de bens de consumo para assalariados) o empresariado nacional se beneficiará do crescimento da massa de salários derivada do crescimento acelerado da economia em seu conjunto. Por outro lado, a industrialização pesada gerará uma demanda

derivada, da qual a pequena e média empresa nacionais se beneficiarão, atralando-se com boa margem de lucratividade à grande empresa estrangeira.

A dinâmica das transformações em curso constitui, portanto, uma íntima solidariedade entre os atores do processo: o Estado, a grande indústria estrangeira e o capital privado nacional. Nada leva a crer na possibilidade, a curto prazo, da existência de contradições irreconciliáveis entre eles.

Um último ponto deve ser considerado. O setor agro-pecuário ocupa um espaço marginal no Plano de Metas (3,2% do investimento total estimado). A estrutura agrária e a baixa produtividade agrícola não aparecem como entraves à acumulação; ou seja, para o tipo de industrialização que se desejava implementar, dirigido ao consumidor de alto poder aquisitivo, não está em jogo o crescimento do mercado interno que uma reforma agrária poderia possibilitar.

Menos ainda se poderia supor que a baixa produtividade agrícola resultasse em pressão pelo aumento de salários urbanos. Ao se considerar efetivamente a possibilidade de uma perda do poder de compra dos salários frente à alta relativa dos preços agrícolas, o sindicalismo populista garante um escasso poder de barganha para a classe operária, que se vê assim impossibilitada, quer de transferir para os salários os ganhos de produtividade, quer de manter o poder de compra dos salários comprometido pelos

altos preços agrícolas.⁵ O novo padrão de acumulação, que se instala em bases largamente oligopolistas e em condições de alta competitividade e fraco poder de barganha da classe operária caracteriza-se pela possibilidade de não dividir nem com o consumidor final, via redução dos preços, nem com a classe trabalhadora, via aumento real dos salários, os frutos do aumento da produtividade industrial. Protegido e subsidiado pela política fiscal e tarifária do Estado, o novo capital estrangeiro encontrará excepcionais possibilidades de investimento no espaço para ele criado pelo Plano de Metas.

Para o estudioso de Ciência Política, essa conjuntura desperta grande atração. Isso porque as alterações econômicas qualitativas que se acabou de referir e que podem ser consideradas como resultantes de uma determinada correlação de forças sociais, serão acompanhadas da reformulação do aparelho de Estado de maneira a criar, no plano político, novos canais de pressão e participação, criando também condições para o estabelecimento de alianças e compromissos entre essas mesmas forças sociais, visando a consolidar e ampliar as conquistas econômicas obtidas. Dessa maneira, paralelamente aos canais clássicos de participação política (sindicatos, parlamento) são criados os Grupos Executivos, diretamente articulados à Presidência de República, por onde passarão as principais decisões de política econômica. O empresariado nacional encontrará, assim, através da participação nos Grupos Executivos e outras instâncias decisórias especialmente

criadas para a implementação da política econômica, como o BNDE, um caminho mais curto para veicular suas expectativas e interesses no sentido de reservar para a iniciativa privada nacional (de forma autônoma ou associada) uma parcela dos benefícios advindos dos investimentos públicos e do novo capital estrangeiro. Assim, mais do que meramente órgãos técnicos, os Grupos Executivos se configurarão como espaços privilegiados de aliança política, uma vez que monopolizarão as decisões de política econômica, relegando a um segundo plano, do ponto de vista decisório, o parlamento.

A reconstituição viva das alianças políticas que se rearticulam na conjuntura estudada deve pois necessariamente incluir o estudo detalhado dos principais canais, através dos quais essas alianças se expressam.

- Os sindicatos, corporativamente acoplados ao Estado, mas também espaço prioritário de atuação das esquerdas e canais de expressão das classes populares;

- o sistema político-partidário em sua expressão parlamentar;

- os novos organismos diretamente vinculados ao Executivo como espaço de alianças entre as classes dominantes;

- às Forças Armadas, enquanto expressão particular das contradições da sociedade global e detentoras de uma potencial arbitragem política.

Essa colocação do problema descreve sumaria -

mente o quadro de preocupações em que essa dissertação se insere e a pesquisa maior da qual ela é o ponto inicial.

Particularizando o primeiro canal (os sindicatos e a visão da esquerda) procurou-se no trabalho reconstituir a concepção construída pelo PCB, a propósito das perspectivas de alianças políticas baseadas em um diagnóstico da sociedade brasileira em que o nacionalismo é considerado como passível de cimentar um compromisso entre as classes populares e a burguesia nacional.

De fato, no plano ideológico, as transformações apontadas se processam no contexto de uma euforia nacionalista. Variantes de nacionalismo emergem dos mais diferentes setores da sociedade, sendo que formulações nacionalistas (ou de caráter nacionalista) constituem temática importante das falas do próprio Juscelino Kubitschek, como pode ser observado em um trecho do discurso proferido em 1º de maio de 1956:

Conto com vosso apoio para realizar a grande obra nacionalista que se impõe.

O nacionalismo que objetivamos é o que se fundamenta em nosso desenvolvimento.

O nacionalismo que convém ao Brasil é o que tende a colocá-lo entre os demais países do mundo em condições de falar de igual para igual, sem nenhuma subserviência, sem nenhum receio, sem nenhum sentimento de inferioridade. Não é nacionalismo o que nos conduz a estender a mão e implorar ajuda. O Brasil não precisa mendigar. Se solicita apoio e colabo

ração de fora, tem também o que oferecer.

Nacionalismo não é paixão fanática, grosseira, deformadora, imoderada, mas consciência nítida e um nobre amor ao seu país, que inspira o desejo de defendê-lo, servi-lo, honrá-lo.

O nacionalismo não é arma política, mas um estado de alma elevado, um sentimento igual ao que os filhos devem dedicar aos que lhes transmitiram a vida.⁶

O nacionalismo assim concebido é, portanto, uma categoria fluida e heterogênea, invocada em nome do engrandecimento nacional, apoiado no desenvolvimento econômico. Como tal, tem pouco a ver com a definição de um confronto com as potências hegemônicas do capitalismo ou com uma posição de desconfiança em relação ao capital estrangeiro. É uma bandeira da situação, catalizadora do apoio popular, uma vez que a experiência da Campanha do Petróleo demonstrara o poder mobilizador de certas palavras-de-ordem de teor nacionalista.

Não é essa, entretanto, a vertente nacionalista que nos ocupa prioritariamente. Preocupamo-nos com o nacionalismo tal como foi sistematizado pelo pensamento da esquerda no período. É sob essa forma que o PCB orientou o seu relacionamento com as massas e suas estratégias mobilizadoras das classes populares. Foi também nesse sentido que o PCB orientou seu relacionamento com o Estado, permitindo-se aproximar dos centros decisórios, obtendo vantagens políticas de curto prazo.

Não se deve esquecer que em meados dos anos 50 o PCB se encontrava bastante debilitado em função dos anos de violenta repressão do governo Dutra. Com efeito, segundo Leôncio Basbaum, "em 1960 seus 180.000 membros de 1946 se haviam reduzido a 10 ou 15.000. Seus oito diários substituídos por um semanário".⁷ Não se deve, no entanto, subestimar a influência do PCB no período. Atuando em algumas posições-chave da estrutura sindical oficial e iniciando a organização das "instituições paralelas"⁸ conservavam grande poder mobilizador.

O nacionalismo concebido pelo PCB associa-se a um projeto de transição socialista para a sociedade brasileira e se formula, fundamentalmente, como antiimperialismo. Curiosamente, porém, e aqui radica a hipótese central deste trabalho, mesmo essa variante do nacionalismo não se configura como uma oposição às medidas de política econômica postas em prática pelo Plano de Metas, no que se refere ao tratamento privilegiado dispensado ao capital estrangeiro. É antes pensado como elemento de consenso que viabilizaria a formação de uma frente democrática de libertação nacional, com o proletariado à frente e o concurso de setores das classes médias e da burguesia nacional. A possibilidade da formação de uma tal frente estaria informada pela existência de contradições profundas entre a burguesia nacional de um lado e o latifúndio, o imperialismo e a grande burguesia, associados, de outro.

Para o PCB, a utilização do nacionalismo como

elemento de consenso significa a busca de um espaço político de atuação, balizado pela possibilidade de adoção de uma estratégia compatível com a legalidade burguesa. Procurar-se-á discutir em que medida a opção por essa estratégia conduziu ou não o PCB a fins diametralmente opostos aos inicialmente pretendidos.

Do ponto de vista do Autor, o encaminhamento adequado dessa discussão não deveria se limitar ao discurso pecebista mas enfocar também, e principalmente, a atuação concreta do Partido tanto no seu relacionamento com as classes populares como com o Estado. É esse trabalho que se pretende realizar a médio prazo. Optou-se, no entanto, como passo inicial de uma pesquisa maior, principiar pelo estudo das verbalizações do Partido no que se refere às alianças políticas e ao nacionalismo, de maneira a tentar desvendar o arcabouço teórico e ideológico que o informa.

As escassas referências à prática concreta do PCB encontradas no decorrer da dissertação devem-se ao fato do trabalho não pretender ser uma análise da atuação do PCB, neste passo da pesquisa, mas apenas uma tentativa de reconstituição crítica de seu discurso veiculado através de algumas de suas publicações.

Deve-se esclarecer, de antemão, que o Autor não pensa que essa explicação venha a eximir o trabalho das falhas na compreensão do discurso que só a referência à prática concreta poderia superar. Quer-se apenas evidenciar que as pretensões deste trabalho são menores do que a riqueza e complexidade do tema podem sugerir.

Notas da Introdução

- 1) São os seguintes, em porcentagens, os escores eleitorais das eleições presidenciais de outubro de 1955: Juscelino Kubitschek, 36%; Juarez Távora, 30%; Ademar de Barros, 26% e Flínio Salgado 8%.
- 2) Para um estudo detalhado do Plano de Metas ver: Octávio Ianni, Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970), Rio: Ed. Civ. Bras., 1971; Celso Lafer, The Planning Process and the Political System in Brasil - a study of Kubitschek's Target Plan - 1956-1961, Cornell: Cornell University, 1970; "O Planejamento no Brasil: observações sobre o Plano de Metas (1956/1961), in Betty Mindlin Lafer (org.) Planejamento no Brasil, SP: Ed. Perspectiva, 1973; Helio Jaguaribe, Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Político, Rio: Ed. Paz e Terra, 1969; Carlos Lessa, 15 anos de política econômica (mimeo.); Maria da Conceição Tavares, "Relações entre distribuição de renda, acumulação e padrão de desenvolvimento" (mimeo)
- 3) João Manoel Cardoso de Mello, O Capitalismo Tardio, Tese de Doutorado, UNICAMP, 1975., pág. 124.
- 4) Idem, págs. 125 e 126.
- 5) A propósito das relações entre a agricultura e a indústria no Brasil ver Antonio de Barros Castro, 7 ensaios sobre a economia brasileira, Forense, 1969; José de Souza Martins, Capitalismo e Tradicionalismo, SP: Pioneira, 1975; Francisco de Oliveira, "A economia brasileira: notas para uma revisão teórica" (mimeo); Sérgio Silva, "Agricultura e Capitalismo no Brasil", in Contexto nº 1, SP: HUCITEC, 1976.
- 6) Juscelino Kubitschek de Oliveira, Discursos, 1957 (Depto. de Imprensa Nacional - Serviço de Documentação da Presidência da República) RJ, 1958 pág. 95.

- 7) Leôncio Basbaum, História Sincera da República, S.P.
Ed. Edaglit, 1962, vol. III, págs. 273 e 274.
- 8) Cf. Francisco C. Weffort, "Origens do sindicalismo populista: a conjuntura de pós-guerra" in Estudos Cebrap nº 4, São Paulo: Edições CEBRAP; "Partidos, Sindicatos e Democracia: algumas questões para a história do período 1945-1964", S.P.: 1974 (mimeo).

I TEORIA PECEBISTA DA REVOLUÇÃO BRASILEIRA:

O PROGRAMA DO IV CONGRESSO - 1954 +

Este trabalho tem como ponto de partida o Programa de 1954, adotado pelo IV Congresso do Partido Comunista, realizado em novembro do mesmo ano. Embora a ênfase da análise se localize nos anos 1956/1958, o recuo torna-se necessário. O Programa de 1954 é a matriz teórica que orienta todo o período: é o primeiro documento desse teor formulado no pós-guerra e constitui uma síntese privilegiada do pensamento pecebista¹, uma vez que pela autoridade de que se reveste (aprovado no primeiro congresso do PCB depois de cassado o seu registro eleitoral), busca analisar de forma completa e detalhada todos os aspectos teóricos e táticos que deverão nortear sua conduta ao longo do período estudado.

Há, é certo, mudanças estratégicas nesse espaço de tempo, cujos limites são, do ponto de vista deste trabalho, a total adesão ao nacionalismo. Porém, já estão contidas dentro dos parâmetros propostos pelo Programa de 1954. A função da luta eleitoral, a composição da frente democrática de libertação nacional, o relacionamento com a situação política mais ampla, são alguns aspectos que, em maior ou menor grau, sofrem uma alteração de peso e tratamento no decorrer do processo. Entretanto, no fundamental, não fogem ao paradigma do Programa e se justificam, no próprio discurso pecebista, como esforços no sentido de

+ Publicado em Problemas, nº 64 (12/1954 a 02/1955).

melhor cumpri-lo.

Ao reunir-se o IV Congresso, o Partido se encontrava sob o impacto da queda de Getúlio Vargas e das intensas manifestações coletivas que a ela se seguiram. Para o Partido, tais manifestações revelaram a potencialidade mobilizadora do getulismo e a necessidade de capitalizar a comoção popular em torno do ex-presidente, re-pensado como uma figura heróica, vitimada pelo imperialismo norte-americano e seus agentes internos. Tal imagem é revelada pelo gesto trágico e o conteúdo surpreendente da carta-testamento. A aproximação com as "massas getulistas" tornara-se um caminho para superar o isolamento político que o Partido experimentara desde a cassação de seu registro eleitoral em 1947, ato de força ao qual respondera com uma atitude de recusa à via eleitoral como caminho revolucionário, propondo o abstencionismo e a derrubada violenta do governo. Em 1954 essa posição é rechaçada e caracterizada como "sectária e esquerdista".

A procura de uma aproximação com as "massas getulistas" com o objetivo de superar o isolacionismo, indica o impasse político em que o Partido se achava colocado desde a conjuntura do pós-guerra.² Ao aceitar as regras do sindicalismo populista estaria destinado a oscilar entre duas alternativas: a busca de um espaço determinado no interior de um espaço tolerado pelo Poder ou o isolamento.

Os custos dessa última alternativa tinham se

revelado excessivos nas eleições de 1950 quando, apesar da recomendação partidária de voto em branco, Getúlio Vargas se elegera com larga base eleitoral popular; abriria-se um fosso entre a cúpula do PCB e sua base.

O Programa de 1954 representa, nesse sentido, uma preocupação em recuperar um espaço político perdido; o espírito dessa reaproximação é a conciliação de classes e seu produto mais acabado, o nacionalismo, se consolidará no final da conjuntura em questão.

A revolução agrária e anti-feudal

... as principais contradições que, no momento atual, se verificam no Brasil são as que contrapõem os imperialistas norte-americanos à maioria esmagadora da nação e, simultaneamente, os restos feudais ao povo brasileiro. Estão, assim, nos imperialistas norte-americanos e nos restos feudais, os principais inimigos do progresso do Brasil, da vida e segurança da grande maioria da nação brasileira. É indispensável, por isso, libertar o Brasil do jugo dos imperialistas norte-americanos e realizar no país as transformações democráticas radicais que ponham fim à opressão causada pelos restos feudais e pelo latifúndio. Essas duas tarefas marcham juntas. Enquanto os imperialistas norte-americanos constituem o principal sustentáculo dos latifundiários, de outro lado, se não for derrotado o poder dos latifundiários e grandes capitalistas, não poderá o domínio dos monopólios norte-americanos ser liquidado no Brasil.

A revolução brasileira em sua etapa atual é, assim, uma revolução democrático-popular, de cunho anti-imperialista e agrária anti-feudal.³

O primeiro ponto a sublinhar refere-se à etapa da revolução. A sociedade brasileira estaria na transição de uma fase semi-feudal⁴ para o capitalismo, e nessas condições o processo revolucionário consistiria em promover a revolução agrária e anti-feudal e substituir o governo "anti-nacional" e "anti-popular" por um governo de libertação nacional. As transformações socialistas, fim último

do PCB, só poderiam ocorrer ao findar-se a etapa de superação dos "restos feudais".

A identificação do "momento atual", na verdade apenas reafirma a tese clássica inscrita no ideário do Partido desde a Internacional Comunista de 1928, que indicava um "modelo" de transição ao socialismo para os países "coloniais, semi-coloniais e dependentes" condicionado à superação de etapas preparatórias, passando necessariamente por uma revolução democrático-burguesa. Sem isso, tinha-se como impossível a edificação do socialismo dada a insuficiência do desenvolvimento industrial. Estão assim adiadas as tarefas referentes à concepção, também clássica, da luta de classes, em favor do enfrentamento com os entraves principais do desenvolvimento econômico, a saber, os restos feudais e o imperialismo. A preocupação com a eliminação dos restos feudais dá a tônica da política agrária do PCB.

Nesse sentido, a atenção recai prioritariamente sobre aquela parcela da população rural sem terra e submetida às diferentes formas de arrendamento (meia, terça), definida como aspirante à propriedade. Ao mesmo tempo se mantém como intocáveis as propriedades dos "camponeses ricos".

... o Programa do Partido não levanta a reivindicação da nacionalização da terra, tem em conta a manifesta vontade da massa camponesa que, em nosso país, reclama, antes e acima de tudo, a distribuição da terra sob a forma de propriedade privada. O Programa levanta ainda, com acerto, todas as reivindicações progressistas dos camponeses e defende com firmeza os inte -

resses de todos os camponeses, inclusive dos ricos, cujas propriedades não devem ser confundidas com as dos latifundiários, mas protegidas contra qualquer violação.⁵

Fica, pois, relegada a um segundo plano, dentro das prioridades do PCB a preocupação com a população agrícola assalariada, uma vez que a reforma agrária que se tem em mente busca o remapeamento do latifúndio em pequenas propriedades privadas e a constituição de um campesinato livre da teia de relações "semi-feudais". O objetivo de tal política agrária seria "atualizar" o desenvolvimento das forças produtivas no campo, tidas como em descompasso com o processo de industrialização. Essa "atualização" é pensada como pré-requisito da expansão industrial.

O latifúndio e os restos feudais e escravistas impedem o livre desenvolvimento da economia nacional e determinam o atraso, a miséria e a pauperização crescente das grandes massas camponesas que constituem a maioria da população brasileira. Por não possuírem terra e serem esmagados pelos restos feudais e escravistas, que permitem aos latifundiários viverem parasitariamente da renda da terra e apoderarem-se de fato da maior parcela da produção, milhões de camponeses vivem em condições humilhantes, não podem desenvolver sua capacidade de produção e seu poder de compra.

(...)Os camponeses arruinados, privados de terra, não podem desenvolver satisfatoriamente a agricultura e a pecuária e assegurar o abaste-

cimento de víveres à população e de matérias-primas à indústria, não têm condições de adquirir equipamentos agrícolas os mais elementares nem de comprar uma quantidade mínima de artigos industriais.⁶

Desenvolver o mercado interno para a indústria e baratear o fornecimento de alimentos e matérias primas tal é o objetivo da reforma agrária proposta pelo PCB.

2. O Imperialismo

Em um outro sentido o problema agrário é considerado crucial para o PCB: o latifúndio constitui a base de sustentação do imperialismo. A associação histórica entre latifúndio e imperialismo, na origem da penetração do capital estrangeiro no Brasil (a economia mercantil-escravista) é transposta para todas as etapas subsequentes do desenvolvimento brasileiro. Não há, portanto, uma concepção dinâmica na abordagem da penetração imperialista no país. Assim é que o "locus" prioritário do capital estrangeiro é identificado, como originariamente, no controle do comércio exterior, na produção e distribuição de energia elétrica e outros serviços básicos e, mais recentemente, na exploração mineral.

Trata-se, na reconstituição histórica feita pelo PCB, de um capital estrangeiro que teria penetrado no país fundamentado no modelo primário-exportador e que viria expandindo suas atividades e áreas de interesse com o objetivo de colonizar o país.

Em poder dos monopólios norte-americanos já estão as nossas maiores riquezas minerais. A United States Steel e a Bethlehem Steel apoderaramse da produção de manganês. A Standard Oil luta abertamente pela posse de nossas jazidas de petróleo. Banqueiros norte-americanos controlam a produção de minério de ferro e a produção siderúrgica de Volta Redonda. Nas mãos da Light e da Bond and Share estão cerca de 90% de toda a produção de energia elétrica (...)

O comércio externo acha-se sob o controle dos imperialistas norte-americanos que nos obrigam a exportar gêneros alimentícios e matérias-primas por preços ínfimos e a pagar preços excessivos pelos artigos industriais que importamos. Os Estados Unidos impedem o Brasil de manter relações comerciais com todos os países e, em prejuízo da economia nacional, assumem a posição de intermediários na venda de nossos principais produtos. Firmas monopolistas norte-americanas detêm diretamente em suas mãos a maior parte das exportações de café e dominam o beneficiamento e o comércio interno e externo do algodão.

O capital norte-americano predomina nos transportes aéreos, controla as ferrovias e ameaça de aniquilamento a marinha mercante nacional. Rockefeller organiza no país grandes empresas agrícolas, que visam a controlar importantes centros produtores e os frigoríficos norte-americanos açambarcam terras e organizam grandes plantações e fazendas de criação de gado. (...)

O capital monopolista norte-americano atua no Brasil como poderosa bomba de sucção, que absorve grande parte da renda nacional e parcela considerável do valor-ouro alcançado com as nossas exportações.

Toda a economia brasileira vai sendo, assim, transformada em simples apêndice da economia de guerra dos Estados Unidos.⁷

Um primeiro aspecto da caracterização pecebista de imperialismo é, assim, sua localização no espaço econômico (o comércio exterior, os serviços básicos e a extração mineral) e o seu caráter monolítico, visto como um continuum sem ruptura. Perde-se, portanto, o sentido dinâmico

das sucessivas etapas de vinculação da economia brasileira com o capitalismo internacional, ao incluir, num mesmo movimento, capitais qualitativamente diferentes, do ponto de vista histórico, como por exemplo aqueles localizados no comércio exterior e na exploração mineral.

O latifúndio teria sido a base histórica da penetração do imperialismo e ainda na atualidade latifúndio e imperialismo são vistos como intimamente associados entre si e cúmplices no interesse pelo atraso e estagnação da sociedade brasileira, ao mesmo tempo causadores e mantenedores dessa situação, agindo de maneira combinada na proteção de seus mútuos e complementares interesses.

Essa concepção pouco nuançada fica bem caracterizada no primeiro subtítulo do informe de Prestes ao Programa em que procura fazer uma síntese histórica do desenvolvimento brasileiro, a partir da Independência:

O povo brasileiro, que se livrou do jugo português em 1822, conquistando, assim sua independência política (...) não conseguiu, no entanto, libertar-se dos restos feudais e dos grandes latifúndios, realizar as tarefas da revolução burguesa. Até 1888 a escravidão negra teve existência legal. A queda da monarquia e a Proclamação da República, se bem que tenham sido elementos de progresso na evolução política do país não modificaram no fundamental o caráter semi-feudal e semi-escravista da sociedade brasileira. Os senhores de escravos e, em seguida os latifundiários e grandes capitalistas (grandes comerciantes e usurários) que governavam o país, facilitaram a penetração do capital estrangei-

ro e, conseqüentemente, a transformação do Brasil em semicolônia, em país dependente das grandes potências capitalistas.⁸

Instala-se assim a ingerência das potências estrangeiras nos assuntos econômicos, políticos, administrativos e militares, apoiando a minoria reacionária e mantendo simultaneamente a sociedade semi-feudal e semi-es-cravista.

Sob essa dupla opressão, dos imperialistas e dos restos feudais, o povo brasileiro - especialmente os trabalhadores da cidade e do campo - tornou-se e torna-se cada vez mais pobre, sofre duramente e é privado dos direitos políticos, vive no atraso, na miséria e na ignorância. Essa situação muito concorreu - e continua concorrendo - para retardar o desenvolvimento do capitalismo.⁹

A situação, sempre segundo o Partido, permanece imutável no seu essencial, com algumas transformações acessórias: o desenvolvimento de uma burguesia nacional débil e de um proletariado urbano relativamente forte.

Um outro dado é agregado ao esboço histórico: a partir dos anos 20 e principalmente depois da Segunda Guerra Mundial o capital norte-americano passa a predominar. Completa-se, dessa forma, o quadro: os principais inimigos são os sócios latifúndio-imperialismo norte-americano.

Essa simplificação histórica, em que todas as contradições são reduzidas a uma só e em que o passado é

reconstituído na forma de um continuum alimenta todas as teses pecebistas e as atualidades são sempre interpretadas à sua luz.

Prosseguindo na exploração da concepção pecebista de imperialismo, observa-se que a expressão imperialismo vem sempre acompanhada da expressão "norte-americano", como vimos. Com efeito, é esse, segundo o Programa, o imperialismo predominante no país e contra o qual se voltam, de maneira exclusiva, os comunistas. Assim, toda a problemática que o imperialismo envolve está reduzida ao enfrentamento com os Estados Unidos e concentrada naqueles setores em que o capital norte-americano efetivamente já se encontra. Em outras palavras, existe uma atitude defensiva e vigilante em relação a esses setores, que deixa o PCB de certa forma adormecido para as posteriores movimentações do capital internacional que, no caso do Plano de Metas, nem eram exclusivamente norte-americanos (ao contrário, os dados acusam um peso significativo do capital europeu¹⁰) e nem se dirigiam preferencialmente para aqueles setores tão ciosamente protegidos pelos comunistas. Mais do que isso, no horizonte ideológico do PCB, quase que se dá boas vindas ao capital não-norte-americano, tática essa concebida como possibilidade de intensificar as contradições entre os Estados Unidos e seus rivais. A citação seguinte demonstra-o:

Concentrando o fogo contra os imperialistas norte-americanos, o Programa leva em conta a grande lição de estratégia e tática leninista

que manda golpear os inimigos um a um e saber convergir o fogo em cada momento contra o inimigo principal e mais poderoso. Como ensina Stalin, não convém jamais sobrecarregar a revolução com todas as tarefas de uma só vez.

Leva-se ainda em conta a atual situação mundial no campo imperialista onde as contradições entre os países capitalistas e deles com os Estados Unidos, como ensina Stalin tendem sempre a crescer. Existem possibilidades reais de utilizarmos tais contradições, desde que saibamos concentrar o fogo no inimigo mais forte - o imperialismo norte-americano e abrir para os demais monopolistas imperialistas a perspectiva de entendimentos e acordos. Torna-se também mais fácil neutralizar os grandes capitalistas brasileiros ligados aos grupos imperialistas rivais dos norte-americanos podendo-se, em condições particulares e temporariamente chegar mesmo a tê-los como aliados na luta contra os monopolistas norte-americanos.¹¹

3. A frente democrática de libertação nacional

A luta contra o latifúndio e o imperialismo de veria ser levada a efeito por uma "ampla frente única e an ti-imperialista- anti-feudal, a frente democrática de li- bertação nacional". A composição dessa frente está funda- mentada no diagnóstico da sociedade brasileira formulado pelo PCB. Ao identificar as contradições dessa sociedade, o Partido constroi um largo espectro de aliados potenciais, tidos como prejudicados pelo poder dos latifundiários e grandes capitalistas, ums e outros cúmplices do imperia - lismo.

Dessa forma, ao lado da clássica aliança operá- rio-camponesa, poderiam alinhar-se outros setores da socie- dade na luta contra o inimigo comum. A visão do Partido so bre a sociedade brasileira é dual: todos aqueles que não são diretamente beneficiados com o imperialismo norte-ame- ricano necessariamente deveriam se agrupar em uma frente de oposição a ele. Por sua vez, os beneficiados, a "minoria re acionária" são exclusivamente os latifundiários e um setor da burguesia, definido genericamente como "grandes capita- listas" pela sua associação com o capital estrangeiro. Os critérios utilizados para a constituição da frente democrá- tica baseiam-se em um "progressismo" imputado, com base em uma "contradição" manifesta ao nível ideológico em alguns casos e ao nível da competição no mercado em outros.

O núcleo central da aliança são os operários e camponeses, cabendo aos primeiros o papel dirigente, tendo como vanguarda o PCB.

... nesta luta libertadora, os operários e camponeses constituem a força principal e indestrutível. A aliança de operários e camponeses é possível e necessária. Os operários ajudarão os camponeses, como aliados, na luta pela terra. Os camponeses ajudarão os operários, como aliados, em sua luta pelo melhoramento radical das condições de vida da classe operária. Esta aliança das forças fundamentais do povo brasileiro decidirá do destino do governo de latifundiários e grandes capitalistas e do regime reacionário que ele personifica. ¹²

Note-se que o elo entre o camponês e o operário é a propriedade e, como já se enfatizou, é a busca pela propriedade privada da terra que motivaria o campesinato à adesão a uma aliança com o operariado, aspiração essa que deveria ser incluída nas reivindicações do operariado urbano pelo seu potencial aglutinador das forças do campo com as da cidade. Além disso, lutar pela posse da terra significa combinar a realização das reivindicações do homem do campo com a preconizada política "anti-feudal", uma vez que as pequenas propriedades nasceriam do retalhamento do latifúndio. Dessa forma, generalizando a pequena propriedade, o Partido pretende superar as atrasadas relações sociais do campo, tidas como impeditivas do livre desenvolvimento da economia brasileira.

O Partido parece não problematizar as conse-

quências de uma política de compromisso generalizado com a pequena propriedade, inclusive em termos de sua precognizada atualização das relações de produção no campo.

Mais do que isso, não especifica estratégias diferenciadas em relação às diversas camadas da população rural e às diversas regiões do país procurando nuançar sua concepção de penetração do capitalismo no campo. As tendências da evolução do capitalismo no campo e sua articulação com o mundo urbano não são levadas em conta em termos não só globais como também regionais, o que teria possibilitado uma visão mais nuançada das possibilidades estratégicas de relacionamento com as populações rurais. Embora o PCB classifique a população rural em diversas categorias - assalariados agrícolas, camponeses pobres, médios e ricos¹³ - não se faz corresponder a cada uma dessas categorias uma estratégia diferenciada.

O objetivo do Partido é um só: a abolição dos "restos feudais" e a entrega da terra em forma de pequenas propriedades privadas, ignorando as contradições especificamente capitalistas existentes no campo. Perde-se, assim, a oportunidade de desenvolver uma estratégia para aquela parte da população rural que, segundo sua ótica, estaria vivendo relações de produção capitalistas: os assalariados agrícolas. Dessa maneira, seleciona como aliado principal na população rural os camponeses submetidos às diferentes formas de arrendamento, para quem suas propostas políticas teriam algo a oferecer, a propriedade privada da terra.

À essa aliança fundamental - operário-camponesa - deverão se unir também outros setores da sociedade:

Para substituir o governo de latifundiários e grandes capitalistas pelo governo democrático de libertação nacional, à aliança de operários e camponeses unir-se-ão os intelectuais, cientistas, escritores, artistas, técnicos, professores, pessoas de todas as profissões liberais que também sofrem com a situação do país e não querem ser escravos dos colonizadores norte-americanos. Unir-se-ão aos operários e camponeses por idênticos motivos os empregados no comércio, nos escritórios e nos bancos, os funcionários públicos, as pessoas que trabalham por conta própria, os sacerdotes ligados ao povo, bem como os soldados, marinheiros, cabos, sargentos e oficiais das forças armadas. À essa aliança de operários e camponeses, unir-se-ão os artesãos e os pequenos e médios industriais e comerciantes, que sentem as consequências de desastrosas do domínio norte-americano e da política de traição nacional do governo de latifundiários e grandes capitalistas, unir-se-ão ainda parte dos grandes industriais e comerciantes que também sentem a concorrência dos imperialistas norte-americanos e sofrem os efeitos da política, econômica e financeira desse governo.

Em torno da grande aliança de operários e camponeses cerrarão fileiras, portanto, todas as forças progressistas do Brasil, sem quaisquer diferenças de situação social, de filiação partidária, de crenças religiosas ou tendências filosóficas, todos os democratas e patriotas que desejam uma pátria livre e poderosa.¹⁴

A frente democrática de libertação nacional, portanto, procura uma ampla e heterogênea coalização cujo elemento de consenso é apenas um: a oposição ao imperialismo norte-americano e seus agentes internos. Como se vê, há um pressuposta fundamental por trás da viabilidade de uma tal aliança - a existência de um real antagonismo entre esses elementos e o imperialismo. Sobressai, no interior da coalizão pretendida, a presença angular da burguesia nacional, a um só tempo tolhida pelo imperialismo e pelo latifúndio. Essa burguesia é, na verdade, concebida como impedida de prosperar em seus negócios mediante uma visão de imperialismo estreitamente associada à idéia de atraso e estagnação econômica. Distinguem-se, no interior da burguesia, dois campos:

A burguesia brasileira encontra-se hoje dividida em dois grupos distintos. Um deles é formado pelos grandes capitalistas estreitamente ligados aos latifundiários e que servem diretamente aos interesses de um ou de outro grupo de monopolistas estrangeiros, particularmente norte-americanos. Constituem eles minoria insignificante pelo seu número, porém poderosa.

O segundo grupo é constituído pela parte restante da burguesia brasileira, denominada pelo Programa, com acerto, de burguesia nacional, e que reflete principalmente os interesses da indústria nacional.¹⁵

A presença da burguesia é, como se disse, angular, porque ela é um aliado pensado como estreitamente identificado com os objetivos do Partido nessa etapa de-

terminada na medida em que se opõe aos mesmos adversários:

Esta parte da burguesia brasileira (a burguesia nacional) necessita evidentemente da ampliação do mercado interno, da proteção contra a concorrência dos produtos importados, tem seus interesses afetados pela opressão imperialista, disputa com os monopólios imperialistas por uma maior parcela na exploração das riquezas naturais do Brasil e da força de trabalho barata existente no país. Se bem que não seja capaz de romper por completo suas ligações econômicas com o imperialismo e os latifundiários, sente-se oprimida por ambos, opõe-se a ambos e, deste ponto de vista, pode participar do movimento revolucionários antiimperialista e anti-feudal.¹⁶

É curioso observar como o discurso do PCB parece estar diretamente endereçado à burguesia nacional por ele idealizada. Com efeito, apesar da insistência verbal sobre a questão da hegemonia proletária, do ponto de vista da lógica interna do discurso pecebista, nenhuma outra classe, ou fração de classe, nem mesmo o operariado, sentiria tão intensamente os entraves impostos pelo latifúndio e o imperialismo. Assumir as tarefas de uma burguesia politicamente acéfala, tal deveria ser o papel de um partido que buscava um espaço político de atuação no interior do espaço burguês. Trata-se de uma política coerente com o diagnóstico do PCB de uma etapa democrático-burguesa da revolução na qual ficariam adiadas suas tarefas propriamente radicais. Ficaria adiado também, conseqüentemente, o enfrentamento burguesia-proletariado em nome do cumprimento da etapa pre-

paratória da revolução socialista brasileira. Livre do jugo norte-americano, viabilizado o desenvolvimento econômico, o Brasil passaria da área de influência belicista e extorsiva dos EUA para o campo dos países defensores da paz e do socialismo. Assim estariam abertas as possibilidades efetivamente revolucionárias para a transição socialista.

Para tornar a burguesia nacional sua credora, segundo a lógica do discurso, o Partido deveria ter o monopólio ideológico da defesa dos interesses burgueses. A viabilidade de uma adesão burguesa ao Programa de 1954 está condicionada ao vazio de liderança do empresariado nacional que, acuado, seria forçado^a a compor-se ao lado das forças populares.

A burguesia nacional, política e economicamente débil, não é capaz de levantar a bandeira da democracia e da independência nacional. Sob a pressão crescente dos monopólios imperialistas em luta pelo lucro máximo e que exigem sempre a capitulação total da burguesia nacional, esta vacila, procura soluções de compromisso com o opressor estrangeiro. Nesse processo e visando reforçar sua posição em relação aos imperialistas, procura a burguesia nacional obter o apoio da pequena burguesia e, em parte, igualmente da classe operária. Como o despertar político da classe operária torna isso cada vez mais difícil, volta-se a burguesia nacional para as grandes massas camponesas que não pode, no entanto, arrastar para o seu lado senão precariamente. As massas camponesas não poderão ter sua situação melhorada sem uma revolução agrária radical e a

burguesia nacional teme qualquer reforma e até mesmo a simples formulação de semelhante reivindicação. Tudo isso revela a fraqueza política e econômica da burguesia nacional que, diante do movimento revolucionário antiimperialista e anti-feudal em avanço, da força crescente da aliança operário-camponesa, da alternativa de tomar uma posição de traição aos interesses nacionais, de capitular por completo diante do opressor estrangeiro, ou de participar da revolução, conquistar suas reivindicações mais sentidas, não poderá objetivamente deixar de tomar pelo caminho da participação na luta ao lado da classe operária, dos camponeses, da pequena burguesia e da intelectualidade.¹⁷

O Partido coloca-se então alerta contra qualquer competidor ideológico que possa oferecer uma alternativa à burguesia nacional sem que essa se comprometa com as forças populares. Em última instância, apesar de declarações moderadas com relação às correntes "progressistas" de opinião, o Partido terá nesse momento que concentrar seus ataques nas formulações nacionalistas originadas fora de suas fileiras, formulações essas que ele agrupa sob a consignação genérica de nacional-reformismo. É assim que as atitudes do Partido podem parecer, e efetivamente o são, contraditórias. Ao mesmo tempo em que se dispõe a marchar ao lado de todos os "progressistas", dirige uma virulência inusitada em direção à formulações que lhes são surpreendentemente próximas, como bem ilustra a polêmica entre Luís Carlos Prestes e Elias Chaves Neto, que mais tarde ter-se-á ocasião de comentar.

O governo brasileiro, sob a presidência de Café

Filho, será caracterizado como representante do regime de latifundiários e grandes capitalistas vendido aos interesses norte-americanos e extremamente antipopular. Tal representação se deve à complementação de interesse entre os latifundiários, grandes capitalistas e o imperialismo, baseada no objetivo comum de manter os "restos feudais" e o "atraso" do país, o que permitiria prosseguir na política espoliativa e belicista:

Os latifundiários e grandes capitalistas voltam-se para os imperialista norte-americanos porque sentem medo crescente do povo. Através do atual governo e com o apoio dos dólares e das armas dos Estados Unidos, querem defender seus privilégios e impedir o progresso do Brasil. Apoiados nos imperialistas norte-americanos, condenam o nosso povo à miséria e à escravidão e a nação ao estancamento, ao atraso crescente e à decomposição. 18

A preocupação com o binômio imperialismo norte-americano^{no} guerra é constante e perpassa todo o Programa de 1954, formulado sob o impacto da guerra da Coréia e da possibilidade de generalização do conflito com a participação brasileira. Um conflito como esse oporia a URSS aos EUA, e o PCB repudia a hipótese de, num confronto, o povo brasileiro vir a se colocar como inimigo das forças socialistas. Acresce-se o fato de que a guerra, para o Partido, iminente, seria onerosa para o país e para a economia popular e só interessaria (no plano nacional), aos "latifundiários" e grandes capitalistas que "desejam uma nova guerra mundial, com a esperança de obter grandes lucros pela venda de matérias-

primas e gêneros alimentícios por preços exorbitantes e ganhar milhões nesse negócio sangrento". 19

Não aparecem claramente nas formulações do Programa as conexões histórico-estruturais da situação diagnosticada. Ou seja, todo o poder destruidor e lesivo do imperialismo associado a seus agentes internos resume-se na persistência de uma "minoría reacionária" que encontra guarida no governo de Café Filho. Não há reconhecimento de fontes de legitimidade para a sustentação desse poder. No seu "Informe ao IV Congresso" L.C.Prestes assim se refere ao governo de Café Filho:

A ditadura dos generais fascistas não tem base de massas, é instável e luta com dificuldades crescentes para consolidar-se no poder. A minoría reacionária em que se apoia treme diante da possibilidade de qualquer luta do povo. 20

Assim, se a situação é concebida drástica e inquietante, seu poder se sustentação é, em contrapartida, dado como mínimo: trata-se de derrubar o governo de Café Filho ou qualquer governo similar que o suceda, que junto cairá a "minoría reacionária", substituindo-o um "governo de salvação nacional" liderado pela "frente democrática de libertação nacional". Como se vê, e pensando apenas na lógica interna do Programa, ao lado do dimensionamento do adversário, concebido como forte mas contraditoriamente enfrentado como frágil, aparece a proposta de derrubá-lo. O imperialismo é visto não como a própria forma de existência do capitalismo contemporâneo, mas como fruto da vigência de governos entreguistas como o de Café Filho.

O sr. Café Filho é um simples joguete nas mãos dos generais, brigadeiros e almirantes, que agora lideram a minoria de traidores da pátria e realizam, sob o controle imediato da Embaixada norte-americana, a política de total colonização do Brasil pelos Estados Unidos. Seu governo não passa de uma ditadura de latifundiários e grandes capitalistas a serviço dos monopólios e dos incendiários de guerra norte-americanos.²¹

Derrubar o governo de latifundiários e grandes capitalistas e substituí-lo por um "governo democrático de libertação nacional", tal é a tarefa da frente ampla. Para o Partido esse objetivo significa transformar a composição de classes no poder e não simplesmente substituir homens no governo. A transformação prevista se dará em bloco, ou seja, haveria a substituição de um tipo de coalizão de classes por outro, sem que nesse processo o impulso transformador carregasse consigo remanescências do passado. O novo governo deveria nascer livre de elementos ligados ao antigo governo e se constituiria na expressão verdadeira e absoluta de todos os oponentes do imperialismo e dos "restos feudais".

A frente democrática de libertação nacional deveria então forjar todas as formas de luta para derrubar o governo e substituí-lo. Esse apelo tem um sentido de urgência e não parece suportar gradualismo, onde a classe operária indica o "caminho da luta como a única saída para a situação de miséria crescente e de escravização que a todos aflige"²² No entanto, o Programa não se detém no detalhamento das estratégias a serem utilizadas para a derrubada

do governo. Se a frente democrática surge como a única força capaz de promover a substituição de governo, os meios dessa promoção, por sua vez, são vagos e imprecisos. A formação da frente democrática parece se transformar na própria estratégia. Restaria aos militantes, no decorrer do processo, descobrir as formas de luta que "variam segundo as circunstâncias. Entre os operários são de uma maneira, entre os camponeses são diferentes das que devemos usar entre as camadas da pequena burguesia e da burguesia nacional".²³ Haveria uma flexibilidade tática envolvendo a utilização das mais variadas formas de ação:

 Ou mais claramente, devem ir das mais elementares às mais amplas, das de baixo nível às de alto nível, da unidade de ação à unidade orgânica, da unidade da classe operária e da aliança operário-camponesa à unidade com a burguesia nacional, dos abaixo-assinados às greves, das greves parciais às greves gerais, dos protestos às demonstrações de rua, das lutas eleitorais à luta armada. Todas essas formas de frente única e de ação de massas devem ser como afluentes que desembocam num mesmo rio - a frente democrática de libertação nacional e as lutas revolucionárias pela derrubada do governo.²⁴

No contexto do Programa, mesmo sem uma explicação maior, todas as formas de luta são consideradas válidas, mas existe uma preferência pela "tática de pressão", uma vez que a derrubada do governo é a tarefa urgente. É nesse sentido que a luta eleitoral ocupa um papel secundário no rol dos meios de ação. Ela é enfatizada como oportunidade de aproximação entre o Partido e as massas; conseqüentemente

também como oportunidade de educação e organização das massas - mas subestimada como caminho revolucionário em si mesma.

Não será espontaneamente que o governo de latifundiários e grandes capitalistas entregará o poder. Não será tão-pouco por meios de golpes militares ou de Estado, de reformas parciais ou eleições (...) que faremos desaparecer o atual regime (...). As eleições devem ser aproveitadas em nossa luta libertadora para educar e organizar as massas, explicar ao povo o Programa do Partido, desmascarar o papel traidor dos reacionários, defender os direitos democráticos do povo e apoiar as reivindicações econômicas e políticas dos operários e camponeses, fortalecer a frente única, mas não podem expressar a vontade das grandes massas...²⁵

É importante frisar, na altura da formulação do Programa, a posição frente à Constituição e às eleições, porque são pontos em torno dos quais se farão flexões táticas ao longo do período estudado. Em 1954 a Constituição é definida pelo Partido como um "código de opressão contra o povo" ou como "máscara para tentar ocultar o caráter tirânico do Estado", embora admitindo-se lateralmente que contenha conquistas democráticas. Seu caráter reacionário se exprimiria na garantia do monopólio da terra aos latifundiários (impossível desapropriar sem indenização), garantindo simultaneamente à minoria exploradora e oprimida o poder político. Além disso, torna as eleições uma farsa ao negar direito de voto e de elegibilidade aos analfabetos (mais da metade da população'), aos soldados e marinheiros, além de vetar a participação do PCB no processo eleitoral. Mais

ainda, "com o monopólio dos meios de propaganda pelos grandes capitalistas e latifundiários a serviço dos imperialistas norte-americanos, só há liberdade efetiva de propaganda para os candidatos dos ricos" e conclui-se que "embora as eleições devam ser aproveitadas pelo povo em sua luta, elas não passam, nestas condições, de uma farsa para tentar esconder o caráter despótico do atual regime!"²⁶

4. As tarefas do governo democrático de libertação nacional +

As tarefas a serem cumpridas pelo governo democrático de libertação nacional indicam a crença, por parte do PCB, na viabilidade de um desenvolvimento capitalista independente para o país. Noutras palavras, pretende-se acelerar o processo de industrialização deixando intocadas as bases capitalistas, ao mesmo tempo obtendo uma radical desvinculação com o capital e influência política norte-americanos. Essa medida, embora ocupe um lugar destacado entre as projeções pecebistas, parece um tanto afastada de uma realidade concreta. Pondo de parte sua viabilidade ou não como projeto econômico, no plano político-ideológico internacional a partilha mundial do pós-guerra colocava a América Latina como zona de influência inquestionável dos Estados Unidos. Em termos políticos, seria altamente improvável uma ruptura radical com os Estados Unidos associada à manutenção do capitalismo. Nesse sentido é que o PCB, em muitos outros aspectos moderado e cauteloso, propõe com relação ao imperialismo norte-americano o confisco de seus capitais e empresas atuantes no Brasil, além da anulação dos tratados e acordos considerados lesivos aos interesses nacionais, demonstrando uma falta de senso de proporção entre

+ Achou-se conveniente reproduzir o item III do Programa uma vez que ele constitui o que mais se aproxima de um projeto sistematizado do PCB. O leitor, assim, encontrará em anexo, no final da dissertação, as tarefas que o governo democrático deveria levar a efeito para constituir a primeira etapa da revolução brasileira.

o "inimigo poderoso" e a proposta de tratamento de combate frente a esse mesmo inimigo. Por outro lado, o alijamento do capital norte-americano não significa qualquer pretensão autárquica para a economia brasileira. Ao contrário, fortalecido com as empresas e capitais confiscados, deveria então o Estado altamente produtor nuclear o capital privado nacional e atrair o capital estrangeiro não norte-americano para a implementação da industrialização brasileira intensiva.

As atuais empresas estatais, juntamente com os capitais e empresas confiscados ao imperialismo norte-americano e aos elementos traidores da burguesia brasileira, constituirão a base econômica para o novo regime. Se bem que no regime democrático popular o setor da produção mercantil pequeno burguesa e o setor do capitalismo privado venham a se constituir parcelas importantes da economia nacional, já que a revolução não tocará nas raízes do capitalismo e a revolução agrária, com o confisco e a distribuição da terra aos camponeses, dará grande impulso à pequena produção capitalista no campo, o setor estatal da produção de caráter socialista, ajudado pelo setor do capitalismo de Estado, será suficientemente poderoso para garantir o desenvolvimento do país de acordo com os interesses e as aspirações das grandes massas populares. Com semelhante base econômica o regime democrático popular poderá atrair o capital privado nacional e estrangeiro, a fim de dar mais rápido desenvolvimento à economia nacional e acelerar no país o preparo das condições de industrialização intensiva.²⁷

Livrar-se do imperialismo norte-americano e estabelecer a base econômica descrita acima, nisso reside o impulso inicial do progresso e do desenvolvimento nacional independente. Como já se observou, o desenvolvimento nacional independente tem como pré-requisito, na ótica pecebista, a libertação da burguesia nacional das amarras que a impedem de exercer plenamente o papel histórico que lhe é destinado. Identificadas tais amarras no imperialismo norte-americano e na estrutura agrária, o conteúdo mais substantivo do Programa é aquele que se refere à criação de condições propícias à atuação da burguesia nacional e a reforma agrária. No primeiro caso, assumindo a concepção da debilidade da burguesia, propõe um Estado acrescido de seu poder interventor sobre a economia. Seria o Estado, portanto, o elemento-chave na constituição de um espaço econômico protegido para a indústria nacional. Além de se responsabilizar pelo enfrentamento radical com os EUA, o Estado deveria também cercar a indústria nacional de favores e cuidados, protegendo-a contra a concorrência e facilitando-lhe a obtenção de bens de capital e matérias-primas. Seria ainda o Estado o responsável pela elaboração de uma política de atração de capitais estrangeiros não norte-americanos, delimitando-lhes o campo de atuação e submetendo-os a rigorosa regulamentação, de tal forma que se integrassem na economia brasileira sem o caráter espoliativo do capital norte-americano até então existente no país. Supõe-se que caberia ao Estado neutralizar as pretensões monopolistas inerentes aos capitais estrangeiros, mantendo-os sob rígido controle.

Não se resume ao acréscimo do poder ordenador sobre a vida econômica a metamorfose estatal proposta pelo PCB; deveria ainda atuar de maneira decisiva como produtor direto de bens e serviços subsidiários à iniciativa privada. Para tanto, além de reservar para si certos setores fundamentais da produção, como o petróleo, siderurgia, produção e distribuição da energia elétrica, teria seu poder econômico aumentado com a assimilação das empresas americanas confiscadas. Localizado estrategicamente na vida econômica, o Estado consolidaria definitivamente a tarefa ordenadora a ele atribuída.

No segundo caso, completando o ciclo de transformações a serem operadas, implementar-se-ia uma reforma agrária limitada, cuja tônica central é, como já se disse, o fortalecimento da pequena propriedade à custa do latifúndio. Essa reforma implicaria na supressão das formas "semi-feudais" de arrendamento ao mesmo tempo em que subsidiaria o produtor rural com técnicas, adubos, sementes, etc., objetivando o aumento da produtividade.

O resultado global dessas transformações seria a elevação geral do nível de vida da população urbana e rural. Ou seja, a libertação do imperialismo e dos "restos feudais" acarretaria a eliminação das causas da miséria, do atraso e da ignorância.

A leitura dos 46 itens do Programa referente às propostas objetivas deixa claro o endereço da política planejada. O Partido reserva suas propostas mais concretas para o atendimento dos supostos interesses da burguesia na

cional na superação de seu impasse. É assim que apenas a burguesia e os camponeses parecem ter efetivamente algo a ganhar de concreto com a política pecebista, a curto e médio prazos. Mesmo nesse caso deve-se lembrar que a própria proposta de redistribuição da terra na forma de propriedade privada, "anseio geral da população do campo", está subordinada, em última instância, à remoção dos obstáculos ao livre desenvolvimento da indústria brasileira e, além disso, não se realiza prioritariamente em favor dos assalariados agrícolas, uma vez que a propriedade, organizada sob relações de produção capitalistas, não seria objeto de reforma.

Quanto ao operariado e aos assalariados em geral é reservada uma parcela bastante marginal da política a ser efetivada a médio prazo. O Programa não propõe qualquer avanço político para a classe operária e, mesmo no sentido social e econômico, as propostas sugerem moderação.

O tratamento do novo governo com relação à classe operária se limita à manutenção e operacionalização da legislação social vigente (jornada de oito horas, salário igual para igual trabalho, aposentadoria, pensão) com pequenos avanços: auxílio desemprego, abolição de multas, contratos coletivos de trabalho, extensão da legislação social ao campo e paridade salarial aos assalariados agrícolas com relação aos operários não especializados. 28

Ao nível da coerência interna do Programa é legítimo questionar o real significado da hegemonia operária defendida pelo Partido. Na verdade, observa-se que o operaria

do deveria contentar-se com os benefícios econômicos e sociais decorrentes de uma política voltada para os interesses imputados da burguesia nacional. Numa concepção peculiar da dinâmica capitalista, o Partido idealiza um modelo de desenvolvimento, inquestionavelmente capitalista, em que todas as classes poderiam se beneficiar como se todas as características do modo-de-produção pudessem ser atribuídas à nefasta ingerência imperialista norte-americana nos negócios nacionais. Torna-se assim compatível a industrialização capitalista acelerada com bem-estar para todos, a partir da derrota do imperialismo. Não fica difícil supor que está aqui subjacente a concepção de um Estado cujo único conteúdo inerente é a defesa dos gerais interesses da nação, representante dos interesses comuns, coletivos, de resto absolutamente estranho ao universo teórico marxista.

Mantendo-se ainda estritamente ao nível da lógica interna do Programa, fica difícil compreender se a burguesia nacional deveria ser ganha para um projeto proletário ou se, mais convincentemente, o proletariado é que deveria abrir mão de qualquer projeto autônomo de transformação social em favor da adesão a um suposto projeto burguês, contentando-se com vantagens residuais decorrentes do fortalecimento da burguesia nacional.

Notas do capítulo I

- 1) Os principais conteúdos teóricos do Programa de 1954 se encontram, em traços gerais, inscritos no pensamento do PCB desde a década de 20. Cf. Caio Prado Junior, A Revolução Brasileira, São Paulo: Editora Brasiliense, 1966. (Especialmente o 2º capítulo, "A teoria da revolução brasileira").
- 2) Cf. Francisco C. Weffort, "Origens do sindicalismo populista: a conjuntura de pós-guerra", in Estudos Cebrap nº 4, São Paulo: Edições Cebrap.
- 3) Luiz Carlos Prestes, "Informe de balanço do Comitê Central do PCB ao IV Congresso do Partido Comunista do Brasil" in revista Problemas nº 64, dezembro de 1954 a fevereiro de 1955. Número dedicado ao IV Congresso do PCB, realizado de 7 a 11 de novembro de 1954, pág. 57
- 4) Não se ocupou neste trabalho em desenvolver a discussão em torno na existência ou não do feudalismo no Brasil. Para tanto ver os trabalhos de Caio Prado Junior, especialmente seus artigos na "Revista Brasiliense" e a Revolução Brasileira, op. cit.
- 5) Luiz Carlos Prestes, "Informe de balanço...", 1954, pág. 61.
- 6) idem, pág. 60
- 7) "Programa do Partido Comunista do Brasil" in Problemas nº 64, págs. 22 e 23.
- 8) Luiz Carlos Prestes, "Informe de balanço...", 1954, pág. 56.
- 9) idem pág. 56
- 10) Sobre os investimentos realizados no Brasil entre 1956 e 1961 assim se refere J.M. Cardoso de Mello: "Naturalmente, a presença da grande empresa estrangeira não se explica apenas pela existência de excelentes oportunidades de in-

versão a serem colhidas, mas, também, em última instância, pela própria dinâmica da competição oligopólica nos países centrais, cujo ponto de chegada consistiu, como se sabe, na conglomeração financeira e na expansão oligopólica a escala mundial.

Esta nova e mais avançada forma assumida pelo processo de internacionalização do capital manifestou-se, num primeiro momento, pela penetração das empresas norte-americanas no Canadá, na Inglaterra e na Europa continental, no bojo dos programas de reconstrução do post-guerra. As amplas vantagens tecnológicas e financeiras que gozavam, ameaçavam a estabilidade de suas congêneres européias, que foram obrigadas a aceitar o desafio, levando-o, inclusive, a um terreno que talvez lhes fosse mais propício. Explica-se, deste modo, a preponderância da entrada do capital europeu e o relativo desinteresse da grande empresa norte-americana, mais preocupada, então, em ocupar os mercados centrais (europeus) mais sólidos e promissores, onde a sua participação era, ainda, relativamente pequena." J.M. Cardoso de Mello, O capitalismo tardio, tese de doutoramento, Unicamp, 1975.

11) Programa do PCB, in Problemas 64, pág. 21.

12) idem pág. 44

13) A "Voz Operária" nº 368 de 02/06/1956 na seção Explicando o Programa, "As classes e as camadas sociais no campo em nosso país", relaciona: 1º assalariados agrícolas - Constituem o proletariado rural, fazem parte da classe operária e devem ser organizados em sindicatos. Vivem da venda da sua força de trabalho em troca de salário, não cultivando a terra por conta própria. São contratados por temporada ou jornada e constituem mais de 3,5 milhões de trabalhadores. Encontram-se na lavoura de cana do recôncavo baiano, cacau no sul baiano, arroz no R.G.do Sul, cana e café da mogiana etc.; 2º semi-proletários - Ganham o sustento em parte como assalariados nas fazendas ou em fá

bricas e em parte como camponeses que cultivam a terra própria ou arrendada. Exemplo: agregados ou moradores das fazendas. Tem o direito de certa época do ano de saírem e se empregarem. A outra parte do ano exploram a terra pela meia, etc. Em muitos casos o que caracteriza os semi-proletários é o fato de que ao mesmo tempo em que são assalariados, estão submetidos ao fazendeiro por uma espécie de dependência pessoal, e são obrigados a prestar serviços gratuitos; 3º camponeses pobres - cultivam uma porção de terra muito reduzida que é de sua propriedade ou arrendada. Portanto, há camponeses pobres com e sem terra e caracterizam-se também por não poderem contratar assalariados. A grande maioria dos camponeses pobres não possui terra e constitui a grande massa de meeiros, terceiros, etc., que trabalham a terra com sua família; 4º camponeses médios - podem ou não ser proprietários da terra que cultivam, sustentam sua família e em certos casos contratam assalariados. A grande parte é constituída por meeiros e outros tipos de arrendatários ou posseiros. Embora por vezes contrate assalariados, o fator decisivo é o seu trabalho e de sua família; 5º camponeses ricos - são os patrões capitalistas da agricultura que cultivam a terra contratando, como norma, vários assalariados. Os camponeses ricos são ainda camponeses em virtude de seu nível cultural pouco elevado, do seu modo de viver, e do seu trabalho pessoal, manual, em sua exploração agrícola. Uma característica peculiar do Brasil é o fato de que uma parte dos camponeses ricos é constituída de arrendatários e de posseiros, aspirando, por isso, à propriedade da terra. A parte decisiva da renda dos camponeses ricos não vem do seu trabalho pessoal, mas da exploração de trabalhadores assalariados; 6º os latifundiários - são os grandes proprietários, parasitas que não trabalham na terra ou os que realizam apenas um trabalho suplementar e vivem fundamentalmente da renda da terra, da usura e da brutal exploração das massas camponesas. São restos da classe dos senhores feudais, perfeitamente dispensáveis no processo da produção.

- 14) Programa do PCB, Problemas 64, págs. 44 e 45.
- 15) Luís Carlos Prestes, "Informe de balanço ...", in Problemas, 64 págs. 61 e 62.
- 16) Idem, pág. 62.
- 17) Idem, págs. 62 e 63.
- 18) Programa do PCB, Problemas 64, pág. 31.
- 19) Idem, pág. 31.
- 20) Luís Carlos Prestes, "Informe de balanço ...", in Problemas 64, pág. 55.
- 21) Idem, pág. 53.
- 22) Programa do PCB, Problemas 64, pág. 44.
- 23) Diógenes Arruda, "O Programa do Partido Comunista do Brasil - bandeira de luta e da vitória" - Informe apresentado em nome do CC ao IV Congresso do PCB, in Problemas 64, pág. 143.
- 24) Idem, pág. 143.
- 25) Idem, pág. 119.
- 26) Programa do PCB, Problemas 64, pág. 32.
- 27) Luís Carlos Prestes, "Informe de balanço...", in Problemas 64, pág. 64.

28) Para a discussão da política do PCB com relação à população rural, ver Caio Prado Jr., A Revolução Brasileira, especialmente os capítulos II e III, onde o autor analisa a pequena atenção dedicada pelo Partido à sindicalização dos assalariados, demonstrando o custo político que teria acarretado essa posição.

II MUDANÇA DE ESTRATÉGIA

1. A campanha eleitoral de 1955

O Programa de 1954, formulado sob o impacto da morte de Getúlio Vargas, colocava na derrubada do governo de "traição nacional" de Café Filho a tarefa principal e imediata a ser cumprida pela frente democrática de libertação nacional. Nesse contexto, a luta eleitoral, embora considerada instrumento importante de mobilização popular e de aproximação com as massas, não é assumida como via transformadora do poder. Da mesma forma, a Constituição é vista como "código de opressão", sendo que dentre as tarefas do "governo democrático" proposto se encontra uma reforma constitucional.

Entretanto, os acontecimentos que se seguiram, configurando um clima golpista que percorre os governos Café Filho, Carlos Luz e Nereu Ramos, conduzem o Partido a flexões táticas. Perspectivas de interrupção do processo constitucional apresentavam-se com constância, partindo de setores que não podiam ser ignorados. As eleições presidenciais de 1955 estavam seriamente ameaçadas, apesar de algumas candidaturas já terem surgido e sido homologadas. Em janeiro de 1955 Café Filho transmitia, pela televisão, um apelo dos chefes militares pela "união nacional" e contra as candidaturas partidárias¹ (o diretório nacional do PSD já indicara o nome de Juscelino Kubitschek para a presidência).

Advertências desse tipo se repetem no governo

de Café Filho sendo que mesmo às vésperas do pleito presidencial o presidente volta a "advertir" a nação, instando com Juscelino Kubitschek para que retirasse sua candidatura uma vez que "as forças armadas estavam dispostas a acabar de uma vez com os restos do getulismo".² A possibilidade latente de interrupção do processo constitucional, sugerida com frequência por manifestações de bastidores, colocava a direção do PCB na contingência de assumir uma atitude defensiva. Assim, abandona sua pregação anterior em torno da necessidade de derrubar o governo, orientando-se para o apoio às forças legalistas na esperança de que o pleito presidencial de outubro de 1955 elegeisse um nome, se não afinado com o Programa do IV Congresso, pelo menos disposto a apoiar uma plataforma elaborada pelo PCB, plataforma essa, como se verá, definida nos limites constitucionais.

Essa flexão tática não significa, entretanto, no discurso pecebista, uma revisão do Programa do IV Congresso. As novas posições são pensadas como contidas no espírito do Programa, que, até então, estivera sendo mal compreendido. No informe de Prestes ao Pleno Ampliado do Comitê Central "As eleições presidenciais de 1955 e as tarefas do nosso Partido"³ é feita uma auto-crítica em relação ao fraco desempenho eleitoral do Partido nas eleições legislativas de 1954. Essa auto-crítica assentava-se no reconhecimento de que as posições anteriores ao Programa, ainda presentes na estratégia, e as influências daí decor-

rentes marcavam uma dissonância com o atual Programa. Reconhecendo que a direção fora incapaz de convencer todo o Partido da importância da tática eleitoral, forma legal e decisiva de luta, o voto ganha uma nova dimensão e o abstencionismo é creditado à tese anti-leninista.

A auto-crítica não acabava aí. O principal objetivo pecebista - a luta anti-imperialista - não tivera, dizia-se, correspondência prática. Além disso, o Partido fora incapaz de compreender e levar adiante uma política de coalizão com todas as forças que se interessavam pela derrota do imperialismo norte-americano. Para L.C.Prestes o Programa de 1954 estivera mal compreendido. Reafirmando seus objetivos, retomava-se a idéia de que era possível desenvolver uma política de coalizão, unindo em torno da classe operária quaisquer forças, desde que investidas de patriotismo e ideais democráticos, desta feita no intuito de derrotar os golpistas através das eleições. Mantém-se, pois, o estilo pecebista de incorporar sempre os elementos das novas conjunturas às formulações globais já solidificadas, de maneira que, nos artifícios do discurso, cada novo fato pareça sempre confirmar previsões anteriormente feitas e mostrar a justeza de posições anteriormente assumidas.

A análise da situação política brasileira, feita pelo Partido, denunciava a íntima relação dos golpistas com o imperialismo norte-americano. Segundo ela, o imperialismo articulava um novo golpe de Estado no Brasil. O pri-

meiro já havia sido realizado em 24 de agosto de 1954 e culminara com o suicídio de Getúlio Vargas e agora, diante das más perspectivas eleitorais, novo golpe tornava-se necessário, utilizando para isso os mesmos conspiradores de 1954, agora no poder. A inquietação nacional seria fruto direto da situação de subserviência política de Café Filho em relação aos interesses norte-americanos.

Café Filho estará caracterizado como um governo anti-operário: intervenção brutal nos sindicatos, dissolução das comissões intersindicais e liquidação gradativa de poucas conquistas na área da previdência social. No plano externo, ainda para o Partido, desenvolvia-se uma política de traição nacional favorecendo os trustes norte-americanos em detrimento da indústria nacional.

Mas essa política, ditada pelo governo dos Estados Unidos aos "generais fascistas" revelar-se-ia como um meio para os objetivos norte-americanos: maior militarização do Brasil, seu preparo para a guerra e a submissão integral frente aos Estados Unidos.⁴ Ainda segundo as análises feitas pelo Partido, a continuidade da política de traição dependeria da perpetuação no poder dos homens que assaltaram o governo em 24 de agosto. A previsão dos resultados das eleições de 1955 representaria a pedra no caminho da "política de traição". Sua remoção significa o impedimento de uma campanha eleitoral livre e o distanciamento ainda maior de uma política favorável ao Programa. O que se segue, trecho de um artigo de L.C.Prestes publicado

pela imprensa comunista em julho de 1955 mostra o significado que passa a assumir a questão constitucional:

Estamos convencidos de que nas atuais circunstâncias, em torno da defesa da constituição, das liberdades e conquistas nelas registradas, é que devem unir-se todos os verdadeiros patriotas. Qualquer atentado à constituição será um golpe reacionário contra os direitos do povo, contra as conquistas dos trabalhadores, contra a soberania nacional, porque salvaguardar a liberdade é salvaguardar as condições que permitem a luta contra a miséria, pela soberania nacional e pela paz. Nós, comunistas, estamos muito longe de ser partidários incondicionais da atual constituição, já que ela não garante nem as amplas liberdades de que o povo necessita nem permite as medidas radicais indispensáveis ao progresso do Brasil, defende os privilégios dos latifundiários e grandes capitalistas. Mas para o grupelho de generais e coronéis fascistas, que querem liquidar os últimos resquícios de liberdade para entregar o país aos monopólios norte-americanos, mesmo a atual constituição é um obstáculo, e não é por outro motivo que se vêem obrigados a falar em soluções extralegais para os problemas brasileiros.⁵

A luta pecebista estará baseada, então, na defesa da constituição, na exigência das eleições e contra o golpe militar. E nela o PCB está disposto a marchar com todas as forças opostas ao golpismo, livre de diferenças partidárias, políticas e ideológicas.

O informe de L.C.Prestes ao Pleno Ampliado do Comitê Central a respeito das eleições presidenciais de

1955 adota oficialmente as diretrizes em relação à sucessão presidencial. No documento, a campanha eleitoral aparece como momento privilegiado para a constituição da frente democrática de libertação nacional inscrita no Programa. Seria o momento da união de forças em torno da aliança operário camponesa, dirigida pela classe operária, abrigo qualquer partido ou grupo político de ideais democráticos que representasse os operários, os camponeses, as camadas médias das cidades e a burguesia nacional. O Programa do Partido seria o elo de ligação das forças integrantes da frente democrática que, uma vez no poder, abriria possibilidades reais de execução de suas tarefas.

É importante ressaltar que, na ótica do PCB, o momento eleitoral parece oferecer uma oportunidade real de conquista do poder. Se os setores golpistas estavam nitidamente vinculados ao imperialismo norte-americano, nada mais oportuno do que reunir as forças anti-golpe numa frente que também fosse anti-imperialista. Ainda segundo o informe de L.C.Prestes, a conjuntura político-econômica apresentava-se duplamente favorável à formação e êxito da frente democrática. Por um lado, a difícil situação econômica, atribuída à política entreguista de Café Filho, fazia crescer as contradições da sociedade brasileira, principalmente no que se refere às classes dominantes, tendo sido alguns setores favorecidos e outros desfavorecidos com o governo de Café Filho. Por outro lado, o Partido, sempre segundo o informe, estava solidamente enraizado nas classes populares e, como nunca,

tinha agora suas bases nas grandes indústrias e exercia forte influência nos sindicatos. As eleições o recolocariam no cenário político e estreitariam seus vínculos com as massas.

Propunha-se uma plataforma bastante ampla, e que possibilitaria a adesão de grupos heterogêneos e de variadas tendências. Para receber o apoio do Partido, o candidato à sucessão presidencial deveria adotar uma plataforma básica: luta contra a miséria do povo, defesa da indústria nacional, do petróleo e demais riquezas, defesa da constituição e da paz mundial, contra a degradação econômica do norte e nordeste, garantia dos direitos dos cidadãos e uma política externa de relações pacíficas e comerciais com todos os países, inclusive com o bloco socialista. Dois aspectos ressaltam no informe: o otimismo idílico do diagnóstico político e a extrema moderação da plataforma. Entre o otimismo idílico do Partido e a realidade eleitoral que começa a se esboçar existe uma grande distância.

Até agosto de 1955 o PCB bate-se insistentemente e sem êxito para encontrar um candidato independente que pudesse concorrer com as candidaturas já formalizadas (Juscelino Kubitschek, Etelvino Lins, Juarez Távora, Ademar de Barros e Plínio Salgado). Em maio, o Partido Trabalhista Brasileiro - PTB - partido sobre o qual se concentrava a maior expectativa de extrair um candidato afinado com a plataforma pecebista, homologa a candidatura de Juscelino Kubitschek, então já candidato do Partido Social Democrata -

PSD. Nesse momento, Juscelino Kubitschek era apresentado pelo PCB, junto com os demais candidatos como representantes da "minoria reacionária dos latifundiários e grandes capitalistas ligados ao imperialismo norte-americano". Logo após a homologação de Juscelino Kubitschek pelo PTB, o Movimento Nacional Popular Trabalhista - MNPT ⁶ (apoiado oficialmente pelo PCB), entrega à direção do PTB um memorial onde rejeita a candidatura de Juscelino Kubitschek, exortando o Diretório Nacional a revogar a resolução. A reação oficial do PCB não será menos negativa.

Nas páginas de Imprensa Popular e Voz Operária os perfis dos candidatos são apresentados de maneira bastante desfavorável.

Juscelino Kubitschek era acusado de, quando governador de Minas Gerais, ter dificultado a organização e a atuação da Liga de Emancipação Nacional naquele estado. Além disso, revelara-se inimigo da campanha de defesa do petróleo e o Partido afirmava que esse comportamento se devia ao fato de que ele não podia contrariar seus "financiadores e amigos entreguistas". Os pronunciamentos de Juscelino Kubitschek são tidos como dúbios porque, se por um lado ele não pode pronunciar-se demasiadamente "nacionalista", por outro, é obrigado a disfarçar sua condição de "agente da Standard Oil" frente ao eleitorado getulista por se considerar um continuador de Getúlio e por compreender o poder mobilizador que tem a defesa do monopólio estatal do petróleo.

Etelvino Lins, lançado pela União Democrática Nacional - UDN - e por uma ala dissidente do PSD, é acusado de ter como principal articulador de sua candidatura João Neves da Fontoura, diretor da Ultragás S/A subsidiária da Standard Oil além de ser apoiado pelo "jornal reacionário O Globo" do Rio de Janeiro. (Mais tarde Etelvino Lins retirará sua candidatura, rearticulando-se em torno de Juarez Távora).

Ademar de Barros, por que vez, contaria com o estímulo dos próprios golpistas. Para a imprensa comunista, sozinho não teria condições de vencer as eleições e sua candidatura era tida como um arranjo para dividir os votos de Juscelino Kubitschek e João Goulart. Dessa maneira, a campanha de Ademar de Barros era vista mais como uma luta contra o PTB e o possível eleitorado de Juscelino Kubitschek-João Goulart do que contra a UDN e Juarez Távora. Esse último é o mais combatido pelo PCB. Aparece como o candidato da direção golpista da UDN e um dos articuladores da política entreguista e anti-popular do governo Café Filho. Sua inspiração sobre o movimento sindical era descrita como baseada nas idéias de Mussolini e Salazar. A vitória desse "entreguista confesso" significara o fim da necessidade de um golpe pois estaria perpetuado o de 24 de agosto. Plínio Salgado não é mencionado nos comentários.⁷

Diante da impossibilidade de encontrar uma candidatura alternativa, um "candidato independente", o Par-

tido reduz suas expectativas e, em nome de todos os democratas e patriotas propõe-se a apoiar o candidato que se dispusesse a defender a Constituição e em cujo nome fosse possível a organização de uma frente ampla. Em meados de agosto, através do "Manifesto Eleitoral do PCB"⁸ decide-se por Juscelino Kubitschek/João Goulart, uma vez que esses candidatos ratificaram a constituição, declararam-se anti-golpistas e dispostos a lutar pela melhoria do nível de vida dos trabalhadores. Das virtualidades ofensivas da conjuntura teriam restado apenas os paradigmas referentes à defesa contra o perigo golpista. O Partido é levado, então, a abrir mão de suas restrições anteriores a Juscelino Kubitschek e a apoiar sua chapa, acreditando que a vitória de Juscelino Kubitschek/João Goulart pelo menos significaria a derrota da linha golpista de Juarez Távora e a interrupção do governo imposto pelo golpe militar de agosto de 1954, acreditando, ainda, que desta forma haveria a possibilidade de alterar a correlação de forças a favor dos defensores de plataforma pece**u**bista.

A Convenção Nacional do MNPT, realizada no mesmo mês, além de promover eleições para substituir sua comissão executiva provisória⁹ e alterar estatutos e programas, objetivava também adotar uma posição em relação às eleições presidenciais. O documento aprovado considerava-

- a falta de um candidato próprio; diante do perigo de golpe deixar a questão aberta seria estimular a abstenção e favorecer a corrente dos golpistas;

- que os trabalhadores e as forças populares tem o dever e a necessidade de optar por uma das candidaturas já existentes;

- que os candidatos que mais se aproximam das forças populares e dos trabalhadores são Juscelino Kubitschek e João Goulart;

- que a presença de João Goulart na referida chapa reúne de fato a preferência dos trabalhadores do Brasil;

- a necessidade de eleger João Goulart juntamente com o seu companheiro de chapa, pois, do contrário, a sua atuação como vice-presidente da República seria tolhida e sua eleição nada representaria no cumprimento das reivindicações do MNPT porventura a serem por ele defendidas.

Baseado nessas considerações o MNPT propunha a ratificação da indicação de Juscelino Kubitschek e João Goulart, argumentando com as seguintes razões:

1) Porque tal chapa, no momento, é a mais combatida pelos golpistas e se dispõem os seus componentes a lutar em defesa da Constituição e por eleições livres;

2) Porque tal chapa deverá se comprometer publicamente com o programa do MNPT.

Em 3 de outubro foram realizadas as eleições que deram a vitória a chapa JK/JG, com 36% do total dos votos atribuídos, uma pequena margem. Seguiam-se Juarez Távora com 30% e Ademar de Barros com 26%. Os scores

eleitorais não eram de molde a afastar o clima de golpe. Setores descontentes da UDN tentavam agora impedir a posse de JK/JG argumentando que, além de terem contado com votos comunistas, esses candidatos não tinham obtido maioria absoluta. Destacam-se, nesse sentido, as manifestações de Carlos Lacerda e da Cruzada Brasileira Anti-Comunista, organização liderada pelo Almirante Pena Boto que, através da imprensa, procuravam mais uma vez induzir as forças armadas ao golpe. Por sua vez, a imprensa comunista desenvolve intensa campanha no sentido de garantir os resultados eleitorais. Nesse contexto conturbado, acrescenta-se a tentativa de volta ao poder de Café Filho. Explica-se. Café Filho estivera afastado por "motivo de doença", tendo sido substituído por Carlos Luz (presidente da Câmara dos Deputados - PSD). Os desdobramentos do episódio Mamede levaram o General Lott, ministro da Guerra a destituir Carlos Luz e garantir a posse de Nereu Ramos - PSD, então presidente do Senado e substituto legal (11 de novembro). No dia 21 do mesmo mês, Café Filho, dizendo-se restabelecido tenta retomar a presidência, manobra que é novamente impedida pelo General Lott, que dessa forma, garante a permanência de Nereu Ramos e, com isso, a posse legal de JK a 31 de janeiro de 1956.

A realização das eleições presidenciais e o impedimento de um golpe político serão entendidos, pelo PCB, como resultado da unidade e ação das forças democráticas. Iniciar-se-ia, assim, uma "nova fase do processo

de desenvolvimento democrático", caracterizado pelo ascenso das lutas de massa e uma nova correlação de forças favorável à paz, à democracia, à independência nacional e às reivindicações populares. O Partido entende que sua recomendação para votar em Juscelino Kubitschek foi decisiva para derrotar Juarez Távora, o candidato dos golpistas. Embora esse apoio não significasse a adesão do presidente eleito ao Programa de 1954, o Partido via na vitória de Juscelino Kubitschek a modificação da correlação de forças e a inauguração de uma nova fase democrática brasileira, além do que, às eleições é atribuído o mérito de ter derrotado os planos imperialistas norte-americanos. Em artigo intitulado "Unidade, chave do triunfo", diz L.C.Prestes:

Na campanha eleitoral foi possível unir em torno da plataforma anti-golpista e de defesa das liberdades democráticas e da Constituição, desde operários comunistas e trabalhistas, católicos e não católicos, até representantes dos latifundiários e grandes capitalistas. Com a apuração do pleito pela justiça eleitoral ficou suficientemente claro que sem os votos dos comunistas e de todos aqueles que os acompanhavam não teria sido possível derrotar o candidato dos golpistas. Isso não significa, no entanto, que o sr. Kubitschek deixe de ser contrário ao programa revolucionário do Partido Comunista, ou, de outro lado, que os comunistas tenham abandonado por um instante sequer seu Programa ou mudado de opinião a respeito da verdadeira orientação política dos partidos a que se uniram na campanha eleitoral. Apenas marcha-

mos juntos por objetivos comuns e limitados e, porque marchamos juntos, impedimos a vitória do candidato dos golpistas e derrotamos os planos do imperialismo norte-americano.¹¹

Vejamos mais de perto a análise do Partido sobre a luta eleitoral de 1955 que se encontra sistematizada no Informe intitulado "A situação atual, a tática e as tarefas do Partido Comunista" e também no discurso de Diógenes Arruda, "Todo o Partido na ação política de massas", ambos apresentados no Pleno Ampliado do Comitê Central de janeiro de 1956 em nome do Presidium.¹²

Segundo esses documentos, a campanha eleitoral foi uma luta de massas que impediu a imposição de uma ditadura militar no Brasil, de tipo fascista, a serviço dos monopólios norte-americanos. Embora a legislação eleitoral brasileira encerre aspectos reacionários (tanto analfabetos quanto marinheiros e soldados não tem direito ao voto e ainda o PCB tem seu registro eleitoral cassado), a campanha se revelou como um movimento de massas em torno do qual puderam-se unir todas as forças democráticas e patrióticas. Esse movimento de massas não atuou somente nas urnas; foi baseado nele que Nereu Ramos foi colocado e mantido no poder. Ao contrário dos governos anteriores de Café Filho e Carlos Luz, o de Nereu Ramos refletiu uma divergência no seio das classes dominantes e acabou representando aqueles setores que se opunham à ala golpista de 1954, embora sua composição e sua política externa não traduzissem integralmente a dimensão da coalizão anti-golpista-

ta. Esse aspecto se deve, em parte, dizia-se, ao envolvimento no qual foi lançado o Partido para garantir a unidade das forças: concentrara seus esforços no combate aos golpistas, cometendo, por isso, o erro de não orientar as massas para exigir que o governo de Nereu Ramos se recompusesse exclusivamente com elementos democráticos, refletindo, assim, a nova correlação de forças.

Ainda segundo os documentos citados, os golpistas remanescentes, não aliçados do poder, tratam agora de dificultar a organização de massas e as alterações na política interna e externa. Procuram, ainda, aproximar novamente do poder os golpistas derrotados. São esses, ainda conspirando que, juntos com alguns elementos participantes da política entreguista (elementos do PSD e outros partidos) realizam a política pró-imperialista e se constituem em um entrave ao avanço da democracia. Os esforços de combate do Partido devem se dirigir a essas forças.

Como se vê, o relacionamento do PCB com o poder constituído sofre uma alteração radical. Se antes, no governo Café Filho, o "poder de latifundiários e grandes capitalistas" podia ser rejeitado em bloco, propondo-se a derrubada do governo, o Partido estava agora diante de um governo que, embora sem reciprocidade, apoiara. Com essa tomada de posição, de certa forma se comprometera com um poder constituído que o rejeitava. A possível oposição a ser desenvolvida moderava-se e passava a atacar "resquícios" do status quo anterior, "elementos reacionários"

no governo, numa tentativa de capitalizar a "vitória" obtida sem abrir mão de uma desejada independência e autonomia frente ao Estado.

Trata-se de uma situação dúbia que expressa os riscos em que o Partido se colocava em função de um traço ideológico permanente: agir sempre dentro de cada conjuntura de acordo com determinados a prioris teóricos. e, quando os fatos concretos comprometiam o quadro teórico mais amplo, procurar antes elaborar flexões ideológicas para reassimilar o fato à teoria, resistindo à revisão e auto-crítica desse quadro teórico.

Baseado no que dizia serem as "contradições fundamentais da sociedade brasileira", encarara o processo eleitoral como a oportunidade de forjar a "frente democrática". Rejeitara, em princípio - e violentamente - os candidatos já inscritos. Se não conseguira encontrar um candidato autônomo para representar uma frente que julgava absolutamente majoritária, estivera diante da oportunidade de questionar a própria justiça e viabilidade dessa frente. Mas não. Abriu mão de suas pretensões à vanguarda de frente proposta, apoiando um candidato que combatera, com inegável desgaste político. Esse candidato, escolhido sob o critério de ser o menos ruim, nem sequer se comprometera com o mínimo exigido para obter apoio do Partido. Não obstante, o PCB se comprometera com o poder constituído e, ironicamente, se encontrava, de certa forma, na situação e impedido, em nome da coerência, de rejeitá-lo em bloco como fizera com o governo anterior.

2. A Plataforma de 4 Pontos

Retirada a censura da imprensa, suspenso a 10 de fevereiro de 1956 o estado de sítio e garantida a posse de Juscelino Kubitschek, o Partido se vê desafogado de uma campanha que o ocupou quase por completo durante o ano de 1955. Podia agora ampliar as suas lutas e voltar para os temas principais de seu Programa. Certo de que sua influência aumentara (em particular na "direção das grandes massas" sua crítica passa a ser dirigida, conforme já se observou, não mais aos golpistas ocultos por trás de Café Filho e Carlos Luz, mas sim contra os realizadores da política imperialista ditada pelos Estados Unidos, remanescentes no governo. Embora ainda membro da Frente Única, o PCB reafirma constantemente sua posição independente do ponto de vista da classe operária, sempre baseada no Programa do IV Congresso. Não caberia somente apoiar os atos positivos e combater os atos negativos do novo governo. As condições permitiriam que, sob pressão popular, o governo viesse a cumprir as reivindicações do povo. Assim, no começo do ano, sob a euforia de seu renascimento eleitoral lançou a plataforma de 4 pontos, "de ação simples e viável", procurando ampliar sua linha política:¹³

- 1- Antes de tudo, luta pelas liberdades democráticas e sindicais, em defesa da Constituição, contra qualquer golpe de estado re

acionário, pela suspensão do estado de sítio, pela abolição de todas as discriminações políticas e ideológicas, o que significa legalidade para o Partido Comunista, anistia para os condenados e processados por motivos políticos, revogação das leis de segurança e de imprensa;

2- em 2º lugar, pela paz, por uma política externa de defesa da soberania nacional e de entendimento e relações pacíficas com todos os povos;

3- em 3º lugar, luta intransigente em defesa do petróleo e demais riquezas nacionais, contra a pilhagem dos monopólios norte-americanos e em defesa da indústria nacional;

4- em 4º lugar, luta pela melhoria das condições de vida das massas trabalhadoras e populares, contra a carestia de vida, pelo aumento de salário de operários, pela elevação dos vencimentos do funcionalismo, pelas reivindicações econômicas das massas camponesas, dos estudantes, das mulheres, dos artesãos, dos pequenos e médios comerciantes e industriais.

A plataforma apresentada não interessaria somente aos trabalhadores, mas também aos "mais vastos setores da burguesia nacional". O governo, para ter o apoio de seus eleitores e do PCB deveria se dispor a realizá-la.

O governo Kubitschek se inicia com o apoio quase que irrestrito por parte do PCB. Mas o período de coexistência feliz é curto, malgrado a cooperação que se ar-

rastará ainda por muito tempo. Depois de cinco meses de governo Kubitschek, o PCB denuncia o agravamento da situação nacional provocado pela carestia, arbitrariedades policiais e o não cumprimento da plataforma de 4 pontos. O descontentamento crescente das massas populares, fruto da exploração incontida e da miséria, ao lado das dificuldades de amplos setores da burguesia nacional (acumuladas pelo monopólio norte-americano), segundo o Partido, colocavam as grandes massas em choque com os minoritários defensores dos interesses norte-americanos. Vários acontecimentos também identificavam o caráter de classe que assumia a política juscelinista, com o fechamento da Liga de Emancipação Nacional - séria ameaça a confiança democrática que o Partido depositava no Governo. A política adotada insinuava-se pelo caminho oposto ao das aspirações da massa eleitoral de Juscelino Kubitschek, mas seu suporte, sempre segundo o PCB, era diminuído: nem mesmo dos militares recebia apoio, excetuando Juarez Távora, Brigadeiro Eduardo Gomes, Pena Boto e "poucos mais".

A própria plataforma de 4 pontos, a qual se apresenta como elo de ligação de todas as forças democráticas e que orienta a atuação do Partido, evidencia os esforços pecebistas na procura de uma temática que extrapole o seu espaço ideológico. A inserção de forças incompatíveis com o comunismo na plataforma decorre do caráter não classista dessa plataforma. Nela poderiam-se identi-

ficar todos os oprimidos, desde o camponês até a burguesia nacional. Examinemos mais detalhadamente aqueles temas da plataforma sobre os quais recai com maior intensidade a atenção do Partido.

2.1. A Constituição

Já se mostrou o novo significado que a Constituição assume na estratégia do PCB durante a campanha eleitoral de 1955. Em resumo, pode-se dizer que, embora a Constituição de 1946 encerre pontos com os quais o Partido discorda, a defesa da Constituição e a luta por sua vigência plena, são tidas como garantia das condições de êxito do Programa de 1954. Por outro lado, segundo o PCB, os golpistas encontram na Constituição um grande entrave para a realização de seus projetos. Portanto, defender a Constituição contra qualquer atentado é também exercer vigilância sobre aqueles setores que permanentemente preparam o golpe de estado. A liberdade democrática significará a plena vigência da Constituição - dessa forma asseguram-se as condições básicas para a classe operária defender os seus direitos, como os de organização e reunião. A defesa das liberdades (ordem constitucional) configurar-se-á, portanto, no ponto-de-partida do caminho para o ascenso das massas.

As tentativas de reforma constitucional surgidas no início de 1956 encontram forte oposição do Partido. As

formas ventiladas visavam ao fortalecimento do Executivo em detrimento do Legislativo, a extinção dos pequenos partidos e a assegurar maior autonomia estadual. O PCB entende como mais um ato do imperialismo norte-americano esse pretense fortalecimento do Executivo, que viria a favorecer a ação imperialista no Brasil. A questão do petróleo, por exemplo, de acordo com a Constituição de 1946, é da alçada do Legislativo. Enquanto mantida essa forma, dificilmente os Estados Unidos poderiam se apoderar do petróleo brasileiro. Modificado o dispositivo constitucional - passando para o Executivo o direito de legislar sobre o petróleo, abrem-se condições para o governo adotar medidas entreguistas em favor da Standard Oil. As outras duas reformas pretendidas também favoreceriam, do ponto de vista do Partido, os trustes norte-americanos. Com o fim da pluralidade partidária (eliminando-se o pequenos partidos) restariam os grandes partidos manipulados por forças não-nacionalistas. Por outro lado, ao se assegurar maiores poderes aos Estados, o imperialismo pode negociar diretamente com os governos estaduais sem a interferência federal.

A luta pela Constituição ganha um outro aspecto quando se procura colocá-la em prática. E aí se destaca o problema da legalidade do PCB. É necessário estabelecer-se um clima de liberdade constitucional para que o PCB possa se reorganizar legalmente - o que é uma exigência nacional, segundo o Partido, uma vez que se constitui na única instituição capaz de formular uma po-

lítica de emancipação social e econômica. Além disso, uma política de libertação nacional não significa atitudes individualistas e esporádicas. O PCB vendo-se como veículo de luta do proletariado, concebe o seu papel como o de elaborar e por em prática um programa que conduza o país à independência em todos os sentidos.

Todavia, a reformulação da atitude em relação à ordem constitucional, tomada em 1954, não deve ser creditada somente à alteração do panorama nacional e aos acontecimentos que se seguem àquele ano. Ela está atenta à orientação internacional, procurando adaptar a política pecebista às determinações do PCUS. Ao encerrar o XIX Congresso do PCUS em 1952, Stálin assim se dirige às delegações estrangeiras: "se os comunistas desejam ser a força dirigente de seus países, devem empunhar a bandeira da soberania nacional e das liberdades democráticas burguesas que a burguesia, no seu afã de manter a sua dominação de classe, jogara fora".¹⁴

2.2. Pela Paz

A coexistência pacífica com todos os países é vista como um dos pontos mais relevantes na transição para o socialismo. Essa tática choca-se com a tese leninista - inevitabilidade de guerra enquanto existir o imperialismo. O Partido procura a coerência entre a teoria e a prática e por isso reexamina a tese: a conjuntura contemporânea é diversa daquela onde se originou a previsão das

guerras sob o imperialismo. Hoje, um outro período, novos fatores obrigam a reformular a tese. Com efeito, o imperialismo era o sistema dominante em escala mundial e as forças contrárias às guerras não eram suficientemente fortes e organizadas, por isso eram incapazes de impedir as guerras provocadas pelo imperialismo. Por outro lado, uma vez que a guerra não é um fenômeno tão-somente econômico, sua existência dependerá da luta surda entre dois polos: o imperialismo e as forças partidárias da paz. A situação atual já não mais indica a supremacia do imperialismo sobre o socialismo. Esse cresce e constitui-se numa grande força capaz de fazer o imperialismo renunciar à guerra. Acresce-se o fato de que nos próprios países capitalistas existem atualmente vigorosos movimentos operários partidários da paz. Essa é a própria orientação internacional que irá se reafirmar no informe do Comitê Central do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, realizado em fevereiro de 1956. No item "Algumas questões de princípios do desenvolvimento internacional contemporâneo" diz o informe de Krushev: "O princípio leninista de coexistência pacífica dos Estados com regimes sociais diferentes foi e continua sendo a linha geral da política exterior de nosso país (...) Não se trata de um passo tático, mas de um princípio básico da política exterior soviética".¹⁵

Tais considerações, contudo, se ajustam ao projeto de política externa reivindicado pelo Partido. Rom-

pendo com a orientação imprimida pelos Estados Unidos, promovendo uma política de paz, o Brasil pode se livrar do peso provocado pela guerra fria. As verbas gastas com a preparação para uma nova guerra sobrecarregam a nação, quando poderiam ser gastas em favor dos interesses nacionais, como a elevação do nível de vida das massas trabalhadoras. De outro lado, a base de uma política de coexistência pacífica estaria no estabelecimento de relações comerciais com todos os países, o que implica no reatamento de relações com a URSS. A existência de dois mercados distintos - o socialista e o capitalista - o que pode sugerir à primeira vista uma dificuldade no intercâmbio internacional, revela-se na verdade uma vantagem comercial, uma vez que dota o Brasil de um maior poder de barganha. A mudança da política externa brasileira, jogando com os dois mercados polarizados, restabeleceria o equilíbrio do balanço comercial brasileiro, incluindo-se assim na pauta das medidas de salvação nacional. As vantagens do reatamento comercial com o bloco socialista seriam primeiramente de ordem econômica. Ao Brasil se permitiria obter benefícios do progresso dos países socialistas ao importar os bens necessários ao desenvolvimento industrial; além disso, as exportações brasileiras se veriam livres da especulação do monopólio comercial norte-americano quando se abrissem novas opções de mercado. Portanto, em um segundo plano, desfechado mais um golpe contra o imperialismo, com a perda de sua exclusividade comercial, aumentaria a mobilidade política brasileira no tratamento dos

blemas nacionais, pois a existência de mercados concorrentes abriria para o Brasil um novo campo de opções políticas.

Lembremos ainda que a União Soviética insistentemente procura se aproximar comercialmente da América Latina. Em entrevista concedida à imprensa ocidental em janeiro de 1956, o presidente do Conselho de Ministros da URSS, N.A. Bulgânin, afirma que "a União Soviética é pelo desenvolvimento do comércio com todos os países da América Latina",¹⁵ acrescentando que poderia oferecer máquinas e produtos industriais, instrumentos agrícolas, ajuda técnica, etc. Finalmente, para o Partido, o reatamento não é uma aspiração tão-somente comunista. Dele beneficiar-se-ia a nação brasileira podendo, portanto, ser considerado como uma exigência inclusive dos mais amplos setores do comércio e da indústria nacional.

À esse conjunto de argumentos em favor da paz associa-se a concepção que se faz da forma brasileira de transição para o socialismo. O fortalecimento do campo socialista propicia a diversificação das formas de transição, enquanto que internamente os meios revolucionários dependem da peculiaridade histórica de cada país e do marxismo criador. A forma clássica, guerra civil, já não é mais uma necessidade em todos os países. É inevitável naqueles onde o capitalismo é forte e detém um poderoso aparelho militar e policial que se opõe às forças democráticas. Nesses países a passagem para o socialismo se caracteriza pela violência que, em maior ou menor grau, está condicionada pela

resistência contra-revolucionária. O Estado brasileiro, todavia, não é monolítico, abrigando em seu seio tanto forças reacionárias quanto progressistas. Somam-se, ainda, as condições propícias internas para se atuar ao nível constitucional. A luta parlamentar assume, assim, a forma brasileira de transição para o socialismo, forma essa que procura transformar os órgãos da democracia burguesa em órgãos da democracia dos trabalhadores, fazendo do Estado um aparelho de representação popular.

Mas o jogo eleitoral não seria um fim em si. Visa à mudança da representação de forma que possibilite a adoção de medidas voltadas para o combate ao imperialismo e para a reformulação da estrutura agrária. Esse ponto aparece como fundamental, uma vez que o imperialismo e o latifúndio são aliados entre si, ambos interessados no atraso do Brasil e o seu inimigo potencial é a burguesia nacional, de quem o Partido deve buscar apoio. O ritmo de desenvolvimento capitalista no Brasil nos últimos anos estabeleceu um descompasso entre as forças produtivas e as relações sociais. Portanto, a reforma agrária é uma exigência, não só dos camponeses apoiados pelo operariado e sua vanguarda, mas também do próprio desenvolvimento capitalista que necessita de uma atualização histórica da estrutura agrária no sentido de que não se oponham obstáculos ao progresso industrial. O latifúndio e as relações semi-feudais que predominam no campo, constituem-se no principal fator da miséria e do atraso brasileiros. Primeiro, por determi-

nar uma baixa produtividade no campo e segundo, por entrar o desenvolvimento industrial, já que a indústria brasileira se depara com um mercado restrito e em crescimento lento. Por outro lado, a massa camponesa, ao se manter atrelada ao latifúndio, permanece no atraso e na ignorância, o que a impede de participar ativamente da política brasileira. A desestruturação do latifúndio semi-feudal e sua reestruturação em novas bases receberia, assim, o apoio de entidades nacionais do comércio e da indústria, setores da imprensa, líderes políticos dos diversos partidos, militares como o Ministro da Guerra, General Lott, das organizações estudantis, sindicatos e das massas camponesas - os principais interessados.

A organização nacional de uma campanha pela reforma agrária foi realizada pela União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), entidade apoiada pelo Partido. Este trecho¹⁶, extraído do relatório aprovado na II Reunião do Conselho de Representantes da ULTAB realizada em março de 1956 em São Paulo, sintetiza as reivindicações dessa organização: "Existem muitos tipos de reforma agrária. Existe aquele que suprime a propriedade sobre a terra. Esta passa a pertencer ao Estado que a dá em usufruto perpétuo aos que nela trabalham. Existe o tipo de reforma agrária que distribui a terra, mas à base de indenizações pelos que a recebem, sem uma ajuda técnica e financeira pelo governo. Mas existe também o tipo de reforma agrária visado pela nossa campanha (...) que objetiva a distribuição da terra aos que nela traba-

lham e aos que têm terra insuficiente, com ajuda técnica e financeira, estímulo e ajuda governamentais ao cooperativismo e à organização dos lavradores e trabalhadores agrícolas, com outras reformas parciais. Somos pela distribuição gratuita da terra porque achamos que os lavradores e trabalhadores agrícolas do Brasil, na situação em que estão, desamparados e sem recursos, não podem indenizar as propriedades agrícolas, como também porque o capital investido na compra da terra é um capital improdutivo". A ULTAB desenvolve campanha nesse sentido com ampla cobertura da imprensa pecebista. Objetivava pressionar o Parlamento no sentido de conseguir a efetivação de reforma agrária e outras leis como a regulamentação do regime de arrendamento, garantia de crédito, preços mínimos para os produtos agrícolas e assistência técnica. Como se nota, a reforma agrária pretendida pela ULTAB, no essencial, nada difere do tratamento do Programa de 1954 quanto à questão agrária. O Partido entende que se deve lutar contra o que ele chama de "tradicional subestimação pelo campesinato", uma vez que na formação da frente única anti-imperialista e anti-feudal - a tarefa essencial - a aliança do operariado com o campesinato constitui-se na principal força. Além de apoiar a ULTAB o Partido procura influenciar as instituições agrárias já existentes. Alguns setores do PCB consideravam que a Confederação Rural Brasileira era uma organização dos latifundiários. A alta direção, entretanto, aconselha o trabalho partidário nesse nível e assim se justifica: segundo o decreto lei (nº 8127 de 24/10/1945)

que regulamenta o funcionamento das Associações Rurais, podem participar dela aqueles que profissionalmente e - xercem atividades rurais - proprietários, arrendatários e parceiros de estabelecimento rural.¹⁷ Dessa forma, a base da Confederação Rural Brasileira, as Associações Rurais, não é formada exclusivamente de latifundiários; inclui também os camponeses ricos, médios e pobres. Isso quer dizer que naqueles municípios onde predomina o trabalho agrícola assalariado (que por lei não tem lugar nas Associações Rurais), essas encontram-se controladas pelos latifundiários. Todavia, nos municípios onde a maioria da população rural é formada por parceiros, o controle pode estar exercido por forças latentemente progressistas. Um trabalho cuidadoso e sistemático nas Associações Rurais refletir-se-á nas Federações Rurais que por sua vez podem transformar a Confederação Rural Brasileira de instrumento dos latifundiários em meio de luta das massas camponesas.

2.3. Pela defesa das riquezas nacionais

O fim do monopólio norte-americano do comércio exterior brasileiro seria, de acordo com o Partido, um avanço decisivo pela independência nacional. A dominação imperialista, além de exercida através dos investimentos diretos e dos empréstimos, assume também outras formas. Entre as mais importantes, destacam-se o aviltamento de nosso índice de relações de troca ("Temos de fornecer aos monopólios norte-americanos uma quantidade de trabalho de

nosso povo muito maior que a quantidade de trabalho incorporada às mercadorias que eles nos enviam")¹⁸, a imposição de preços dos produtos nacionais pelo monopólio, as empresas predominantemente nacionais mas que servem aos trustes americanos, o saque de minérios, etc. Mas é justamente sobre essa última forma que recai a maior preocupação do Partido. De fato, o "apego" aos produtos minerais é intenso, como se nota naquilo que o PCB acredita serem as exigências do imperialismo norte-americano: o petróleo nacional; um novo Código de Águas que lhes garanta a posse das reservas energéticas brasileiras; a manutenção do monopólio do comércio; medidas de combate à inflação aprovadas pelo Banco de Exportação e Importação (que fariam com que a política econômica brasileira passasse a ser dirigida pelos Estados Unidos); encorajamento dos investimentos privados estrangeiros no Brasil; dinamização das exportações brasileiras a fim de equilibrar o balanço de pagamentos do país; redução dos gastos governamentais através do aumento das tarifas de transporte. Apesar dessa ampla gama de exigência - do petróleo à manutenção da Instrução 113 da SUMOC, denunciada (em raros momentos) como um privilégio concedido ao capital estrangeiro - os esforços se concentram na defesa das riquezas minerais. Embora se reconheça que as facilidades para as inversões de capital estrangeiro são amplas e já comprometem a economia nacional, quando o imperialismo norte-americano exige maiores facilidades de investimento pretende-se, na verdade, penetrar naqueles setores ainda controlados pelas mãos nacio-

nais. O Partido entende que quando se fala em encorajar os investimentos, "reivindica-se a liberdade para os trustes operarem no setor de petróleo e minerais raros".

As campanhas desenvolvidas no intuito de preservar as riquezas minerais encontram amplo apoio do PCB. A mais significativa do período foi o Congresso Nacional de Defesa dos Minérios realizado no Rio de Janeiro em junho de 1956. Sua Comissão Executiva, presidida pelo deputado federal Dagoberto Salles (PSD) aprova um documento tentando estabelecer as diretrizes de uma nova política em relação às riquezas minerais, resolução essa integralmente ratificada pelo PCB.¹⁹ Eis a síntese das resoluções adotadas pelo Congresso:

1. Para a elaboração de uma política nacional de defesa dos minérios é imprescindível assegurar a plena observância dos dispositivos do atual Código de Minas e legislação correlata, apresentadas ao texto da Carta Magna;

2. O Congresso aconselha a reconsideração dos acordos internacionais vigentes por não trazerem vantagens ou compensações para o Brasil e por exaurirem nossas reservas potenciais. A manutenção desses acordos dificulta a plena expansão da atividade mineradora do Brasil e ferem o princípio da soberania nacional;

3. Para desenvolver a utilização de energia atômica no Brasil impõe-se a suspensão da prejudicial exportação de minérios e produtos elaborados de urânio e tório, por um determinado período para estimar nossas reservas e estocagem da produção em mãos do órgão federal incumbido de conduzir a política atômica nacional;

4. Para estimular a industrialização no Brasil de elementos raros e de grande valor na indústria atômica,

metalúrgica, elétrica e outras é necessário coibir a exportação indiscriminada e a evasão ilegal, adotando-se medidas de proteção: fixação de cotas exportáveis, tributos diferenciais, diversificação de mercados a fim de conseguir melhores cotações e a substituição dos produtos in-natura pela de produtos semi-elaborados ou elaborados;

5. Não alterar a lei 2004 (Petrobrás). A indústria petroquímica deve ser preservada para a exploração por empresas em que predominam os capitais nacionais;

6. O aproveitamento de minérios deve atender em primeiro lugar aos interesses da indústria nacional e, em segundo, a sua utilização como fonte de recursos cambiais;

7. O desenvolvimento industrial exige a expansão do parque siderúrgico e para tal é necessário desenvolver o Plano Nacional de Carvão;

8. Criar estímulos estatais para a indústria nacional dirigida aos minérios;

9. Portanto, as atividades mineradoras, a industrialização e o transporte dos minérios devem contar com incentivos como: isenção de impostos, rebaixa de fretes, facilidades de crédito e cambiais para a aquisição de equipamentos, incremento do abastecimento de energia através da efetivação do Plano Nacional de Eletrificação;

10. Melhoria do nível de vida das populações mineradoras e da garimpagem. Extensão da legislação social aos garimpeiros e melhoria das condições de trabalho.²⁰

Tais posições podem também ser atribuídas ao Partido.²¹ O PCB desenvolve uma intensa campanha, permanente, no sentido de procurar adesões e pressionar o governo a adotar as resoluções aprovadas pelo Congresso. Deve-se insistir na ênfase do tratamento pecebista dado à questão atômica, siderúrgica e do petróleo. Além do binômio anti-imperialismo

e anti-feudal, esse ponto figura, ao lado da coexistência pacífica com todos os povos e o apelo à legalidade constitucional, como reivindicação básica ao Governo Kubitschek-pela importância tática que assumem na revolução antiimperialista e antifeudal e pela dedicação com que se trata tais temas.

Deve-se acrescentar, finalmente, outros níveis da luta, embora se apresentem num plano menos destacado. Ao lado desses grandes temas aparecem, de maneira secundária e genérica, outros pontos que se referem a questões de princípios, de resto presentes em toda a história do Partido. Tais como aqueles relativos à contradição entre o capital e o trabalho (livre organização da classe operária e do campesinato, melhoria das condições de vida, direito de greve) e à vida partidária (anistia aos presos políticos e necessidade do trabalho de educação a ser exercido pelo Partido).

3. O nacional-reformismo

Os esforços pecebistas, embora concentrados no binômio antiimperialismo/antifeudalismo, oscilavam com frequência em direção a um outro "inimigo": o nacional-reformismo. Trata-se de uma tese stalinista que recomenda desfechar o golpe principal contra as "forças intermediárias" que possam apresentar soluções alternativas às do Partido, capazes de sensibilizar as massas. A aplicação dessa tese faz parte da estratégia do PCB em maior ou menor grau, até sua adesão definitiva ao movimento nacionalista, quando é abandonada por completo. Sua presença, ao lado da partici-

pação do PCB na frente ampla (contradizendo a tese do inimigo principal), reveste a estratégia do Partido de um caráter contraditório, obrigando frequentemente à flexões táticas. Um dos momentos que evidenciam a disposição de aplicar aquela tese é o da polêmica da L.C.Prestes com Elias Chaves Neto. Em artigo publicado pela "Voz Operária"²² "É necessário combater e desmascarar os defensores e porta-vozes do nacional-reformismo", Prestes se manifesta violentamente contra a Revista Brasiliense e seu editor, Elias Chaves Neto, particularmente contra um de seus artigos referente ao balanço de pagamentos e à questão cambial, relacionados ao imperialismo norte-americano.

Para Luiz Carlos Prestes, a única solução "justa viável e científica dos problemas brasileiros" estava inscrita no Programa do IV Congresso que previa a inevitabilidade de uma revolução agrária anti-feudal e antiimperialista e a substituição do governo de latifundiários e grandes capitalistas por um governo democrático de libertação nacional. Dentro da classe burguesa brasileira crescia aquele setor que compreendia a inexistência de outra solução. Mas, na intelectualidade burguesa persistia ainda uma opção reformista contrária às posições revolucionárias da classe operária, o que não causava estranheza devido à sua posição social. De qualquer forma cabia ao Partido denunciar e combater as posições tipicamente reformistas que, mesmo camufladas no "nacionalismo", reiteravam os interesses norte-americanos.

No artigo em questão, dirigido particularmente contra Elias Chaves Neto, Prestes faz uma análise do nacional-reformismo procurando situar o alvo do golpe principal das forças revolucionárias. O teor do artigo é o seguinte.

O nacional-reformismo é uma ideologia criada pela burguesia nativa reacionária e atua no sentido de obstaculizar a revolução. É possível graças à existência de duas tendências na classe burguesa. A primeira reflete os interesses da burguesia nacional que se chocam com os do latifúndio e do imperialismo. Tal grupo, mesmo não desligado totalmente da influência do imperialismo e dos latifundiários, por sua natureza específica e pela posição econômica que ocupa (antagônica à dos norte-americanos), tende a se colocar em oposição a seus concorrentes. Dessa perspectiva, é compreensível e necessária sua participação no movimento revolucionário. Grosso modo, a burguesia nacional é composta pelos industriais; mas há também um outro grupo, formado pelos grandes capitalistas, que não podem ser considerados burguesia nacional uma vez que possuem interesses vinculados ao latifúndio e ao imperialismo. É, portanto, uma categoria social distinta, não contrariada pela presença do capital estrangeiro; pelo contrário, quando do reforço e ampliação da luta de independência nacional, procura se escorar no imperialismo para barrar a ação revolucionária. Não é estranho, portanto, como resultado de uma posição tipicamente burguesa e das influências daí decorrentes, surgir de dentro da intelectualidade de esquerda pensamen-

tos reformistas. Mas o problema, ainda de acordo com L. C. Prestes, reside no fato de que essa ideologia procura influenciar a pequena burguesia e mesmo o proletariado, apresentando uma solução (inviável para os horizontes revolucionários) suficientemente capaz de disputar as grandes massas com o Partido.

O conteúdo do nacional-reformismo,²³ descrito por Prestes, pode ser assim resumido:

- é possível um entendimento com o opressor estrangeiro, sem lutas e sem medidas radicais;
- não é necessário o confisco das empresas e dos capitais dos monopólios imperialistas;
- não é necessário o confisco do latifúndio;
- não é necessária a substituição do regime político;
- por meio de meras reformas é possível alcançar a independência nacional e o progresso;
- o mal-estar econômico deve-se à insuficiência de reservas cambiais;
- através da prática efetiva da Constituição é possível resolver os problemas nacionais;
- preocupação com o bem-estar de todas as classes (solução acima das classes)
- descrédito na vitória popular.

A questão do golpe principal, no entanto, apenas esporadicamente ganha destaque, no período; de fato, o Partido parecia não levá-la muito a sério pois, para ser coerente com sua estratégia de "frente única de libertação nacional", era necessário reconsiderar (sempre implicitamente) sua atitude para com as posições ditas reformistas. Com efeito, predominava uma tática que contribuísse para a

polarização de forças (o agrupamento das forças democráticas de um lado e de outro, das forças pró-imperialismo) aceitando-se dessa forma a inclusão nos seus horizontes de atuação aqueles que, em outros momentos, eram considerados porta-vozes do nacional-reformismo.

As possibilidades de êxito da luta pecebista - entendidas pelo próprio PCB, mais do que nunca se faziam presentes. Os governos anteriores não contavam com uma resistência organizada contra o imperialismo. Nas atuais condições, o cenário político brasileiro conta com uma nova força antiimperialista, de organização e influência crescentes. Embora a unidade seja ainda considerada insuficiente, o que explica os golpes externos contra o movimento democrático, cresceu aquela corrente que se bate por uma política autenticamente nacionalista. Por outro lado, a campanha e a posse de Juscelino Kubitschek havia se processado sob um choque aberto, onde as forças democráticas tinham saído vitoriosas e se fazem, agora, representar no Estado. Todavia, considera-se que o domínio do Estado não é ainda exclusividade dessas forças, o que imprime um caráter dúbio ao governo Kubitschek. Isso significa que coexistem duas tendências principais no governo Kubitschek, distintas e antagônicas: de um lado, as forças patrióticas, democráticas e progressistas; de outro, as forças reacionárias, compactuadas com o imperialismo, que procuram impedir e anular mudanças na política externa e interna. Isso explicaria o caráter contraditório das medidas adotadas pelo governo. Da luta que se trava no interior do Estado entre as du-

as tendências, adotam-se, por vezes, medidas exigidas pelo opressor estrangeiro, numa evidente demonstração de que o imperialismo norte-americano se faz representar no Estado brasileiro; por outro lado, como resultado do dualismo de poder, o governo frequentemente adota medidas democráticas e progressistas, que por sua vez evidenciam a existência de elementos democráticos no nosso sistema representativo.

O dualismo de poder é, portanto, definido pelo PCB em termos da composição dos quadros dirigentes, enfatizando a análise sobre as "figuras" progressistas ou reacionárias. Tem-se uma concepção de Estado e poder político atomizada em torno dos componentes.

O Partido crê que a luta pela liberdade democrática e as possibilidades de êxito ganham uma nova dimensão no governo Kubitschek. Considera acrescida sua influência e as possibilidades de aproximação com o PTB (embora esse partido abrigue elementos reacionários que devem ser encarados como adversários). São pensadas como viáveis alianças com outros partidos menores, tais como o Partido Socialista Brasileiro (PSB), Partido Trabalhista Nacional (PTN), Partido Republicano Trabalhista (PRT), e Partido Social Trabalhista (PST). Recomenda-se, ainda, atenção ao eleitorado da UDN, cuja base eleitoral é definida, pelo PCB, como formada pela pequena burguesia urbana que, sofrendo os efeitos da inflação, poderia se sensibilizar com a plataforma de 4 pontos.

Para o Partido, um dos indicadores mais expres

sivos do avanço do movimento de massas, que transformava gradativamente a distribuição do poder no Estado, é a constituição da Frente Parlamentar Nacionalista.²⁴ A criação desse bloco parlamentar, de caráter interpartidário, é viabilizada, prosseguindo na linha da ênfase aos elementos progressistas, pela existência desse tipo de figura política em diferentes partidos e também pelo nascimento de uma consciência nacional que se infiltra nos diferentes escalões do quadro dirigente. Ao PCB caberia, sempre segundo sua própria análise, não só apoiar ou combater a política governamental, mas também assumir uma atitude ativa procurando, através da pressão das massas, fazer com que o governo atenda às reivindicações populares. O Partido deve acelerar o processo de polarização, isolar a minoria reacionária e unir em torno de um projeto (a plataforma de 4 pontos) todas as forças interessadas na independência nacional, buscando transformar o Estado em um aparelho de representação popular.

Notas do Capítulo II

- 1) Cf. Maria Victoria de Macquita Benevides, O governo Kubitschek - desenvolvimento econômico e estabilidade política, RJ: Ed. Paz e Terra, 1976, "Síntese Cronológica", pág. 271.
- 2) Apud Leôncio Baerbaum, História Sincera da República, citado, vol. III pág. 252.
- 3) Publicado pela "Voz Operária" nº 307 de 02/04/1955. (Aprovado pela resolução do Comitê Central do PCB em março de 1955).
- 4) Entre outros documentos, tais posições encontram-se na entrevista de L.C.Prestes publicada pela "Voz Operária" nº 299 de 05/02/1955.
- 5) Entrevista de L.C.Prestes à "Voz Operária" nº 323 de 23/07/1955.
- 6) O MNPT foi organizado em função das eleições presidenciais de 1955. Embora composto de variadas tendências, o PCB mantinha dentro dele forte influência, declarando mesmo seu apoio ao movimento. Uma vez eleito presidente Juscelino Kubitschek, o MNPT se faz menos presente na política e desaparece no decorrer de 1956.
- 7) Cf. "Voz Operária" e "Imprensa Popular" nos meses antecedentes às eleições.
- 8) "Manifesto eleitoral do PCB", publicado pelo "Voz Operária" nº 326 de 13/08/1955.
- 9) Comissão Executiva Provisória do MNPT: Presidente - Ary Campista, dirigente do Sindicato dos Trabalhadores em Indústrias Químicas; diretoria: Eurípedes Aires de Cas-

tro, Metalúrgicos; Maria da Graça, Federação Nacional de Jornalistas; Hugo Gomes da Costa, Trabalhadores em Açúcar; José Jaime Gomes, Marceneiros; Silvério Manoel da Silva, Comércio Hoteleiro; Sebastião Reis, Têxteis Cariocas. Fonte: Memorial do MMPT (entregue ao Diretório Nacional do PTB pedindo a revogação da resolução de apoio à candidatura de Juscelino Kubitschek.

A Convenção Nacional elege a seguinte diretoria: Presidente - Humberto Meneses Pinheiro, presidente do Sindicato dos Bancários do D.F.; Vice-presidentes: Sebastião Reis, presidente do Sindicato dos Têxteis; Mamede Caetano da Silva, presidente da Federação Nacional dos Marítimos; Deputado Federal Frota Moreira, Secretário Geral do PTB; Benedito Cerqueira, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do Distrito Federal; Nelson Rustici, presidente do Sindicato dos Têxteis de S.P.; vereador Wilson de Barros Leal, presidente do Sindicato dos Têxteis e primeiro secretário da Câmara Municipal de Recife; João Firmino Luzia, presidente do Sindicato dos Marceneiros de Belo Horizonte; Secretário: Roberto Morena e outros. Fonte: "A Convenção Nacional do MMPT", Voz Operária, nº 326 de 13/08/1955.

10) Juscelino Kubitschek elege-se com o total de 3.077.411 votos e seu vice-presidente João Goulart com 3.591.409 votos.

11) Luís Carlos Prestes, "Unidade, chave do triunfo", artigo publicado pela "Voz Operária" nº 351 de 04/02/1956.

12) Publicado pela "Voz Operária" nº 353 de 18/02/1956.

13) Cf. "A situação atual, a tática e as tarefas do Partido Comunista", informe de L.C. Prestes apresentado em nome do Presidium ao Pleno Ampliado do CC do PCB, realizado em janeiro de 1956. "Voz Operária" nº 353 de 18/02/1956

- 14) "Informe do CC do PCUS ao XX Congresso do Partido" (informe de Khrushchev). Suplemento especial da "Voz Operária" - "Documentos do XX Congresso do PCUS", março de 1956.
- 15) Entrevista de N.A. Bulgânin, concedida à revista americana "Vision" e reproduzida pela "Voz Operária" nº 349 de 21/01/1956.
- 16) Relatório aprovado na II Reunião do Conselho de Representantes da ULTAÉ, publicado na "Voz Operária" nº 363 de 28/04/1956.
- 17) Na época há 910 Associações Rurais Municipais cobrindo cerca da metade dos municípios do país. Organizadas estadualmente, elas formam 20 Federações Rurais que, por sua vez, constituem a Confederação Rural Brasileira.
- 18) Cf. a seção Explicando o Programa - "A dominação do imperialismo norte-americano no Brasil - III", "Voz Operária" nº 361 de 14/04/1956.
- 19) Cf. os números de "Voz Operária" de junho de 1956, especialmente os editoriais.
- 20) Síntese realizada pela "Voz Operária" nº 370 de 16/06/1956.
- 21) O Congresso teve ampla cobertura da imprensa comunista e o PCB se declarava perfeitamente afinado com as disposições aprovadas. Cf. "Voz Operária" e "Imprensa Popular" de julho de 1956.
- 22) "Voz Operária" nº 363 de 28/05/1956
- 23) As posições de Elias Chaves Neto veiculadas pela "Revista Brasiliense", se não se superpõem pelo menos são muito

próximas do do Partido. Nos próprios editoriais da revista frequentemente aparece a reivindicação de legalidade para o PCB e para L.C.Prestes. A violência com que Prestes se volta contra Elias Chaves Neto só se explica pela necessidade, segundo o Partido, de combater o nacional-reformismo como o "alvo do golpe principal". Entretanto, a reconstituição que o artigo de Prestes faz a partir dos artigos de Elias Chaves Neto é falsa, atribuindo, assim, indevidamente, ao editor da "Revista Brasileira", posições que ele não tomara. As razões latentes da controvérsia provavelmente vêm no sentido de que o Partido não poderia tolerar uma revista "independente" com propostas tão semelhantes às suas, podendo eventualmente tirar do Partido a exclusividade da direção ideológica. Não cabe aqui mostrar os enganos de Prestes. Se o leitor assim desejar, compare o artigo de Prestes em questão com os primeiros cinco números da "Revista Brasileira". Acrescenta-se, finalmente, um trecho do artigo em que Elias Chaves Neto se defende, "Emancipação nacional e defesa da Constituição", publicado na "Revista Brasileira" nº 5, maio-junho de 1956: "Infelizmente, as razões por ele (Prestes) aduzidas em seu artigo não me convenceram da justeza da sua argumentação, principalmente quanto à interpretação que deu ao meu artigo e às conclusões que dele tira".

- 24) Quando da constituição da Frente Parlamentar Nacionalista, em meados de 1956, a "Voz Operária" assim declarava: "As lutas do povo brasileiro pela libertação de nosso país do jugo dos trustes ianques refletem-se crescentemente no Parlamento. Comprova-o a recente criação do bloco parlamentar para a defesa da economia e de soberania nacional" "Voz Operária" nº 370 de 16/06/1956. No mesmo número está incluído o manifesto da FPN.

III O XX CONGRESSO DO PCUS E O ABALO DA ORTODOXIA:

CRISE NO PCB

As teses do XX Congresso do PCUS e as revelações do informe secreto de Krushev repercutirão com muita intensidade no PCB, abrindo um período de aguda crise interna. Essa crise resulta no primeiro rompimento da unidade partidária, com a dissidência de um grupo autodenominado renovador, dissidência essa que praticamente encerra o período de hegemonia incontestada na esquerda brasileira do PCB. O primeiro aspecto a ressaltar na análise do grupo renovador é que ele aparece como precursor de outros movimentos que, originados da matriz pecebista, passarão a disputar com o Partido a hegemonia, dentro da esquerda brasileira, sobre o movimento operário. Como se verá, a dissidência renovadora tem sua origem na discordância em torno de temas organizacionais internos (sugeridos pelo XX Congresso do PCUS) e não propriamente em torno de uma política concreta para a transição socialista. Embora alguns dos renovadores colocassem em questão pontos centrais do diagnóstico e estratégia pecebistas para a sociedade brasileira, procurar-se-á demonstrar que, enquanto movimento, os renovadores estarão mais próximos ideologicamente do PCB do que sua retórica procura aparentar.

As teses do XX Congresso do PCUS terão profundas repercussões no comunismo internacional. Nele, mais precisamente no seu discurso secreto, Krushev instaura o debate sobre o período stalinista, conclamando o PCUS para uma auto-crítica radical. Temas como o culto à personalidade,

a hierarquia autoritária, o excessivo centralismo, desmandos administrativos, até então intocáveis não só para a sociedade soviética como também para o conjunto dos PPCC subservientes à URSS, vem repentinamente à tona por iniciativa mesmo do PCUS. Toma de surpresa os PPCC ocidentais que se veem na ambígua situação de acatar mais uma ordem, qual seja, a de criticar a própria fonte de autoridade. Essa tarefa implicava não só na desmistificação do período stalinista como na revisão da história particular de cada partido comunista, cuja duradoura obediência a Stálin se torna quase uma cumplicidade. ¹

Do encerramento do XX Congresso até outubro do mesmo ano, os debates relacionados aos temas veiculados pelo Congresso soviético foram desestimulados e contidos; e com isso a crise, mesmo mostrando seus sinais, passa nesses meses intermediários por um período de incubação - do qual provavelmente acabou emergindo com maior virulência. A discussão havia se limitado nesses meses na publicação de matérias procedentes de outros países e numa série de artigos e cartas que discutiam se a iconoclastia daquele Congresso, transportada para o Brasil, deveria ou não ser debatida e em que termos deveria se processar o debate. Os favoráveis à abertura do debate irrestrito e público tornam-se conhecidos como abridistas (mais tarde geralmente comporão o grupo renovador); e os fechadistas como genericamente eram designados aqueles que resistiam ao debate. Dentre os fechadistas devem distinguir-se duas posições: aquela que aceitava o debate desde que interno e "discipli-

nado"; e a que se opunha a qualquer debate, quer público ou interno, justificando sua atitude com a defesa dos princípios revolucionários e da unidade partidária. Para a primeira tendência fechadista um debate disciplinado significava moderação nas críticas e censura a determinados temas, tais como a supremacia do PCUS e a disciplina partidária.

A luta surda entre abridistas e fechadistas (grosso modo renovadores x conservadores) prolonga-se do encerramento do XX Congresso do PCUS até a aprovação, por parte do Comitê Central do PCB, do Projeto de Resolução de Outubro. Até então, o debate entre as duas posições não havia levado a uma divisão caracterizada. No entanto esse Projeto agora parecia demonstrar o predomínio da posição abridista e da chamada "força democratizante", pois, além de se submeter a uma severa auto-crítica, "inspirada" nos ensinamentos do Congresso soviético, o PCB abria oficialmente os debates. Todavia, poucas semanas antes da publicação do Projeto de Resolução os debates já haviam se iniciado, contrariando a orientação do Comitê Central. Em setembro de 1956 chega à redação da "Voz Operária" uma carta denunciando o abstencionismo da imprensa comunista sobre tais problemas. No mesmo número ² no qual a carta é publicada aparece um artigo assinado por um dos seus redatores, João Batista de Lima e Silva, sob o sugestivo título "Uma discussão que está em todas as cabeças". A partir daí e mais intensamente após a adoção do Projeto de Resolução de Outubro, o debate em torno do XX Congresso do PCUS e

suas implicações no movimento comunista emerge com toda a força, mostrando que dentro do Partido o monolitismo das idéias era, na realidade, somente uma aparência. Rompido o silêncio sobre questões tão incômodas provocadas pelo Congresso soviético de 1956, as divisões internas do Partido começam a se caracterizar, colocando mesmo em dúvida o papel de vanguarda da classe operária do qual o PCB se julgava investido. Melhor dizendo, acusava-se o Partido de se distanciar da sua incumbência de vanguarda organizada da classe operária, de seu servilismo ao PCUS e o culto à personalidade. Soma-se ainda o fato de que o Partido havia tomado conhecimento do discurso secreto de Krushev através do jornal "O Estado de São Paulo" (o que por alguns meses provocou dúvidas sobre sua veracidade), supondo-se daí que a alta direção não se empenhava de tramitar as informações para os escalões intermediários e inferiores, numa demonstração da falta de confiança na "sabedoria coletiva do Partido".

1. O Projeto de Resolução de Outubro de 1956:

sobre os ensinamentos do XX Congresso do PCUS

Esse Projeto de Resolução do Comitê Central³ é a autocrítica mais significativa inspirada no XX Congresso soviético de 1956. Começando por censurar a longa demora da abertura dos debates por parte do Comitê Central, "injustificável e grave erro", primeiramente ratifica suas posições políticas: a consolidação do socialismo em escala mundial e a desagregação do sistema colonial modificam as condições em favor das forças democráticas; no caso brasileiro essa mudança é traduzida pelo caráter contraditório que assume o Estado no Governo Kubitschek. Contraditório no sentido de abrigar duas tendências antagônicas, uma progressista e outra reacionária, essa em processo de isolamento e redução. A atividade do Partido, segundo o Projeto, tem procurado polarizar essas tendências e reforçar os elementos democráticos que compõem o governo. Os reverses que a sociedade brasileira sofre com o imperialismo norte-americano são atribuídos à falta de unidade que ainda caracteriza a frente democrática de libertação nacional. A orientação política do Partido não sofre alterações e os objetivos estabelecidos pela plataforma de 4 pontos são reiterados.

O aspecto mais importante do documento, entretanto, refere-se à auto-crítica realizada pelo Partido, numa tentativa de assimilar o XX Congresso do PCUS. Em segui-

da encontram-se os trechos mais significativos do Projeto de Outubro que nos dão a medida da repercussão das revelações do Congresso no interior do PCB.

As revelações dos graves erros cometidos na URSS em consequência do culto à personalidade de Stálin despertou-nos para a necessidade de democratizar a vida de nosso Partido(...) A responsabilidade dos erros cabe ao Comitê Central e, em particular, ao Presidium e ao Secretariado(...) As funções do Comitê Central eram, na prática, absorvidas pelo Presidium e pelo Secretariado(...) O Comitê Central não desempenhou plenamente suas verdadeiras funções; não existia ambiente propício ao exercício da direção coletiva; não existia clima necessário à livre discussão e à luta de opiniões(...) O Presidium e o Secretariado do Comitê Central tornaram-se órgãos hipertrofiados. Cairam num demasiado afastamento das massas do Partido e da vida real, o que determinou o surgimento o surgimento de elementos de burocratismo em sua atividade(...) Proliferaram as ordens e diretivas, mesmo para as menores coisas, o que entrava ou impedia a iniciativa dos quadros, dos militantes e dos organismos. As organizações de base eram sufocadas por tais métodos. A colaboração e opinião dos militantes não eram levadas em conta, o que revelava a falta de confiança na sabedoria coletiva do Partido(...) Um excessivo centralismo, a arrogância e a auto-suficiência dos dirigentes, um sistema de mandado de cima para baixo, uma disciplina algo militar ao invés de disciplina consciente e voluntária, uma falsa e injusta política de quadros, críticas violentas e intepestivas que criavam um ambiente de intimidação - predominavam em nossa atividade, caracterizando mesmo a vida do Partido, e levaram ao afastamento muitos

quadros e militantes. Tais sistemas e tais métodos tolham a democracia interna, a liberdade de opinião e de crítica e o desenvolvimento do pensamento criador em todo o Partido. (...) As causas principais estão no próprio processo de formação do Partido, nas influências ideológicas pequeno-burguesas, nas tendências caudillescas ainda muito vivas e nos restos patriarcais existentes na sociedade brasileira (...) Estão igualmente numa falsa concepção sobre a natureza e o papel do Partido Comunista do Brasil que, como vanguarda organizada marxista da classe operária deve ser, por excelência, educador de homens e expressão dos interesses e da vontade das massas populares (...) O momento é adequado para a correção de tudo isso. Recomenda-se: ampla discussão nas bases, decisão coletiva e não esperar passivamente as ordens de cima (...) O critério de promoção deve estar submetido à capacidade, qualidades morais e recomenda-se atenção especial na origem social. (...) Deve-se estimular o trabalho teórico ligado ao prático e promover o livre debate na imprensa (...) Acabar com o subjetivismo e o dogmatismo que nos tem levado a repetir mecanicamente fórmulas teóricas onde tentamos adaptar a realidade brasileira. (...) Não se pensou independentemente. Copiamos literalmente o PCUS em muitas formas de construção do Partido, apesar da extrema diversidade de condições.

Trata-se, sem dúvida, de um documento ambíguo. O radicalismo crítico verbal do Projeto pode sugerir a emergência de mudanças fundamentais na organização e estratégia do PCB. Com efeito, questões explosivas são abordadas: autoritarismo, afastamento das bases, distorções na composição de classe, subserviência ao PCUS. É necessário

considerar, no entanto, que o Projeto tem como contexto as surpreendentes revelações de Kruschew que, em um primeiro momento, eram encaradas como possíveis de abalar todo o comunismo internacional. Diante das consequências imprevisíveis da conjuntura, a direção do Partido não poderia se colocar a reboque das transformações, preferindo adiantar-se na iniciativa crítica a arriscar-se a ser vítima da mesma. No entanto, o radicalismo verbal parece encobrir a moderação prática que o sustenta. Assim, em última instância, questões de princípio são reafirmadas, em auto-crítica abstrata, sem recorrer à análise concreta dos equívocos denunciados.

Decorrem da auto-crítica propostas do mesmo teor moderado: reafirma-se a necessidade da discussão interna e da atenção ao conteúdo classista da organização, apenas, porém, como princípios a serem retomados. Não há sugestão prática para a reformulação tida como necessária, nem mudanças na composição e função do Comitê Central, nem sugestões concretas para a implementação da redemocratização desejada. Que o radicalismo do discurso se encontra esvaziado de concretude prática, demonstra-o o desenrolar dos acontecimentos.

2. Origens da dissidência

De outubro de 1956 a abril do ano seguinte o debate em torno das teses veiculadas pelo XX Congresso, transpostas para o Brasil, ocupa lugar de destaque. Grosso modo, as discussões podem ser agrupadas em duas posições. A primeira (dos conservadores) defendia a continuidade dos trabalhos do PCB sem mudanças substanciais, acreditando que os desacertos decorriam tão-somente de condições contingentes. Portanto, assimilar os ensinamentos do XX Congresso do PCUS significava corrigir alguns erros organizacionais e eliminar o culto à personalidade. O Programa do Partido estava correto, não havia necessidade de mudanças profundas e mesmo que fossem necessárias algumas alterações estratégicas haveria que esperar o comportamento dos PPCC maiores, especialmente do PCUS, face às consequências do XX Congresso. Para essa posição, os erros cometidos pelo PCB haviam sido superestimados e o revisionismo, dentro do Partido, era agora um inimigo talvez maior que os erros denunciados pelo Congresso soviético.

A segunda posição (dos renovadores) procurava extrair das denúncias os argumentos em favor de uma remodelação de todo o Partido, desde os métodos de trabalho e de organização até o Programa adotado pelo IV Congresso do PCB. A incapacidade de formular soluções práticas, as concepções sobre a realidade brasileira (agora tidas como dogmáticas), o afastamento das massas, a ineficaz atuação do Partido, etc., tudo passou a ser admitido e questionado

não mais como decorrência do fraco rendimento dos militantes; agora, colocava-se em jogo a própria hierarquia impositora de um sistema de mandonismo de cima para baixo que tolhia a iniciativa criadora dos escalões inferiores e a subordinação ao PCUS que, no seu limite, transpunha as condições históricas da União Soviética para dentro do Brasil, falseando, em decorrência, a formulação de uma justa prática revolucionária. Era o momento, para os que adotavam tal posição, de uma profunda revisão na atuação, no Programa e na forma de organização do PCB. E o Projeto de Resolução de Outubro parecia abrir um espaço para um futuro alternativo.

A divisão interna do PCB começa a tomar corpo a partir dos debates envolvendo as duas posições referidas, conservadores e renovadores.⁴ Mas a aceitação do debate por parte dos conservadores logo se retrai. Se a princípio a pressão dos renovadores os induzira a uma discussão inevitável, novos fatos vinham atuar a favor da posição inicial de restrição da polêmica. Em primeiro lugar, o impacto transformador que se previa no calor da hora das revelações do XX Congresso parecia se diluir em escala mundial, suscitando interpretações conservadoras por parte de muitos partidos comunistas e do próprio PCUS. Os conservadores encontravam-se, portanto, hesitantes diante dos possíveis "exageros" do Projeto de Resolução. Em segundo lugar, a volta da delegação brasileira que assistira aos trabalhos do XX Congresso atua no mesmo sentido. A delegação brasileira trazia consigo as notícias da "surpresa"

do PCUS diante da "extrema liberalidade" e "indisciplina" com que os debates vinham se realizando no interior do PCB. 5

Todavia, a tendência a anular a orientação do Projeto de Resolução (mesmo expressa pela maior parte do Comitê Central, particularmente pelo Presidium) a conter o debate, acaba aumentando a combatividade do núcleo renovador e aprofundando as divisões. No interior do núcleo dirigente a renovação girará em torno do nome de Agildo Barata, então presidente da Comissão Central de Finanças, organismo subordinado diretamente ao Comitê Central. Entre os dirigentes apenas Roberto Morena o acompanha. O Comitê Central parece, assim, apresentar um forte monolitismo voltado para o apoio a Prestes, tendo em João Amazonas, Ivan Ramos Ribeiro, Diógenes Arruda e Jacob Gorender os líderes mais radicais do grupo conservador.

Manifestações de renovação surgirão em comitês regionais como o C.R.Rio, C.R. Piratininga, alguns comitês regionais do Ceará e da Bahia e na União da Juventude Comunista (UJC). Na UJC a renovação estará personificada em dois influentes líderes, Antônio Rezende e Demóstenes Lobo.

A agitação interna no Partido rapidamente começa a ganhar uma dimensão mais grave, de crise. Medidas punitivas passam a ser adotadas contra os focos de resistência à orientação do Comitê Central. Afastamento de dirigentes, mudanças nas direções e intervenções nos órgãos de imprensa serão as formas de luta do núcleo dirigente, visando a dar combate a aquilo que lhe parecia ser o caráter da tendência renovadora: o revisionismo fracionista.

Importantes organismos sofrem intervenções e seus líderes são afastados. É o caso da Seção Sindical, da Seção do Trabalho de Massas (Zacarias Carvalho) e da Seção de Agitação e Propaganda (Armando Lopez da Cunha). Aydano do Couto Ferraz, editor do semanário "Voz Operária", órgão central do Partido, é demitido de seu cargo, substituído por Mário Alves.

3. "Pela renovação e o fortalecimento do Partido"

o artigo "herético"

O documento mais significativo relativo à facção renovadora (enquanto facção) é o artigo de Agildo Barata, "Pela renovação e o fortalecimento do Partido" ⁶ publicado quando o autor era ainda membro do PCB. Como se verá mais tarde, a dissidência renovadora, embrião da Corrente Renovadora do Movimento Marxista Brasileiro, não consegue traduzir suas diferenças com a linha conservadora em uma plataforma, senão coesa, pelo menos coerentemente articulada. Com efeito, trata-se de uma facção heterogênea sem um projeto delineado, cujo móvel de aglutinação originário fora a oposição ao stalinismo contido no Partido e sugerido pelo XX Congresso. Como se verá posteriormente, quanto a um projeto alternativo havia divergências significativas. É difícil falar, portanto, no momento da ruptura, de um projeto teórico e prático da parte dos renovadores. O artigo acima citado é o que mais se aproxima de um, digamos, "manifesto", contendo uma relativa conciliação entre as tendências que compunham o grupo. Quando o artigo "Pela renovação..." foi republicado em setembro de 1957 no primeiro número da revista "Novos Tempos" ⁷ (órgão porta-voz dos renovadores editado por Calvino Filho e dirigido Osvaldo Peralva) era precedido de uma nota explicativa que o apresentava como "... uma plataforma de unidade dos que, no seio do Partido Comunista, lutavam pela renovação dos métodos e concepções ali vigorantes". (grifo meu) A flexibilidade da apresentação denuncia, en

tretanto, a atomização da facção renovadora, cuja heterogeneidade estava expressa no mesmo documento: "A evolução dos acontecimentos, na qual se inscrevem os desligamentos voluntários de Agildo Barata e de inúmeros companheiros seus, que hoje integram a Corrente Renovadora do Movimento Marxista Brasileiro, tornam superados certos conceitos e partes do artigo, inclusive todos os que objetivavam o desenvolvimento da luta interna do PCB. Sua parte fundamental - conceitos políticos e táticos - permanece válida, entretanto, segundo se depreende das declarações do autor, repetidas em várias entrevistas".

Por ser um documento de alta importância, não só pelo exposto mas também pelo caráter polêmico que assume e, ainda, por sistematizar as posições de Agildo Barata, optou-se por reproduzir longos trechos. Com isso se dará conta de dois aspectos: o significado e o aprofundamento das críticas formuladas pela facção renovadora (com as ressalvas já apontadas no que se refere à representatividade do artigo) e a antecipação do que viriam a ser os principais conteúdos programáticos da Corrente Renovadora.

Depois de reputar o Projeto de Resolução de Outubro de 1956 como "ponto de partida" para uma efetiva democratização da vida partidária", Agildo Barata desenvolve oito questões e propõe três medidas imediatas. Com cores, é o que se verá em seguida.

O primeiro tópico desenvolvido refere-se à Igualdade, solidariedade e independência entre os partidos operários e comunistas.

O princípio de igualdade entre os partidos comunistas e da independência de cada um deles na aplicação do marxismo à realidade concreta de cada país é condição básica nas relações entre partidos. O internacionalismo proletário se exprime pela mais completa solidariedade fraterna entre os Partidos comunistas e operários e implica no direito de crítica recíproca.

Mesmo que a experiência dos PPCC sirva como colaboração efetiva entre eles, o internacionalismo proletário é solicitado em nome da independência dos partidos entre si. A subordinação significa a negação do marxismo criador, uma vez que as condições históricas de cada país exige diagnósticos e estratégias particulares, sem transposições de modelos exteriores.

O internacionalismo proletários reside na defesa dos interesses comuns aos trabalhadores de todos os países, e hoje se expressa particularmente no apoio efetivo às nações do sistema socialista e aos povos que se batem contra a dominação imperialista. O internacionalismo proletário reclama o mais amplo respeito ao princípio da igualdade nas relações entre os Estados socialistas e ao princípio de auto-determinação. Por isso acho que é fundamental a completa independência política e orgânica dos partidos operários e comunistas, sem interferências em seus assuntos internos, e o estabelecimento de relações mútuas e diretas, em pé de igualdade, entre os partidos, a fim de facilitar a troca de críticas e experiências. ⁸

O primeiro segmento representa a tentativa de busca de um caminho autônomo. E essa busca significa de ine

diato o rompimento da dependência com o PCUS, tido como pré-requisito a exclusão da possibilidade de volta ao passado. Apenas assim a desestalinização não colocaria em jogo o Partido; ao contrário, dessa forma tornaria possível seu renascimento revestido de uma significação progressista. A situação é complexa porque, se para alguns a desestalinização acena para uma nova orientação que procura corrigir e redimir os erros passados, fortalecendo a unidade do comunismo internacional, pode-se dizer que para os renovadores as revelações de Krushev induzem a um voto de desconfiança dirigido à orientação soviética.

A segunda questão introduz um importante elemento referente à desigualdade entre o desenvolvimento dos dois pólos da revolução brasileira:

O caráter da revolução brasileira - (...) Embora o problema das fases de desenvolvimento da revolução agrária e antiimperialista sejam de capital importância, e deva ser melhor precisado através de um estudo mais profundo da realidade brasileira, é inegável, no momento atual, o avanço mais rápido da luta antiimperialista em nosso país, em relação ao movimento camponês que se encontra em grande atraso. Esse fato indica um desenvolvimento preponderante das tarefas antiimperialistas no processo atual da luta revolucionária, tarefas que possivelmente não coincidirão com as medidas agrárias de caráter radical formuladas pelo Programa do PCB, mas que podem e devem coincidir com algumas reformas na estrutura agrária. O desenvolvimento da luta antiimperialista e as consequentes reformas na estrutura agrária, facilitando a mobilização e a organização das massas camponesas, determinarão um avanço ma-

is rápido e mais seguro no caminho das indispensáveis transformações radicais no campo. Teremos, assim, no desenvolvimento da revolução, uma fase inicial de acumulação de forças, na qual o proletariado pode e deve desempenhar um papel decisivo. Nesta fase deverão surgir melhores condições para a ampliação e consolidação da aliança operário-camponesa, que decidirá da direção, do curso e da profundidade das transformações revolucionárias.

A decorrência do descompasso entre o ritmo antiimperialista e antifeudal se revelará no quarto segmento, quando se propõe uma nova concepção de frente única e do tipo de governo necessário à revolução brasileira. Antes, porém, Agildo Barata desenvolve a terceira questão referente à Viabilidade de um caminho pacífico para a revolução brasileira.

Uma série de fenômenos surgidos no mundo e em nosso país faz-me sentir a necessidade de um reexame da tese de ser fatal e inevitável o caminho da luta armada e da guerra civil como único para o cumprimento das tarefas da revolução antiimperialista e agrária anti-feudal.

Entre os fatores que permitem à revolução brasileira tomar um caminho pacífico (todos já apontados em documentos anteriores do Comitê Central), convém sublinhar um, pela sua influência na nova concepção de frente única:

d) o rápido desenvolvimento da economia brasileira, particularmente nos últimos anos, e o conseqüente crescimento e fortalecimento da burguesia nacional, cujos interesses se chocam com os dos imperialistas e em certa medida com os

restos feudais no campo, burguesia cada vez mais influente no aparelho de Estado e em muitos partidos políticos e bancadas parlamentares;

A questão sobre a política de frente única, ao lado das questões organizacionais internas, forma um núcleo para onde as outras idéias convergem e ambas constituirão os pontos de maior atrito com o Partido.

O caráter da revolução brasileira e a desigualdade de desenvolvimento de suas correntes (avanço da luta antiimperialista e o atraso do movimento camponês) impõem modificação no esquema estratégico do atual Programa do PCB. O Projeto de Resolução do Comitê Central (de outubro de 1956) sugere esta modificação, ao reduzir no momento atual o campo do inimigo ao imperialismo norte-americano e seus agentes internos mais renitentes e reconhece a possibilidade de alianças, para ações específicas, inclusive com certos setores de latifundiários.

Dadas as modificações que se operam na agricultura brasileira (a penetração do capitalismo no campo), a política de espoliação do imperialismo norte-americano, particularmente através do quase monopólio do comércio exterior, e as possibilidades de melhores preços que o mercado socialista pode oferecer a produtos agrários nossos, é muito provável que até setores de latifundiários possam participar, por um dado período, da frente de luta antiimperialista, pelas liberdades constitucionais e por medidas, ainda que limitadas, contra as sobrevivências de relações feudais no campo. O mesmo sucede em relação a setores ainda mais numerosos da grande burguesia cujos interesses entram frequente-

mente em choque com o exclusivismo reclamado pelos monopólios ianques para a pilhagem de nosso país e com a atual estrutura agrária que retarda o desenvolvimento mais rápido do mercado interno. (...)

Pela mesma razão porque a análise das condições objetivas nos permitiu reduzir, acertadamente, o campo dos inimigos externos ao imperialismo norte-americano, a realidade brasileira impõe a redução do campo dos inimigos internos unicamente aos latifundiários feudais (e não a toda a classe de latifundiários) e aos elementos da grande burguesia que atuam como agentes da dominação norte-americana em nosso país. (...)

Considerando inadiável a luta pela constituição desta frente única, acho completamente errônea a tese de que devemos "desferir o golpe principal" contra as tendências nacionalistas (nacional-reformismo, nacionalismo burguês, etc) que surgem dentro de todos os partidos políticos legais e dentro do próprio governo. O golpe principal deve ser dirigido contra o imperialismo norte-americano e seus agentes internos mais caracterizados. Nas condições concretas atuais do Brasil, o nacionalismo, como corrente política e ideológica, exerce um papel indiscutivelmente progressista até certo ponto, e é, sem dúvida, uma das forças indispensáveis na frente de luta contra o imperialismo norte-americano.

A composição dessa frente única parece nova apenas pela ênfase da participação de alguns setores latifundiários e da grande burguesia e pela ênfase ao denominador comum onde se conjugam os interesses das classes sociais: o nacionalismo. Na verdade, tais teses já estão contidas no pensamento oficial do PCB. De fato, a idéia de frente am-

pla, nacional e democrática, sempre se configurou como um dos pilares centrais da estratégia pecebista. O que ela indica, como já observou Francisco Weffort⁹, é a ausência de um projeto social autônomo e com conteúdo de classe específico por parte dos comunistas. A noção, porém, passa a sofrer de uma crescente flexibilidade. Dessa maneira é que elementos latifundiários e da grande burguesia, antigos inimigos históricos, passam a ser incluídos na frente ampla. Nesse sentido, a posição de Agildo Barata não acrescenta qualquer heresia à ortodoxia partidária. Apesar de sua presença constante, porém, a noção de frente não parece ter sido assumida inteiramente pelo Partido, ou pelo menos o foi de maneira confusa. Assim é que se identificava o alvo do golpe principal no nacional-reformismo e no nacionalismo burguês; correntes de pensamento essas da qual seriam porta-vozes setores progressistas incluídos na frente. A ferocidade crítica com relação a esses setores está associada a necessidade de conservar, no plano ideológico, uma distinção que desaparecera no plano concreto. O que é inovador no artigo de Agildo Barata com respeito à questão é o abandono explícito do que restava miticamente da pretensão a manter uma identidade histórica, pré-requisito da hegemonia desejada.

Outro aspecto que denuncia que a inovação de Agildo Barata se realiza mais no plano da explicitação do implícito é aquele da concepção do tipo de governo:

Levaríamos, porém, o proletariado e demais forças populares a uma simples posição reboquista se não tivéssemos - como não teve o nosso Parti

do - uma clara compreensão do tipo de governo de que necessitamos na fase atual da luta pela independência nacional e a democracia. Este não é, nem o governo democrático de libertação nacional, proposto pelo Programa do PCB, nem o governo atual, como está constituído. As forças patrióticas e democráticas devem ter em vista - creio eu - a conquista, ainda dentro dos quadros do atual regime, de um governo nacional e democrático ...

Suas afirmações, embora contrariem o Programa de 1954, colocam-se em consonância com a política orientada pelo Partido, por sua vez contraditória em relação ao seu programa orientador. Ou seja, o próprio Partido, segundo pelo seu diagnóstico do governo de Juscelino Kubitschek (duas tendências, uma reacionária e outra progressista) acredita já na transformação do Estado brasileiro realizada dentro do próprio Estado, através da luta parlamentar, do apoio aos progressistas e do alijamento de elementos reacionários. Não se trata, portanto, da substituição do governo, mas de sua gradativa mudança em direção a um Estado de representação popular. O que Agildo Barata faz é dizer aquilo que o Partido vinha praticando há algum tempo. A maneira de se alcançar o governo nacional e democrático para Agildo Barata é esta:

Na luta pela conquista de um governo nacional e democrático todas as forças interessadas no progresso e na independência do país, inclusive as que se encontram dentro do atual governo, tem todas as possibilidades de unir-se numa ampla frente nacional e democrática contra o imperialismo norte-americano. (...) à medida que dela

participem as massas fundamentais da população - o proletariado e o campesinato - acentuar-se-á o seu caráter democrático e ela poderá ter não somente influência decisiva nas eleições, no Parlamento e na administração, também no exercício direto do poder, através de um governo nacional e democrático. Tal governo, tanto pode surgir do atual, através de modificações que alijem dos postos-chaves os elementos reacionários e servis ao imperialismo norte-americano, como de sua substituição através de eleições. Esta tarefa nacional e democrática seria, também, o instrumento através do qual as forças democráticas e anti-entreguistas poderiam enfrentar, com êxito, quaisquer tentativas de retrocessos reacionários na vida política do país.

A perplexidade decorre, no entanto, na admissão clara do desajuste entre a prática política e o defectível Programa de 1954.

Modificação no Programa do PCB - É claro que os pontos-de-vista acima enunciados põem em discussão algumas das teses básicas do Programa do Partido, teses que, a meu ver, já foram contrariadas pelo próprio confronto com a prática de nossa ação política nesses últimos dois anos.

Creio que não se trata de elaborar, às pressas, um novo programa. um programa deve ser fruto do trabalho e da experiência coletiva de todo o Partido, do estudo sistemático e aprofundado da realidade brasileira, da livre investigação e do livre debate. Foi isso exatamente o que não fizemos com a elaboração do atual. Manter nas presentes condições o Programa seria entravar a elaboração de uma justa linha prática.

Dos três itens restantes, dois vêm em confirmação às posições do PCB. No primeiro, referente ao regime pluripartidário, Agildo Barata reconhece como justo o Programa quando reconhece a necessidade de se manter o regime pluripartidário durante a fase antiimperialista e anti-feudal da revolução brasileira. Apenas solicita uma maior agressividade na política de aproximação com as massas progressistas e, para tanto, pede para o Partido estabelecer "relações inteiramente novas, compreensivas e amistosas com os outros partidos que assumam posições patrióticas e democráticas."

O penúltimo item é relativo à política externa onde o articulista ratifica a posição pecebista e, finalmente, apresenta sua última questão, a democratização do Partido e suas propostas práticas:

Creio que somente a democratização do Partido - democratização efetiva e não de palavras - permitirá a nosso movimento sair das dificuldades em que se encontra. Não tenho dúvida que foram violadas, entre nós, durante todos esses anos de vigência do culto à personalidade, os princípios marxistas-leninistas do Partido. Ainda agora, esses princípios não estão sendo, a meu ver, observados. Não se trata de um pequeno erro na atividade partidária, mas de um sério desvio ideológico, de violações grosseiras do princípio diretor do Partido: o centralismo democrático. E não sou eu quem o diz, é o próprio C.C. no Projeto de Resolução. (...)

O centralismo, no Partido, não pode ser ditatorial, mas democrático, isto é, o centro único, dirigente, não pode impor sua vontade ao Partido, mas, pelo contrário, deve subordinar-se à vontade coletiva do Partido, expressar a opinião co

letiva do Partido, sistematizá-la e assegurar sua aplicação por todos os organismos partidários. A democracia, no Partido, não pode ser anárquica, mas uma democracia centralizada - isto é, cada militante ou organismo tem o direito de defender e expressar seus pontos de vista sobre qualquer problema do Partido, sem temor a represálias ou punições, porém, ao mesmo tempo, deve subordinar sua atuação prática às decisões da maioria e observar o princípio da subordinação dos organismos inferiores aos organismos superiores, dentro das normas democráticas que regem, estatutariamente, esta subordinação.

O centro da luta pela democratização e o fortalecimento do Partido reside, a meu ver, no esforço para a correção da anomalia que ainda prevalece nas atividades partidárias quanto às relações entre a democracia interna e o centralismo. Trata-se de restabelecer a base da democracia interna, sacrificada pelo centralismo arrogante, mandonista e auto-suficiente.

Visando à democratização da vida partidária e ao restabelecimento, em sua plenitude, dos princípios do Partido, acho que devemos lutar, em conjunto, pelas seguintes medidas imediatas:

1- "Linha de massas" - Adoção como método de direção coletiva da chamada "linha de massas" aplicada, com êxito, pelos camaradas chineses. A orientação do Partido, particularmente em questões fundamentais, não deve ficar somente a cargo de um coletivo de dirigentes: o Secretariado, o Presidium ou mesmo o Comitê Central. Sempre que haja condições para isto, e creio que há quase sempre, o coletivo do Partido deve ser ouvido sobre a linha política, flexões táticas, eleições, questões orgânicas, etc. Sistematizando es

sas opiniões, os órgãos dirigentes do Partido poderiam conhecer melhor a realidade, aproveitar-se da sabedoria coletiva do Partido, evitar o subjetivismo em suas decisões, ao mesmo tempo que preparariam o conjunto do Partido para aplicar com rapidez, entusiasmo e espírito de iniciativa as suas resoluções.

2 - Execução de forma imediata das correções de erros que o Projeto de Resolução apontou: a) o Partido deve ser dirigido por organismos que funcionem de modo regular e coletivo; b) impedir que as funções do CC continuem sendo, na prática, usurpadas pelo Presidium e pelo Secretariado, assim como as funções dos Comitês Regionais, Zonais e Distritais o sejam pelos respectivos secretariados; c) elaborar e adotar normas que impeçam, efetivamente, o método do excessivo centralismo e cominem penas para os dirigentes (camaradas e organismos) que violarem as regras da democracia interna e cometerem repetidamente atos de mandonismo, de repressão aos que critiquem e de incentivo à prática do culto à personalidade; d) assegurar o livre debate, na imprensa do Partido, dos problemas teóricos e políticos, sob responsabilidade pessoal; e) assegurar à minoria o direito de manter e defender sua opinião, sem prejuízo do princípio que estabelece o rigoroso cumprimento, por parte da minoria, das resoluções tomadas pela maioria.

2 - Além dessas medidas constantes, em tese, do Projeto de Resolução do Comitê Central, algumas outras poderiam desde logo ser postas em execução, tais como: a) aproximar as direções das bases e das massas adotando como orientação que uma parte dos membros dos organismos dirigentes, inclusive do CC, seja ligada à produção, o que implica também num combate ao burocratismo; b) assegurar no mais curto prazo as eleições de baixo

para cima em todo o Partido, eliminando a prática das cooptações ou nomeações de cima para baixo; c) garantir o cumprimento do dispositivo estatutário de prestações periódicas de contas de todas as atividades, de cima para baixo, ressalvadas as questões de segurança; d) eliminar as medidas punitivas à base de "delitos" de opinião, partindo da preliminar de que quem deve julgar a todos nós é o nosso Partido e que isto breve poderá ser feito no V Congresso; e) encurtar os prazos entre as reuniões plenárias de organismos dirigentes e usar o método de convidar camaradas mais ligados ao trabalho prático dando-lhes o direito de voz; f) estimular o debate, repondo-o nos termos estabelecidos pelo Projeto de Resolução e da orientação traçada na carta de Prestes. A censura deveria limitar-se tão-somente aos problemas da segurança, dos princípios do Partido e à linguagem, respeitada a ética jornalística; g) criar nesta fase pré-congressual de debate um clima democrático capaz de assegurar que os trabalhos do futuro V Congresso se realizem num ambiente diverso em que se processaram os do IV Congresso. (...)

Agildo Barata procura atacar o grupo conservador e ao mesmo tempo recuperar o Projeto de Resolução que, desde a carta de L.C. Prestes enviada ao CC em fins de novembro de 1956 (a "carta-rôlha", segundo os renovadores) passara a ser considerado um documento que não mais representava o pensamento do núcleo dirigente. Nela, L.C. Prestes se pronunciava violentamente contra o criticismo "exacerbado": "A URSS está à frente dos povos que lutam pela paz, pela democracia e pelo socialismo. São inadmissíveis, portanto, em nossas fileiras e na imprensa feita com os recursos do povo quaisquer ataques à União soviética e ao PCUS"¹⁰ O Projeto de Resolução em que Agildo Barata se apoia está condenado.

4. "Resolução sobre a unidade" ou o "decreto de cisão"

O Projeto de Resolução de Outubro de 1956 é "anulado" em abril de 1957. Entretanto, seu caráter de orientação tem uma existência mais curta. Depois da carta de L.C.Prestes enviada ao Comitê Central em fins de novembro o Projeto perdera sua autoridade, pois ficava claro que não mais representava o pensamento do núcleo dirigente. Nos bastidores do Comitê Central ele passava a ser considerado um "documento menchevique".

Em reunião realizada em abril de 1957 o Comitê Central adota a Resolução sobre a unidade do Partido¹¹ onde se consagra definitivamente a posição da maioria do Comitê Central - os conservadores. Essa Resolução, em nome da unidade do Partido, encerra oficialmente os debates. Até aqui, mesmo com a série de medidas punitivas adotadas pela alta direção, a facção renovadora atuava dentro do Partido. Entretanto, com a adoção da Resolução o PCB parecia não mais comportar a dissidência de maneira assimilável.

O curto período no qual se permitiu o debate revelou que as reações ao XX Congresso do PCUS eram irreconciliáveis e que não podiam existir tendências divergentes de ordem estratégica e organizacional. A Resolução sobre a unidade era um duro golpe naqueles que, inspirados no superado Projeto de Outubro, lutavam pela chamada democratização do Partido. Apesar da convergência teórica entre os

dois grupos (embora se tentasse dar às pequenas diferenças uma dimensão de contradições básicas), as questões táticas e de organização interna se tornam suficientes para demonstrar que não havia mais lugar para as duas posições dentro do Partido.

A Resolução sobre a unidade é a expressão dessa luta e o momento de solução aparente do impasse. Por isso pode ser considerado um divisor de águas.

Aquilo que até então era uma facção do PCB, uma "ala", assume as características de um movimento autônomo, aglutinador das diferentes manifestações contra a forma de desestalinização tal como estava sendo levada pelo Comitê Central. A dissidência rompe os limites da organização para se compor na Corrente Renovadora.

Notas do Capítulo III

- 1) O XX Congresso do PCUS realizou-se em fevereiro de 1956. O discurso em questão de Krushev foi proferido no encerramento, a 25 de fevereiro, em reunião secreta. Na edição de 5 de maio de 1956 o jornal "O Estado de São Paulo" reproduz parcialmente o informe secreto publicado pelo Departamento de Estado Norte-americano.
- 2) Cf. "Voz Operária" nº 386 de 06/10/1956.
- 3) Projeto de resolução de outubro de 1956 do Comitê Central do PCB "Sobre os ensinamentos do XX Congresso do PCUS, o culto à personalidade e suas consequências, a atividade e as tarefas do PCB", publicado em "Imprensa Popular" de 19/10/1956.
- 4) Renovadores é a auto-deminação do grupo, enquanto que conservadores é o termo que os primeiros usam para designar seus opositores; ou seja, renovadores e conservadores são termos forjados pelos "abridistas". Achou-se conveniente adotar no trabalho tal terminologia, sem que com isso, todavia, se adotem as virtualidades que os termos possam sugerir.
- 5) A delegação, composta de 6 elementos, encarregada de trazer o relatório de Krushev, retorna ao Brasil vários meses depois de encerrado o Congresso. Essa é uma das explicações da prolongada demora na abertura dos debates em torno da desestalinização.
- 6) Publicado pela "Voz Operária" nº 409 de 06/04/1957.
- 7) "Novos Tempos" nº 1 de setembro de 1957.

- 8) As citações que se seguem neste subtítulo, sem referências, são do artigo de Agildo Barata "Pela renovação ...", citado.
- 9) Cf. Francisco C. Weffort, "Partidos, Sindicatos e Democracia: algumas questões para a história do período 1945-1964".
- 10) Carta de Luís Carlos Prestes enviada ao Comitê Central do PCB, publicada pela "Voz Operária" nº 393 de 24/11/1956.
- 11) Publicada pela "Voz Operária" nº 411 de 20/4/1957.

IV- DISSIDÊNCIA: A CORRENTE RENOVADORA

Nos primeiros meses de 1957, a imprensa do Partido desenvolve intenso debate em torno da questão do caminho pacífico ou não da revolução brasileira e se essa deveria processar-se sob a hegemonia do proletariado ou da burguesia. Em larga medida as discussões são um diálogo com Agildo Barata, cujas idéias centrais foram expostas no artigo "Pela renovação...". Um clima bastante tenso acompanhava os debates pois, jogavam-se, na verdade, idéias que implicavam na alteração do Programa de 1954, até então intocável.

Pouco depois da Resolução sobre a Unidade, no dia 9 de maio de 1957, Agildo Barata pede demissão e se desliga do Partido, acompanhado de quase todos os redatores da "Voz Operária" e parte da "Imprensa Popular". Segundo Leôncio Basbaum¹ aquela equipe pediu demissão, enquanto que para um observador da época o quadro de redatores da "Voz Operária" fora de fato destituído de suas funções pela direção do Partido.² Ainda segundo essa fonte, a atividade punitiva implicou na "intervenção em numerosos organismos e afastamento de seus componentes, como sucedeu com a Seção de Agitação e Propaganda, A Seção do Trabalho de Massas, a Seção Sindical e outros; afastamento e congelamento de dirigentes dos organismos regionais; mudanças de direções, etc."³

Embora os debates desenvolvidos na "Imprensa Po

pular" e "Voz Operária" nos primeiros meses de 1957 - particularmente em abril, quando é publicado o artigo "Pela Renovação..." - viessem carregados de agressividade e mútuos ataques entre a linha oficial do Comitê Central e aqueles que logo formariam a Corrente Renovadora, somente após uma entrevista de Agildo Barata concedida à imprensa é que a divisão começa a tomar forma mais nítida. Tal entrevista, concedida à revista "Manchete"⁴ voltava-se contra a direção do PCB revelando uma violência até então contida. Nela, Agildo Barata estabelece uma diferença entre a direção do Partido, "composto de meia dúzia de pessoas e o restante da massa partidária", níveis completamente desligados onde a massa submete-se às imposições "ditatoriais" do núcleo dirigente. Agildo Barata acusava particularmente a direção de se manter submissa à orientação do PCUS, o que acabava comprometendo sua política, uma vez que não levava em conta as condições específicas do país, e denunciava a falta de democracia interna onde a militância acabava significando tão-somente o cumprimento de ordens superiores. Segundo a entrevista, a cisão que começava a tomar conta do Partido era de responsabilidade do próprio núcleo dirigente, que autoritariamente interrompia o processo democratizante que tivera início com o Projeto de Resolução de outubro de 1956. A interrupção dos debates, feita autoritariamente em nome da unidade, fechava a discussão e afastava da atividade política "centenas de militantes" que procuravam um novo caminho para a revolução brasileira. Agildo Barata acusava o núcleo

dirigente de "tentar, hipocritamente, explicar tais atitudes como um ato de defesa da unidade do Partido, espalhando acusações caluniosas que outra preocupação não tinham senão a de permanecer nos cargos, fugindo do reexame de suas posições. Esses 'donos' do Partido vivem, dizia Agildo Barata, dos restos de uma autoridade prestes a desaparecer. Procuram desviar a justa e inexorável prestação de contas perante o povo e o movimento socialista".

Na entrevista, Agildo Barata procurava justificar seu rompimento com o Partido utilizando-se de dois tipos de argumentos. O primeiro refere-se ao Partido enquanto organização e o segundo, à estratégia adotada: "Continuo socialista e rompo com uma organização que abandonou o sentido dinâmico do marxismo, entorpeceu-se em dogmas e erigiu um sistema de ditadura interna que a afasta cada vez mais do povo e que mesmo dificulta a aglutinação das forças populares, imprescindível para a solução dos problemas brasileiros". O primeiro argumento crítico é atribuído, por Agildo Barata, à herança stalinista, que o informe secreto de Kruschew permitira denunciar; o segundo refere-se ao Programa de 1954, definido como "inequívoco e desligado da realidade brasileira" por recomendar o combate às tendências nacionalistas - o nacional-reformismo e o nacionalismo burguês - afastando assim as possibilidades de obter, "dentro do atual regime", um governo nacionalista e democrático, defensor das liberdades constitucionais.

1. "Novos Tempos"

A revista "Novos Tempos"⁵ é tomada, nesse trabalho, como porta-voz das posições da Corrente Renovadora do Movimento Marxista Brasileiro. Isso porque, se a ruptura com o PCB, efetivada no bojo de uma euforia crítica, inclui militantes com os mais diversificados pontos de vista, em torno da revista se reúne um grupo com relativa unidade teórica e programática. Além disso, na direção de "Novos Tempos" e entre seus principais colaboradores estão justamente aqueles elementos que lideraram a crítica ao PCB, tendo se tornado o pivô da crise que se sucede o XX Congresso do PCUS. A publicação se ocupa, fundamentalmente, em explicitar suas diferenças em relação ao Partido, fornecendo rico material para a compreensão do significado da ruptura.

É bem verdade que essa primeira quebra do monolitismo pecebista pode ser considerada a matriz de diversas organizações que virão a florescer na primeira metade dos anos 60 e que se caracterizarão por uma crescente independência das formulações do PCB e tendendo a uma maior radicalização política.⁶ Sob esse aspecto, essas novas organizações tenderão também a se afastar das concepções da Corrente Renovadora, cuja característica original é a fidelidade ao pensamento pecebista, combinada com a recusa da organização do Partido, como veículo da realização de suas próprias propostas.

Do ponto de vista desse trabalho, no entanto, a Corrente Renovadora assume importância especial justamente por sua semelhança programática com o PCB. Pode-se afirmar mesmo que a Corrente Renovadora potencia e leva às últimas conseqüências certas proposições contidas no Programa de 1954. No entanto, critica violentamente o Partido pelo seu "stalinismo", "dogmatismo" e falta de coerência interna, nisso residindo a principal diferença entre os dois grupos, uma vez que, da parte do PCB, os renovadores são acusados de rebeldia, sectarismo e divisionismo.

A proposta central da Corrente Renovadora do Movimento Marxista Brasileiro é a constituição de um movimento independente, aberto à colaboração de todos os "setores progressistas" da sociedade brasileira, que não sofra da "ossificação e "burocratismo" que seriam inerentes à organização partidária do PCB, em última instância, com o objetivo de realizar precisamente as tarefas que o próprio PCB se propunha e que não conseguia realizar.

A contradição principal do PCB, segundo a Corrente Renovadora, seria a de propor insistentemente uma frente democrática de libertação nacional sem abandonar o sectarismo e o dogmatismo, isto é, mostrando-se, com frequência, hostil a seus aliados potenciais. A Corrente Renovadora propõe-se a resolver essa contradição, abandonando as reservas para com manifestações nacionalistas oriundas de quaisquer setores da sociedade, eliminando, dessa maneira, as desconfianças para com o nacional-reformismo.

2. A etapa da revolução brasileira

As principais linhas norteadoras daquilo que se poderia chamar, esquematicamente de pensamento da Corrente Renovadora estão contidas já no explosivo artigo de Agildo Barata "Pela Renovação ..." redigido quando ainda fazia parte dos quadros do PCB. Dentre as "heresias" cometidas por Agildo Barata encontra-se a crítica aberta ao Programa de 1954, na identificação do caráter da revolução brasileira. Embora de maneira sutil e conciliatória, o artigo afirma que "é inegável, no momento atual, o avanço mais rápido da luta anti-imperialista em nosso país, em relação ao movimento camponês que se encontra em grande a trase". A "heresia" não se encontra, no entanto, nessa constatação, também aceita pelo PCB. Reside no fato de que, enquanto o Partido extraía daí a necessidade de reforço às tarefas políticas no campo, fiel ao caráter "anti-imperialista e agrário anti-feudal" da revolução brasileira, Agildo Barata propunha o deslocamento da ênfase em favor das tarefas anti-imperialistas, acompanhadas de "algumas reformas na estrutura agrária". Isso porque, afirma no artigo, as tarefas "anti-imperialistas no processo atual da luta revolucionária (...) possivelmente não coincidirão com as medidas agrárias de caráter radical formuladas pelo Programa do PCB..." As transformações mais substantivas da estrutura agrária seriam postergadas a um segundo momento, do qual o primeiro (a luta antiimperialista) seria pré-requisiito indispensável.

Essa formulação se tornará constante entre os renovadores, levando a desdobramentos teóricos e táticos, dos quais o mais importante é a reformulação das "etapas da revolução brasileira". É assim que Eros Martins Teixeira, um dos mais profícuos colaboradores de "Novos Tempos", reafirmando a defasagem entre as lutas antiimperialista e anti-feudal, extrai o seguinte:

Quanto aos aspectos antiimperialista e agrário da revolução, penso que eles não devem também esquematicamente definir uma determinada e única etapa revolucionária, pois, mais acentuado ora um ora outro aspecto numa fase ou etapa, eles são e serão indissociáveis e caracterizarão, juntos, várias etapas, ou pelo menos algumas etapas. Imagino ser possível dividir a nossa revolução em três etapas:

- 1a. REVOLUÇÃO NACIONALISTA, DE LIBERTAÇÃO NACIONAL OU NACIONAL-LIBERTADORA;
- 2a. REVOLUÇÃO DEMOCRÁTICO POPULAR e
- 3a. REVOLUÇÃO SOCIALISTA.⁷

A sociedade brasileira se encontraria na primeira dessas etapas, mais precisamente na fase de "acumulação de forças". Nela, a tarefa essencial seria o "fortalecimento de toda aliança com outras classes sociais, no sentido de pressionar de fora o governo e forçá-lo a caminhar num sentido progressista".⁸

Por trás da afirmação da aliança com outras classes sociais se encontra uma maior relevância (aliás, também contida no artigo citado de Agildo Barata) atribuída ao papel dos setores latifundiários no interior da frente. O Pro

grama de 1954 já acenava com a possibilidade de alguns desses setores sofrerem economicamente com a ação imperialista, inclinando-se para uma participação, embora limitada, na frente.

Essa afirmação, que no corpo do Programa de 1954 é absolutamente secundária, será potenciada pelos renovadores, que passam a insistir na delimitação dos inimigos latifundiários exclusivamente aos "feudais". A relevância da divergência em relação ao PCB no que se refere às etapas da revolução brasileira e à ponderação das classes sociais no interior da frente, torna-se evidente no "Anteprojeto de Teses" elaborado pela Comissão Carioca da Corrente Renovadora do Movimento Marxista Brasileiro.

Tese nº 4. O movimento nacionalista é, assim, uma expressão consciente da contradição fundamental entre o povo brasileiro e o imperialismo, particularmente o norte-americano. Esta contradição já abrange até mesmo elementos e setores do latifúndio, que se colocam, muitas vezes, em posições de divergência ou mesmo de choque com o imperialismo norte-americano, particularmente no que se refere ao comércio internacional.

Tese nº 5. Deste modo, embora a revolução brasileira, em sua fase atual, seja agrária e antiimperialista, não se pode, presentemente, considerar inimigos todos os que pertencem à classe dos latifundiários. Pelo mesmo motivo e, ainda, tendo em vista o atraso do movimento camponês em relação ao movimento de emancipação nacional, as tarefas antiimperialistas têm,

presentemente, um papel preponderante, um pa
pel acelerador de todas as demais.⁹

Do exposto, extrai-se que, apesar da declaração
explícita da necessidade de aliança com todas as clas
ses sociais, existe uma forte alteração de peso de cada u
ma das classes no interior da frente.

3. A frente ampla e o problema da hegemonia

Na medida em que se assume a defasagem entre os movimentos operário e camponês e, como desdobramento, a concentração de forças no primeiro em detrimento do segundo, a idéia de frente, tendo como núcleo a aliança operário camponesa, sofre algumas alterações

Se para o PCB a constituição da aliança operário camponesa é pré-requisito indispensável para a conquista da hegemonia por parte das classes populares na frente, para a Corrente Renovadora nada é prévio, tudo devendo definir-se "no processo de luta". Assim é que tanto a aliança operário-camponesa como a hegemonia proletária deveria ser forjadas no mesmo movimento de constituição da frente com todas as demais forças.

O objetivo fundamental dessa frente, e portanto da Revolução Nacionalista ou de Libertação Nacional, será o afastamento do governo das classes mais retrógradas que o compõem: dos agentes do imperialismo norte-americano oriundos de várias classes e camadas sociais; da burguesia especuladora e dos latifundiários mais reacionários. Contra estes deverá ser dirigido o GOLPE PRINCIPAL. A razão de ser da luta será, enfim, a conquista do poder.

(...) Será, porém, sempre dominante dentro da frente - se não disfarçadas as contradições internas existentes, mas sim superadas - o interesse comum de libertar o país da dominação estrangeira e levá-lo a formar junto com os dema-

is países pacíficos, de impulsionar o seu desenvolvimento industrial capitalista, mesmo porque, conforme dizia Lênin de certos países: ... "a classe operária sofre não tanto do capitalismo como da insuficiência desse último!" (...). No que se refere à direção da revolução nessa primeira etapa, ela será conquistada pela burguesia nacionalista ou pelo proletariado, ou ainda por ambas, predominando, porém, quem com maior sabedoria, souber conquistar o apoio das demais classes e camadas interessadas na revolução. Julgo não ser essa afirmativa simples convicção teórica, pois a prática da vida não nos tem mostrado outra coisa, senão esta disputa de liderança entre o proletariado e a burguesia nas revoluções democrático-burguesas, principalmente nas que têm tido, ultimamente, caráter de libertação nacional, como sucede no Egito, na Índia e noutros países.¹⁰

Para o Partido, a precedência da aliança operário camponesa significava a garantia de um espaço de liderança no processo revolucionário burguês, ao mesmo tempo que a manutenção de um germe de luta de classes na etapa de conciliação provisória.

A Corrente Renovadora, no entanto, não compartilha dessa preocupação. A frente, enquanto tal, torna-se um fim em si própria e os renovadores não revelam pretensão de vanguardá-la.

Tememos muito mais a burocracia, o culto à personalidade, a fossilização dogmática, o definhamento por uma atuação voltada para nós mesmos, que a eventualidade de uma possível absorção orgânica e anulação política.¹¹

O abandono da pretensão à vanguarda significaria, para os renovadores, a chance de alargar ainda mais as bases do consenso, enfatizando, como vimos, a presença dos latifundiários na frente. De uma forma ou de outra, o PCB também antevia a possibilidade de "alguns setores de latifundiários" pelas suas contradições com o imperialismo. Os renovadores, entretanto, dão um caráter marcante a esse aspecto, simultaneamente ao quase abandono da aliança operário-camponesa. Consequentemente, vão muito mais além no distanciamento explícito da luta de classes: "Fundamental é a contradição entre todo o povo brasileiro, de um lado, e os imperialistas ianques, de outro".¹²

A Corrente Renovadora, saída da matriz pecebista, não só aceitará como potenciará a idéia de frente democrática de libertação nacional. No entanto, e paradoxalmente, aí residirá seu maior ponto de atrito com o PCB. Para os renovadores, o Partido seria o maior impecilho à constituição da frente que ele próprio propusera, ou seja, ao manter-se "sectário" entravava as possibilidades de conciliação, atacando aqueles que virtualmente seriam seus aliados. É assim que o Partido se preocupava em golpear o nacional-reformismo e as vozes discordantes da própria esquerda, desperdiçando forças e comportando-se contraditoriamente em relação às suas formulações. Os renovadores propõem desviar decididamente o alvo principal para o imperialismo, abrindo suas portas a todos os "setores progressistas" e vitimados pelo imperialismo, abandonando

qualquer pretensão hegemônica prévia. Seria essa, segundo eles, a forma correta de agregar forças em torno de um movimento de libertação nacional. Não se trata, portanto, de uma oposição às teses do PCB mas ao próprio PCB enquanto estrutura partidária. E isso é claramente compreendido pelo Partido. Em entrevista concedida à Imprensa Popular¹³ Luiz Carlos Prestes assim se refere à cisão do Partido, em particular à pessoa de Agildo Barata:

Após seis meses de debate público, o sr. Agildo Barata convenceu-se de que não poderia impor suas opiniões ao Partido, viu-se completamente só no Comitê Central e como não queria submeter-se democraticamente à decisão da maioria por mais que encha a boca com a democratização do Partido, preferiu tomar pelo caminho da deserção e emprestar seu nome para servir de bandeira a um grupo divisionista. Renega, assim, o seu passado de revolucionário e por mais que se diga nacionalista e disposto a prosseguir na luta pela independência e pelo progresso do Brasil, coloca-se de fato com seus ataques ao Partido Comunista ao lado dos inimigos de nosso povo. Quem assim procede não pode ter por objetivo a realização da unidade patriótica e democrática do povo, por mais que diga ser este o seu objetivo. Todos os verdadeiros patriotas sabem que na luta contra a dominação imperialista, pela independência econômica do Brasil e pelo bem-estar do povo é indispensável a participação da classe operária e do seu partido político - o Partido Comunis-

ta do Brasil - na frente única patriótica e democrática. Não se pode ser por essa frente única quando se procura quebrar a unidade do Partido Comunista, quando se faz uma vergonhosa campanha de insultos e calúnias contra o partido político da classe operária e seu Comitê Central.

(...) O que não é admissível é, a pretexto de corrigir erros, tentar desacreditar os comunistas e o comunismo, ou preconizar a liquidação do Partido. É tentar contra a unidade do Partido é tentar contra o próprio Partido.

(...) a luta contra o dogmatismo nada tem de comum com a tolerância com o revisionismo ou com a aceitação de uma interpretação oportunista das decisões do XX Congresso do PCUS e não pode de forma alguma justificar ataques à unidade do Partido.

É por isso que o comportamento dos renovadores significava para o Partido uma rebeldia intolerável. Além de negá-lo, a Corrente Renovadora colocava como dispensável ou, mais do que isso, como entravante ao processo revolucionário a existência de um Partido Comunista na etapa em que se encontrava o país. Desse ponto de vista, os renovadores se apropriavam das formulações do Partido para decretar sua falência, negando-lhe o papel de dirigente da revolução brasileira e colocando-o frente-a-frente com o risco de perder sua identidade e seu espaço político.

4. A questão da organização partidária

Como já se enfatizou, a Corrente Renovadora de forma alguma mantém uma forte unidade política e ideológica. Um dos pontos de discordância interna refere-se à questão da organização. Para Raimundo Schaun e Hélio Oliveira haveria duas posições principais:

- 1) Os que, rompendo com o PCB e se constituindo, provisoriamente, em Corrente Renovadora do Movimento Marxista Brasileiro, desejam a formação de um novo partido político ou um movimento ao lado das demais forças de esquerda;
- 2) Os que (oriundos ou não do PCB) defendem a nossa participação em todo o movimento de esquerda, em particular no seio dos partidos políticos com raízes na classe operária ou de orientação socialista, mantendo a coesão ideológica e a coordenação de esforços necessários ao desempenho de um papel independente de impulsores do movimento.¹⁴

Há uma unanimidade quanto à posição crítica ao PCB. Porém, para alguns, essa crítica se estende a quaisquer organizações, mesmo substitutivas ao PCB que se montassem segundo os princípios dos partidos comunistas.¹⁵

Para outros, os renovadores deveriam atuar em todos os partidos e organizações de tendência socialista e com penetração operária, salvaguardando-se apenas a coesão em torno de uma "carta de princípios", através da

qual as esquerdas "deveriam buscar a unificação de todas as forças nacionalistas e democráticas sob um programa de NACIONALISMO, LIBERDADE E BEM ESTAR PARA O POVO".¹⁶

Nesse sentido, não há um abandono da idéia da constituição de uma nova organização de esquerda unificadora do movimento operário. Há, antes, uma postergação desse propósito; a posição é a de que os renovadores deveriam agir como "fermento" em todas as organizações de esquerda, constituindo outras se o desejassem, com o objetivo de extrair daí a matéria-prima para a organização partidária futura. Essa posição é a de Raimundo Schaun e Hélio Oliveira defendida no artigo citado.

Precisamos então organizar as forças do movimento de modo a permitir-lhes um processo científico de conhecimento na elaboração do rumo a tomar. Isso só será possível, em nossa opinião:

1º - se abandonarmos qualquer pretensão de traçar, desde já, um possível caminho.

2º - se temos a prática do movimento operário e socialista como única fonte de sabedoria.

3º - se possibilitarmos a todas as tendências integrantes do movimento viverem as suas experiências, o que só conseguiriam se lhes permitissem organizar-se especificamente

4º - se garantimos o intercâmbio vivo e responsável das experiências e pontos de vistas de todas as tendências integrantes do movimento; se garantimos a coesão ideológica de todas es-

tendências em torno da Carta de Princípios e a coordenação geral do esforço de todas elas para a vitória dos objetivos parciais comuns e dos objetivos gerais da Carta.

5º - se garantimos a sistematização desse intercâmbio e, através disso, a elaboração do caminho brasileiro para o socialismo.¹⁷

Finalmente, pode-se extrair uma terceira posição relativa à organização partidária: aqueles que pedem a reestruturação do PCB ou a formação de um novo partido político substitutivo ao PCB. Tal posição tem como porta-dores militantes estreitamente ligados à ortodoxia comunista. Destaca-se a figura de Leôncio Basbaum, um dos mais antigos militantes pecebistas¹⁸, fundador da Juventude Comunista e agora ativo colaborador da revista "Novos Tempos". Em seu artigo "Renovação no PCB?", Basbaum desenvolve severas críticas ao Comitê Central do PCB, ao mesmo tempo em que aponta sugestões para a reorganização do Partido, baseadas no debate livre pela imprensa comunista e na convocação do V Congresso:

1) Abrir desde já a discussão pela imprensa comunista, ampla, livre, franca, em torno de idéias e de indivíduos, respeitando-se apenas questões de segurança. Temário absolutamente livre, sem passar pelo crivo do CC. Tal como se começou em outubro do ano passado e que o dogmatismo do CC interrompeu.

2) Considerando a falta de confiança - aliás bastante justificada - da base do Partido no CC, deverá ser nomeada uma Comissão de militantes, que não façam parte do CC, com o objetivo de organizar o V Congresso e estabelecer o seu texário.¹⁹

Em artigo posterior²⁰ Leôncio Basbaum vai mais além e propõe a formação de um novo partido da classe operária:

... O PCB, surgido em 1922, representava ideologicamente a consciência social e política do proletariado jovem da época, sem grande tradição de classe, imbuído ainda dos preconceitos e ilusões das camadas sociais de que provinha(...)

(em 1945) Enquanto uma nova classe operária mais consciente, mais homogênea, procurava o caminho, um verdadeiro partido da classe operária, liberto das concepções pequeno-burguesas, o PCB oferecia o mesmo partido de 20 anos atrás, agarrado ainda ao velho sectarismo caracteristicamente pequeno burguês e dos velhos métodos de trabalho e direção em que o marxismo-leninismo era substituído pelo dogmatismo e o centralismo democrático, pelo caudilhismo e pelo culto à personalidade (...)

Na prática, ele (o PCB) é apenas, atualmente, um pequeno grupo de pequenos burgueses e de alguns operários radicalizados, mas presos ainda às velhas concepções pequeno-burguesas que sempre caracterizaram o PCB e o proletariado de 1922 a 1935: o sectarismo, o dogmatismo, o culto à personalidade.

a verdadeira massa operária, que já possui uma consciência de classe, absoluta receptividade para o marxismo-leninismo, e que constitui sem dúvida a vanguarda da sua classe, essa não tem ainda o seu partido. É preciso fundá-lo.

Podem ser citados, ainda, como partidários da mesma posição, Eurico Mendes e Carleto Ferrer Fávali:

Uma auto-crítica sincera, com vontade de corrigir o baluartismo e a auto-satisfação, deveria partir do fato de que este partido revolucionário do proletariado não existe nas condições que preconizava Lênin. Este partido precisa ser criado. Poderá surgir do próprio PCB se mudar sua orientação sectária, dogmática e mandonista, se seus atuais dirigentes se voltarem para a classe operária e para os agrupamentos de esquerda do país, despidos de sua arrogância de monopolistas da verdade e participarem em pé de igualdade com todos no sentido de criar um novo instrumento que seja de fato e não por desejo de seus chefes o verdadeiro partido revolucionário do proletariado. Com este objetivo trabalham os renovadores.²¹

Como se vê, a Corrente Renovadora está muito longe de obter uma unidade, mesmo em relação à concepção de uma frente de luta, embora a preocupação seja central em seu pensamento. Talvez aí resida uma das razões de seu fracasso em manter uma identidade política. De fato, a Corrente Renovadora se dilui depois de um breve

período de atividades onde o semanário "O Nacional" (editado por Aydano do Couto Ferraz, ex-editor da "Voz Operária) e a revista "Novos Tempos" podem ser considerados o saldo maior. As duas publicações cessam em 1958, tendo se frustrado já em 1957 o projeto daqueles que pretendiam organizar um novo partido.²²

5. O Nacionalismo

Embora em todos os pontos considerada anteriormente fique difícil estabelecer uma posição que se possa generalizar à Corrente Renovadora, a questão do nacionalismo é aquela em torno da qual se encontra um consenso maior. Com efeito, a adesão ao movimento nacionalista e a eleição enfática do nacionalismo como veículo da unidade no interior da frente ampla tornam-se os fundamentos da teorização dos renovadores. Tal idéia, como se viu anteriormente, havia sido desenvolvida no Programa do Partido onde, apesar de não se usar extensamente a expressão nacionalismo, propugnava-se uma coalizão heterogênea cujo elemento de atração era dado pelo antiimperialismo.

Nas próprias reservas com relação à expressão poder-se-ia, talvez, identificar a preocupação em manter um discurso próprio e marcar uma distinção no que se refere às outras formulações nacionalistas embora potencialmente aliadas. Tratava-se, pois, de definir-se como vanguarda do movimento, combatendo aquelas tendências que eventualmente pudessem disputar com o Partido a orientação ideológica.

Do ponto de vista dos renovadores, o Programa comportava uma ambiguidade quando propunha uma aliança aberta com todos os vitimados pelo imperialismo norte-americano.

ricano, sem abandonar uma atitude de desconfiança para com as outras tendências nacionalistas. Agildo Barata, já em fins de maio de 1957, acusava o Partido por adotar um esquema estratégico inaplicável. Isto é, o Programa pedia que o "golpe principal" fosse desfechado "contra as tendências nacionalistas - o nacional-reformismo e o nacionalismo burguês", o que significava, segundo Agildo Barata, golpear os trabalhistas, os populistas e os socialistas. Criticava ainda o PCB pelo fato de o "núcleo dirigente" considerar o nacionalismo "a mais perigosa expressão ideológica do imperialismo", concluindo que "essa é a diferença básica entre a corrente a qual me filio e o pensamento oficial dos donos do PC".²³

Assumindo abertamente a expressão e seu conteúdo, os renovadores colocam o nacionalismo no centro de seu movimento, subordinando a essa questão todas as demais.

Ao trazer o nacionalismo para a posição de temática central de seu discurso, os renovadores se vêem obrigados a justificar teoricamente tal posição. A oposição tradicional entre nacionalismo e internacionalismo perde, ao longo da argumentação dos renovadores, seu caráter dual. É rechaçada inicialmente a concepção de internacionalismo proletário tal como entendida pelo PCUS: submissão de todos os Partidos Comunistas à direção da URSS. Em oposição, reivindica-se a autonomia de cada partido comunista para traçar seu caminho revolucionário segundo as condições específicas de cada formação social.

O que, no caso brasileiro, significa a aliança com todos os setores progressistas sob a égide do nacionalismo. Desse maneira o internacionalismo é retirado de sua concepção stalinista para ser repostado como questão de princípios: solidariedade proletária em escala mundial - formulação que passa a ganhar cada vez menos significado na medida em que se acelera o afastamento da noção de luta de classes. Veja-se alguns trechos ilustrativos: "A ideologia do proletariado é o internacionalismo, assim como o nacionalismo é a expressão ideológica da burguesia".²⁴ A essa declaração de princípios segue-se o desdobramento de que os trabalhadores de todos os países além de não terem contradições básicas entre si, têm, nas coligações capitalistas e nas associações monopolistas internacionais, um inimigo comum.

A problematização chega a ser esboçada: "... sem dúvida, indireta e parcialmente o proletariado americano se beneficia também da exploração a que o imperialismo norte-americano submete os trabalhadores brasileiros e os de outros países".²⁵

Se se mantém a perspectiva da luta de classes, chega-se a que o imperialismo divide a classe operária e o internacionalismo é justamente o seu contrário. Não é essa, porém, a perspectiva dos renovadores, pois, logo em seguida Osvaldo Peralva acrescenta: "Mas isso (o fato da classe operária norte-americana se beneficiar indiretamente do imperialismo) não é fundamental". E conclui: "Fundamental é a contradição entre todo o povo brasileiro de um

lado, e os imperialistas ianques, de outro".²⁶

Tem-se, portanto, um discurso que parte do internacionalismo proletário, como questão de princípio, para justificar o nacionalismo. Mais ainda, parte-se da luta de classes como questão de princípios (afirmativa de que o proletariado internacional está submetido à contradição fundamental do capitalismo) para abstrair a luta de classes, recolocando a contradição em termos de "povo brasileiro X imperialismo ianque".

A definição dessa última "contradição" como fundamental está informada pela explicitação do nacionalismo enquanto etapa do movimento revolucionário brasileiro. Assim, os renovadores estão cômicos de que o "nacionalismo é a ideologia da burguesia". Mas a constatação não envolve qualquer problema porque a etapa revolucionária em que se encontra o país é precisamente, segundo os renovadores, a da revolução burguesa. Mais do que isso, para os renovadores, é preciso levar em conta que o nacionalismo assume diferentes significações dependendo da nação que o adote; ou seja, "... conforme se trate de uma nação opressora ou de uma nação oprimida, de uma nação burguesa ou de uma nação socialista e assim por diante".²⁷

Ainda segundo os renovadores, nas nações de passado colonial e onde o surgimento do capitalismo está intimamente associado à exportação de capitais por parte das metrópoles imperialistas, o desenvolvimento da burguesia

nacional implica necessariamente em um enfrentamento dessa burguesia com o imperialismo, fazendo com que a revolução burguesa coincida com um luta de libertação nacional.²⁸

Nesse sentido, o nacionalismo, visto como etapa preparatória da revolução brasileira, deixa de ser uma ideologia "essencialmente burguesa" para se incorporar no horizonte ideológico do proletariado e se transformar numa estratégia privilegiada na luta por uma sociedade socialista.

Não cabe aqui reconstituir a análise que os renovadores desenvolvem com respeito às condições político-econômicas e às classes sociais no Brasil para justificar a adoção de uma estratégia antiimperialista e de frente única. Uma vez que há estreita semelhança com o diagnóstico do Partido, aquilo que a esse respeito já se viu anteriormente aplica-se também aos renovadores.

O Partido e a Corrente Renovadora atribuem ao nacionalismo um papel bastante semelhante: o de promover o consenso no interior de uma frente única heterogênea, cujo papel histórico seria, em última instância, o de realizar a revolução burguesa no Brasil e acelerar o desenvolvimento capitalista autônomo. O Partido, no entanto, coloca a questão antiimperialismo no mesmo pé da questão agrária, de maneira a situar na vanguarda da frente a aliança operário-camponesa. Reserva-se, nesse caso, a tarefa de promotor da revolução burguesa, o que lhe garantiria espaço para obter vantagens políticas, aplainando o

caminho para o socialismo.

Para os renovadores, a questão se coloca de maneira diferente. O nacionalismo assume o centro do discurso, alçando-se por sobre a questão agrária. Como de -
corrência, são abandonados os planos de se estabelecer a priori uma aliança operário-camponesa e a pretensão a desempenhar a função de direção do processo revolucio-
nário. Nesse sentido, os renovadores desautorizam o PCB enquanto organização apta a nuclear a frente mas, em contrapartida, não concordam entre si quanto à forma de organização que deveriam assumir. Se para alguns a ques-
tão da hegemonia é abandonada tout-court, para outros e-
la deverá ser retomada no calor da luta. Para os primei-
ros, o papel dos renovadores seria o de penetrar em to -
das as organizações progressistas, formar outras, levand-
o seu pensamento e fomentando o debate, sem pretender a formação de um organismo alternativo ao PCB; para os se-
gundos, a hegemonia proletária tal como o Partido enten-
dia era uma hegemonia estabelecida "por decreto"; a hege-
monia, na verdade, dependeria da correlação de forças no interior da frente, que só poderia pender para as forças populares na medida em que essas últimas contassem com um verdadeiro partido do proletariado, que não era o PCB na forma como estava constituído.

Notas do capítulo IV

- 1) Cf. Leôncio Basbaum, Uma vida em seis tempos (memórias) S.P.: Ed. Alfa-Ômega, págs. 235 e 237.
- 2) Cf. "Notas e Comentários- A crise no seio do PCB" assinado por V.G. in "Novos Tempos" nº 1 de setembro de 1957.
- 3) Com a ruptura de inúmeros elementos, após a Resolução sobre a Unidade, os renovadores passam a procurar promover uma coordenação em âmbito nacional, na tentativa de estabelecer um movimento que trouxesse consigo uma relativa unidade política e ideológica. Em vários Estados como Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Ceará, Bahia e outros em menor escala, os focos de renovação se esforçam por estabelecer ligações entre si, buscando uma coordenação do movimento.
Além de dissidências individuais, vários organismos se afastam do PCB para se recompor em torno da Corrente Renovadora. É o caso do Comitê de Zona dos Transportes Coletivos da cidade de São Paulo, Comitê de Zona de Santo André, maioria do Comitê Regional da Bahia e do Sul baiano. (Fonte: "Notas e Comentários" - A crise no seio do PCB, citado)
- 4) Revista "Manchete" nº 266 de 25/5/1957.
- 5) Considera-se a revista "Novos Tempos" como veículo da Corrente Renovadora. Todavia, o grupo renovador não atribui à revista um caráter oficial ou orgânico. Em seu primeiro número (setembro de 1957) "Novos Tempos" se define como "...uma revista marxista sem vinculação orgânica com qualquer entidade política. Os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores. A transcrição de documentos não implica no endosso, por parte da revista, dos conceitos neles emitidos".

A revista é dirigida por Osvaldo Peralva e editada por Calvino Filho. Seu conselho de redação é composto por Armando Lopes da Cunha, Benito Papi, Calvino Filho, Ernesto Luiz Maia, Eros Martins Teixeira, Hordácio Macedo, Leôncio Basbaum, Roberto Morena e Wilson Lopes de Souza.

- 6) Sobre os desdobramentos do movimento renovador ver Timothy Fox Harding, The Political History of organized labor in Brazil, Stanford University, 1973.
- 7) Cf. Eros Martins Teixeira, "Nossa revolução" (2a. parte) in "Novos Tempos" nº 2, outubro-novembro de 1957, pág. 21.
- 8) Idem, pág. 24.
- 9) "Anteprojeto de Teses", elaborado pela Comissão Carioca da Corrente Renovadora do Movimento Marxista Brasileiro, in "Novos Tempos" nº 3, dezembro de 1957.
- 10) Eros Martins Teixeira, "Nossa revolução" (2a. parte) in "Novos Tempos" nº 2, outubro-novembro de 1957, p.22
- 11) Raimundo Schaun e Helio Oliveira, "Caminhos da renovação socialista no Brasil", in "Novos Tempos" nº3, dezembro de 1957, pág. 36.
- 12) Osvaldo Peralva, "O caráter popular do nacionalismo brasileiro", in "Novos Tempos" nº 3, pág. 43.
- 13) "Imprensa Popular" de 21/7/1957.
- 14) R.Schaun e H.Oliveira, citado, pág. 36.
- 15) "...o nosso movimento não deve esperar transformar-se também num partido político, com sua burocracia, seus pequenos interesses de igrejinha, seu imobilismo e sectarismo

no inevitáveis. Ao contrário, nossa missão teria que ser de constituir o elemento dinâmico, efervescente, renovador de todo o movimento socialista, trabalhista e progressista do país, a fim de promover uma aproximação entre as várias tendências que os referidos movimentos representam, e facilitar, no futuro, um governo democrático delas emanado. (...) Esta missão do nosso movimento pode ser realizada, propuganando-se pela participação ativa em todos os movimentos de massas relacionados com os problemas sociais do país: nos vários partidos políticos, nos sindicatos de classe, nas organizações profissionais, no movimento nacionalista, etc." Maurício Cello, "Considerações sobre a tática do movimento renovador", in "Novos Tempos" nº 4, janeiro de 1958, págs. 15 e 16.

- 16) R. Schaun e H. Oliveira, citado, pág. 37.
- 17) Idem, pág. 39.
- 18) Cf. Leôncio Basbaum, Uma vida em seis tempos (memórias), citado.
- 19) Leôncio Basbaum, "Renovação no PCB?", in "Novos Tempos" nº 2, outubro-novembro de 1957, pág. 36
- 20) Leôncio Basbaum, "Por um novo partido da classe operária", in "Novos Tempos" nº 5, março de 1958, págs. 28 e 29.
- 21) Carleto Ferrer Favali, "Dogmatismo no combate ao revisionismo e 'revisionismo' no combate ao dogmatismo" in "Novos Tempos" nº 3, pág. 27. Ver também o excelente artigo de Eurico Mendes "O movimento revolucionário brasileiro na encruzilhada" in "Novos Tempos" nº 4, janeiro de 1958.
- 22) On September, 1957, the Corrente Renovadora do Movimento Marxista Brasileiro in São Paulo resolved to conve-

ne its members on October, 13, to form a Movimento Socialista Renovador (MSR) whose program would "assure our emancipation through state monopolization of strategic sectors of basic industry and incentives to private investors in other industry". Although the founding congress of the MSR took place on schedule, reservations prevailed among some former PCB members. The party really never functioned, but the Marxists involved in its early deliberations effectively manifested their sentiments in favor of the loose conglomeration of groups and individuals who associated with Brazilian "nationalist movement" of the period." Chilcote, Ronald H., The Brazilian Communist Party - conflict and integration 1922-1972, NY: Oxford University Press, 1974, pág. 69.

Em 7 de setembro de 1957 foi convocada em São Paulo a Convenção de Fundação do Movimento Socialista Renovador. Sua comissão promotora era composta por Carleto Ferrer Favalli, Agenor Barreto Parente, Leonor Petrarca, Gerard Mayer, Waldomiro Ament, Heron Amaral Lima, Juvenal de Carvalho Costa, Agenor Pereira Mendonça, Alcides Ribeiro Soares, Moysés Amaro Pereira. Fonte: Manifesto de Convocação, publicado por "Novos Tempos" nº 2.

- 23) Entrevista de Agildo Barata à "Manchete" nº 266 de 25/05/1957
- 24) Osvaldo Peralva, "O caráter popular do nacionalismo brasileiro", citado, pág. 43.
- 25) Idem, pág. 43.
- 26) Idem, pág. 43.
- 27) Idem, pág. 42.

28) Cf. Osvaldo Feralva, "O caráter popular do nacionalismo brasileiro", citado. Entre inúmeros artigos da revista "Novos Tempos" que tratam dessa questão, selecionou-se o trecho abaixo de Evaldo Martins e Pedro Salustio do artigo intitulado "Que é a Corrente Renovadora?", publicado no primeiro número de "Novos Tempos, para explicitar o exposto: "A concepção clássica segundo a qual o nacionalismo tem, forçosamente, um conteúdo burguês, parece ter sido desmentida pela realidade. Analisando a evolução dos países como a Índia, a Birmânia e outros, inúmeros autores marxistas e socialistas reúnem-se para apontar como caduca aquela concepção clássica; é o que se pode deduzir até mesmo de certas afirmações de Krushev e Bulgânin, e de alguns estudos de economistas soviéticos. A nosso ver, a definição do carácter obrigatoriamente burguês do nacionalismo proveio do fato de que a formação das nações europeias deu-se por força da revolução capitalista. Devemos considerar, entretanto, que as nações que agora completam a sua formação através da luta nacionalista, já o fazem em meio à revolução socialista mundial (e impulsionadas por esta revolução) e, portanto, num momento em que já não há mais perspectivas históricas para o desenvolvimento do capitalismo. Além disso, estas nações que se libertam, encontram a concorrência dos grandes trustes e um processo de produção cuja complexidade e alto nível técnico exigem a aplicação de recursos imensos de que os particulares nacionais não dispõem. Ao mesmo tempo, são débeis as forças políticas da burguesia nos antigos países coloniais e grandes as lutas das massas trabalhadoras, cuja presença política é cada vez mais sensível. Estas massas, se em alguns casos não conduzem o movimento, exercem, todavia, sobre ele uma pressão constante e crescente, abrindo assim perspectivas para transformações sociais no processo da própria revolução nacional.

Diante dos países subdesenvolvidos, portanto, abrem-se hoje dois caminhos: um é o caminho canadense que, sob

o signo do liberalismo econômico, leva necessariamente à dominação da economia nacional pelos trustes internacionais; o outro é o caminho do nacionalismo que adotaram alguns países da Ásia e para o qual o Brasil se inclina. Neste, a participação política das massas trabalhadora e dos setores patrióticos força o governo a intervir decisivamente na economia para proteger os interesses nacionais e, mesmo, chamar para si a iniciativa dos principais empreendimentos em que deve se basear a emancipação econômica do país. Estamos convencidos de que nas condições do mundo de hoje, e se as massas trabalhadoras souberem lutar pelos seus interesses políticos e econômicos, o movimento nacionalistas pode adquirir um nítido sentido socialista e dar, mesmo, os primeiros passos no rumo do socialismo".

V - REVISÃO DO PROGRAMA

1. Na perspectiva do Partido

Com a entrevista de Agildo Barata à revista "Manchete" as cartas estavam na mesa. A preocupação de manter uma certa discreção já não fazia mais sentido e o Partido se vê na obrigação de responder na mesma medida agressiva aos ataques que recebera. Para o Partido, no entanto, a dissidência estava personificada na figura de Agildo Barata, o que se explica por alguns motivos. Entre os militantes mais ativos da Corrente Renovadora apenas Agildo Barata fazia parte do Comitê Central. Além disso, apesar de ter sido eleito para esse órgão em 1954, por ocasião do IV Congresso, passara rapidamente a ocupar posto-chave no Comitê Central. Como presidente da Comissão Central de Finanças representava o elemento de ligação entre o PCB e aqueles que contribuíam financeiramente. Desempenhando uma função pessoal, pois dependia em larga medida de uma habilidade no conhecimento e contato com os contribuintes mais significativos, tal aptidão era, a curto prazo, intransferível e, com o seu desligamento, o Partido passa por uma séria crise financeira.¹

O rompimento de Agildo Barata, ao mesmo tempo em que se traduz em rebeldia à linha oficial, traz consigo essa delicada questão. O Partido parecia ter sido surpreendido e a ausência daquele encarregado do setor finan

ceiro causava apreensões e problemas técnicos difíceis de serem resolvidos.

Quatro semanas após a publicação da entrevista pela revista "Manchete", o editorial da "Voz Operária"² (agora editado por Mário Alves e não mais por Aydano do Couto Ferraz, um renovador) é dedicado a criticar Agildo Barata. Nele, Agildo Barata era acusado de exercer atividades fracionistas, de ação antipartidária e, o que causava maior espanto e surpresa, de se utilizar de "órgão da classe dominante" para atacar o Partido. O editorial reivindicava o direito de crítica aos erros do Partido para aqueles que continuavam fiéis e não para aqueles que o renegavam. Um dos argumentos utilizados por Agildo Barata para romper com o Partido - falta de liberdade de expressão - também era contraposta. A "Voz Operária" alegava que durante oito meses todos os comunistas se manifestaram livremente e que, durante esse período, Agildo Barata falara sem restrições nas reuniões e publicara dois artigos. Ainda segundo o editorial, não podendo impor suas "opiniões revisionistas de caráter tipicamente burguês", ele se engajou abertamente na atividade antipartidária e no caminho do fracionismo. Seguem-se outras manifestações agressivas e de indignação nas páginas da "Voz Operária" e "Imprensa Popular". Jacob Gorender, por exemplo, escreve um artigo criticando Agildo Barata intitulado "A extrema direita do nacionalismo"³. O mesmo faz Mauricio Grabois, outro membro do Comitê Central, no seu artigo

"Uma plataforma tipicamente burguesa"⁴. Esses são alguns exemplos, entre tantos, de ataques à pessoa de Agildo Barata e "seus poucos seguidores". O próprio L.C.Prestes⁵ volta-se violentamente contra Agildo Barata e o grupo di visionista. Entretanto, apenas no início de agosto de 1957, quando o Comitê se reúne (três meses após Agildo Barata ter pedido demissão) é que o Partido adota oficialmente uma posição veiculada na "Resolução do Comitê Central do PCB sobre a atividade antipartidária de Agildo Barata"⁶:

(...) O Comitê Central considera que Agildo Barata se colocou contra a teoria marxista-leninista, o princípio do internacionalismo proletário e os Estatutos do Partido. Em sua atividade antipartidária ocupava lugar de destaque a campanha contra a União Soviética e o PCUS. Difundia boatos e calúnias contra a direção do Partido Comunista, tentando com isso abalar a autoridade do CC. Combatia os princípios leninistas de organização do PC e se manifestava contra a existência do partido marxista da classe operária. Falseando as denúncias do XX Congresso do PCUS, sobre o culto à personalidade de Stálin e suas consequências e explorando a necessidade de luta contra os erros dogmáticos e sectários em nosso Partido - já assinalados no Projeto de Resolução do CC - iniciou uma insidiosa atividade antipartidária e fracionista. (...) Procura Agildo Barata justificar sua deserção com o pretexto de que no Partido não tinha ambiente para discutir e defender idéias. A verdade, porém, é que desde setembro de 1956 até abril de

1957, discutiu livremente todas as questões, bem como defendeu publicamente suas opiniões. Sua deserção prende-se à impossibilidade de impor ao Partido suas teses e concepções que visam a liquidar o Partido, desviar o proletariado do caminho de uma política independente e de classe e abalar a solidariedade de nosso Partido com os partidos comunistas e operários de outros países (...). Os comunistas são partidários da aliança com a burguesia nacional na luta em defesa da independência nacional. A pretexto de realizar essa aliança, porém, Agilão Barata prega o abandono dos princípios do marxismo-leninismo, dissocia o caráter antiimperialista da revolução brasileira na presente etapa de seu caráter agrário-feudal, renuncia à hegemonia do proletariado e à aliança operário camponesa e propõe liquidar o Partido da classe operária com a sua dissolução dentro da Frente Única. Ao participar da Frente Única contra o inimigo comum o Partido Comunista não renuncia aos seus objetivos revolucionários, à sua ideologia e a sua ação independente. O CC em face disso, decide excluí-lo do CC e expulsá-lo dos quadros partidários, e submeterá essa decisão ao V Congresso. A expulsão é determinada exclusivamente por sua atitude antipartidária e divisionista e não pelas teses e concepções falsas que defende.

O conteúdo desse documento mais uma vez deixa claro, como se veio tentando demonstrar, que o ponto de tensão entre o Partido e os Renovadores está centrado no comportamento "herético" desses últimos ao contestarem o Partido e sua organização, voltando-se ainda contra a au-

toridade do PCUS. A isso se reduz o comportamento "imperdoável" de Agildo Barata e seus seguidores. As formulações dos renovadores funcionarão, na verdade, como um "espelho" para o PCB, uma vez que não podem deixar de ser vistas como desdobramentos possíveis do próprio Programa de 1954. Dessa maneira, pode-se afirmar talvez que não foram os renovadores os primeiros a colocarem o Partido frente à possibilidade de perder o seu papel de vanguarda do proletariado, mas o próprio PCB tomara a dianteira desse processo, ao elaborar diagnósticos e estratégias que pouco tinham a ver com a realidade do capitalismo associado, mistificando expectativas em relação à burguesia nacional, mantendo a mesma teoria da revolução formulada nos anos 20⁷, o PCB só poderia se tornar cada vez mais defasado em relação aos acontecimentos.

Ainda, na conjuntura específica que está sendo analisada, o equívoco em relação à burguesia nacional torna-se mais perigoso. O Plano de Metas, constituindo o tripé capital estrangeiro, capital nacional e setor público, abre para a burguesia nacional perspectivas promissoras de associação ao capital internacional, distanciando qualquer possibilidade de participação da burguesia, como classe, de uma frente única com as classes populares nucleada pelo PCB.

Para o Partido, o preço desse equívoco fora o afastamento em relação à formulação de uma política independente e voltada para a classe operária, substituindo

a luta de classes pela luta da nação contra o imperialismo.

Em todo o Programa de 1954 reserva-se um espaço mínimo para os interesses concretos da classe operária, tornados restritos a uma vaga perspectiva de melhoria do padrão de vida e de vantagens políticas a longo prazo. O PCB perdera-se enquanto vanguarda e a heresia política dos renovadores, em última instância entregando a hegemonia à burguesia, apenas demonstrava isso. Assim é que, apesar da violência verbal, a partir da cisão, o PCB se aproxima cada vez mais das posições teóricas dos renovadores, demonstrando que elas não eram estranhas a seu horizonte ideológico.

O ápice dessa descaracterização do Partido se atingirá com a adesão sem reservas ao Movimento Nacionalista. Mas, o nacionalismo nada terá do significado original que o PCB lhe atribuía, ou seja, de catalizador do consenso no interior de uma heterogênea frente de classes. Ele retornará, desta feita, travestido em ideologia que tende a desviar as reivindicações das classes populares na conjuntura de intensificação da industrialização, em favor de uma passagem a um novo padrão de acumulação com custos sociais crescentes e preço político reduzido.

Procurar-se-á agora mostrar as modificações ocorridas na política pecebista a partir da dissidência, modificações essas que trazem o Partido para perto da Corrente Renovadora. Note-se que, apesar de dissidentes, os renovadores são filhos legítimos do Partido e, como se disse anteriormente, o contraste entre ambos resume-se (a parte as

questões organizacionais) na explicitação do implícito. As flexões táticas e estratégicas do Partido podem ter sido motivadas pelo aparecimento da Corrente Renovadora; porém, já estão contidas no Programa de 1954 e nas formulações que a ele se seguem, retirando dos renovadores, as sim, a responsabilidade exclusiva pelas mudanças ocorridas no Partido a partir do XX Congresso do PCUS.

2. Derrubar ou Modificar

Embora o Programa do PCB, aprovado no IV Congresso proponha a "destruição" do regime substituindo-o por um "governo democrático de libertação nacional", na conjuntura que se abre com a posse de Juscelino Kubitschek tal proposição passa progressivamente a ser reformulada. Afinal, a aliança PSD-PTB recebera o apoio pece-bista e o governo instalado em fevereiro de 1956 se diferenciava dos anteriores por não representar exclusivamente os "latifundiários e grandes capitalistas". Agora, forças progressistas e antientreguistas, segundo a análise do Partido, faziam parte do governo, cabendo pois não mais derrubá-lo, porém transformá-lo gradativamente aliando todas as forças pró-imperialismo e "reacionárias", num trabalho de depuração em que se alcançasse o "governo democrático de libertação nacional". Portanto, não há uma oposição sistemática ao governo de Juscelino Kubitschek nem uma orientação no sentido da agudizar a confrontação de classes. Contrariamente, a luta por transformar o Estado travar-se-ia no interior do próprio Estado em um movimento que implicasse ao mesmo tempo apoio e oposição, sempre na procura do fortalecimento das posições consideradas progressistas presentes no governo. Sem rejeitá-lo em sua totalidade, o PCB baseia sua atuação na busca de modificações na composição do governo, onde o núcleo do

conflito entre as duas tendências estaria na contradição entre o imperialismo e a nação brasileira.

Já no artigo "Pela renovação ..." Agildo Barata apontava a necessidade de reexaminar a questão da inevitabilidade da derrubada violenta do governo, argumentando com a possibilidade de um caminho pacífico e gradativo⁸.

Essa argumentação, que aparecerá insistentemente no discurso dos renovadores, não chega a ser propriamente um tema de discordância entre o PCB e a Corrente Renovadora. Como se viu, o que era verdade em 1954 em relação ao governo repressivo e antipopular de Café Filho, não se colocava mais na ordem do dia em relação ao governo Juscelino Kubitschek, cuja vitória eleitoral houvera sido capitalizada pelo PCB como demonstrativa do êxito de uma política de Frente Única.

Enquanto que os renovadores insistiam em adotar um caminho pacífico para a revolução brasileira, o Partido vinha frequentemente ratificar o Programa, reafirmando assim a necessidade de derrubada violenta do governo e do regime. Todavia, o Partido parecia não estar mais tão seguro da justeza dessa tese. Indiretamente apontava a viabilidade do caminho pacífico, o que vem informado pela própria análise efetuada pelo PCB a respeito das forças componentes do governo Juscelino Kubitschek.

Mas é em novembro de 1957 que o Partido adota com firmeza uma posição contrária à derrubada do governo.

No seu artigo "Sobre o 40º aniversário da Revolução de Outubro"⁹, Luiz Carlos Prestes exclui o caminho da guerra civil e da derrubada violenta do governo para o caso brasileiro e introduz a luta eleitoral como tática privilegiada:

Nas atuais condições do mundo, nosso dever internacionalista consiste em luta por um governo que realize uma política exterior de paz e, internamente de defesa da soberania nacional, das liberdades democráticas e progressistas. Abandonar tais objetivos em nome da luta por mudanças radicais, pela substituição do atual regime político é ilusão, traduz desconhecimento da realidade e só pode contribuir para separar o Partido das massas e facilitar a ação das forças reacionárias ligadas aos monopólios norte-americanos.

A falsa compreensão que tínhamos da realidade brasileira e os erros que cometemos na elaboração da tática levaram-nos a uma errônea compreensão da Frente Única. Esta, em vez de ter um caráter político, de visar a constituição de um determinado governo, um governo possível de ser conquistado nas condições reais da realidade mundial e brasileira, era feita em torno de pequenas reivindicações e visava exclusivamente a unificar as massas para educá-las na prática e convencê-las da necessidade da luta pela derrubada do governo e do regime.

Embora tal posição fique definitivamente clara com o documento acima, não se pode afirmar que ela signifi que uma mudança brusca. Se se compara com o texto do Pro-

grama de 1954 que diz, por exemplo "destruir as bases do atual regime", a posição adotada pelo artigo de L.C. Prestes certamente marca uma ruptura. Mas, do ponto de vista do conjunto das análises efetuadas pelo Partido após a posse de Juscelino Kubitschek, não se pode afirmar que admitir o caminho pacífico para a revolução brasileira represente uma contradição com as posições anteriores. Já em maio de 1956, Luiz Carlos Prestes associava a guerra civil à contra revolução, condicionando a violência da luta à resistência que eventualmente pudesse surgir dos opositores da revolução democrática. O fortalecimento das "tendências progressistas" no governo e, em contrapartida, o enfraquecimento das "tendências reacionárias e entreguistas" faziam prever a possibilidade de uma transição socialista sem guerra civil.¹⁰

Um outro documento do Comitê Central, embora posterior, era mais enfático¹¹. Argumentando que a democratização crescente, o ascenso do movimento operário e da frente única nacionalista e, ainda, a mudança internacional na correlação de forças a favor do socialismo criavam condições de se processar pacificamente a revolução brasileira, propunha uma atuação "dentro da legalidade democrática e constitucional, com a utilização de formas legais de luta e de organização de massas". Entende também que "o aperfeiçoamento da legalidade, através de reformas democráticas na Constituição, deve e pode ser alcançado pacificamente, combinando a ação parlamentar e extra-parlamentar".

Nesse mesmo documento, o PCB indicava os "meios mais prováveis" através dos quais seria possível alcançar um governo nacionalista e democrático:

- 1) Pela pressão pacífica das massas populares e de todas as correntes nacionalistas, dentro e fora do parlamento, no sentido de fortalecer e ampliar o setor nacionalista do atual governo, com o afastamento do poder de todos os entreguistas e sua substituição por elementos nacionalistas;
- 2) através da vitória da frente única nacionalista e democrática nos pleitos eleitorais;
- 3) pela resistência das massas populares unidas aos setores nacionalistas do parlamento, das Forças Armadas e do Governo, para impor ou restabelecer a legalidade democrática no caso de tentativas de golpe por parte dos entreguistas e reacionários que se proponham a implantar no país uma ditadura a serviço dos monopólios norte-americanos.

3. As eleições como tática central

A admissão clara de um caminho pacífico para a revolução brasileira (o que se pode definir como estratégia) vem acompanhada de uma nova concepção do processo político-partidário onde as eleições passam a ganhar um novo estatuto, o de tática central.

O documento auto-crítico do Comitê Central que aparece na imprensa no começo de setembro de 1957 intitulado "O trabalho de direção e a composição do Presidium e do Secretariado do CC do PCB"¹², além de adotar medidas procurando democratizar o Partido propunha, no seu final, fazer das eleições de 1958 para governadores e senadores o centro da tática pecebista.⁺ A partir desse documento, as eleições ganham uma dimensão privilegiada, perdida desde a cassação do registro eleitoral do PCB em 1947. É certo que a participação nas eleições presidenciais de 1955 fora intensa mas, admitindo agora o caminho pacífico, as eleições de 1958 adquiriam um significado novo: a tentativa de inserção real do PCB no processo político brasileiro.

Em outras palavras, enquanto o Partido se manteve adepto da idéia de derrubada do governo, a participação eleitoral, embora importante, significava uma das linhas

+ Incluiu-se no final da dissertação a relação de candidatos a senador e a governador e suas respectivas bases partidárias, segundo o semanário "Voz Operária".

de atuação visando ao preparo das massas em função do objetivo maior. Quando a concepção de derrubada do governo é abandonada, a luta eleitoral passa a ser a própria forma de atuação, subordinando todas as demais.

Depois de publicado "O trabalho de direção..." onde se propõe a elaboração de um documento sobre a tática do Partido tendo como centro as eleições de 1958, o tema passa a ser debatido intensamente. Dois meses depois, no seu artigo "Sobre o 40º aniversário da Revolução de Outubro", Prestes assinala:

Ultimamente já não nos abstínhamos de participar das eleições, como aconteceu em 1950. Mas ao participarmos não visávamos a interferir no processo político e participar ativamente da conquista de um governo possível que signifique um passo adiante no processo democrático e que nos aproxime de nossa meta final revolucionária. Participávamos em geral das campanhas eleitorais com o objetivo de conseguir facilidades para o movimento operário, visando a convencer as massas a por abaixo o regime. Visávamos sempre a objetivos remotos e inatingíveis no momento e esperávamos poder passar, de salto, da frente única limitada para a frente única capaz de realizar as transformações radicais, a frente democrática de libertação nacional.

Ora, devemos participar das eleições a fim de nos inserirmos no processo democrático real, único hoje possível no país, visando a alcançar objetivos possíveis e não, imediatamente, os objetivos mais remotos da mudança do regime.¹³

Deve ser lembrado, ainda, que a campanha pela volta à legalidade atingia proporções singulares e, para o Partido, as possibilidades de voltar a atuar legalmente eram mais do que viáveis. De fato, o PCB parecia ter ótimas chances de retorno à prática partidária legal, pois além de gozar de relativa liberdade de atuação (em confronto com os governos Dutra, Vargas e Café Filho); o próprio Luís Carlos Prestes, seu secretário geral, tinha expectativas de sair da clandestinidade. Com efeito, em março de 1958, a justiça retira as acusações que pesavam sobre Prestes, que pode, assim, retornar à vida pública.

Evidentemente, a expectativa de retorno à legalidade não condizia com uma linha comprometida com "a derrubada do governo". Por outro lado, ao reivindicar a legalização que parecia próxima, o argumento que deveria ser usado era, necessariamente, o da participação eleitoral.

4. Adesão ao Movimento Nacionalista

Como se tentou demonstrar, o principal ponto de tensão entre o PCB e a Corrente Renovadora é a questão da organização partidária, tendo o Partido apenas secundariamente se lançado à polêmica teórica com os renovadores. No entanto, no segundo semestre de 1957, a "Voz Operária" desencadeia uma campanha contra Agildo Barata e seus seguidores em que alguns aspectos teóricos são tratados. Nesse processo, o PCB passa a se comportar de maneira crescentemente contraditória em relação às proposições da Corrente Renovadora, atacando-a violentamente, mas assumindo proposições cada vez mais próximas a ela, embora sem nunca admiti-lo.

Esse processo culmina com a "Declaração (do Comitê Central) sobre a política do PCB" publicada em março de 1958, ¹⁴ em que esse órgão reformula a orientação política geral - documento esse que poderia ser assinado por um renovador.

Tal processo de aproximação ideológica não reconhecida, provavelmente explica a razão pela qual o Partido não tenha se lançado de maneira muito convicta à crítica teórica da Corrente Renovadora. Por um lado, se, conforme se considera nesse trabalho as formulações da Corrente Renovadora são desdobramentos legítimos do Programa de 1954, o avanço crítico a essas formulações poderia, se

aprofundado, atingir o próprio Programa.

Por outro, isso pode também indicar que o PCB de certa forma se aproximava cada vez mais das idéias defendidas pela Corrente Renovadora, mas não poderia, em razão da questão partidária, assumi-las publicamente. Ou seja, as flexões teóricas elaboradas pela Corrente Renovadora vêm acopladas à severa crítica da estrutura do PCB e é evidente que, no calor da polêmica, esse não se sentisse à vontade para admitir as idéias do grupo rebelde.

De qualquer forma visto em sequência, os números da "Voz Operária" que vão de junho a março de 1958, ironicamente, as violentas críticas elaboradas por Jacob Gorender, Maurício Grabois, Pedro Pomar, Diógenes Arruda Câmara, Carlos Marighela, João Amazonas e Agildo Barata em junho de 1957, tornar-se-iam aplicáveis ao próprio Comitê Central em março de 1958.

Em junho de 1957, Jacob Gorender tece críticas teóricas e táticas a Agildo Barata, acusando-o de faltar com a verdade ao atribuir aos comunistas brasileiros uma atitude negativa diante do movimento nacionalista. J. Gorender acusava ainda Barata de adotar uma "plataforma liquidacionista" ao propor uma "indefinida organização política, partido ou simplesmente frente em que se misturariam, sem distinção qualquer, operários e burguesia nacionalista". O articulista procurava marcar uma diferença entre a sua concepção do movimento nacionalista e a de Agildo Barata, acrescentando que "um dos traços distintivos

fundamentais do movimento nacionalista atual é o fato de que o proletariado o apoia e se alia com outras forças, conservando integralmente o seu caráter independente de classe, a sua concepção ideológica e os seus objetivos políticos finais e específicos".¹⁵

Encontram-se inúmeras outras críticas que acusam o grupo dissidente de desviar o proletariado de uma política independente, de classe e seguir uma orientação reformista, de submissão à burguesia. Maurício Grabois, em julho de 1957¹⁶, tocava na delicada questão do binômio anti-imperialismo e anti-feudal. Dizia que, para Agildo Barata, "é possível a realização das tarefas de caráter antiimperialista sem que sejam resolvidas as tarefas de caráter agrário". M.Grabois censurava severamente tal posição, por se constituir em uma "negação frontal do caráter da revolução brasileira, antiimperialista e agrária anti-feudal". Para M.Grabois, ao adotar essa posição, a ênfase do "grupo fracionista" caía na luta antiimperialista, substituindo, na aliança, os camponeses pelos latifundiários. O absurdo dessa idéia, ainda para M.Grabois, residia no fato de que seria impossível libertar o Brasil do imperialismo norte-americano sem mobilizar a maioria da população brasileira, as massas camponesas. E essa mobilização, de apoio à luta antiimperialista só poderia se realizar sensibilizando os camponeses com a reivindicação da posse da terra e com a luta contra as sobrevivências feudais.

Dessa maneira, eram criticados, embora sem aprofundamento, pontos centrais do pensamento dos renovadores: a questão da frente única (sem "sectarismo") , da hegemonia (postergada ao "processo de luta") e da preeminência do antiimperialismo sobre a questão agrária.

Em março de 1958, o Comitê Central publica uma "Declaração sobre a política do PCB"¹⁷ que se torna importante marco da adesão do Partido ao movimento nacionalista, marcando ainda diferenças programáticas e ideológicas com as posições até então adotadas.

O documento se inicia em tom de auto-crítica, apresentando-se como resultado das discussões que se sucederam ao XX Congresso do PCUS, nas quais foram apontados "graves erros de caráter dogmático e sectário" e visa a superação dos mesmos através da nova orientação política a ser apresentada.

Em primeiro lugar, se enfatiza o desenvolvimento capitalista das últimas décadas, que transformou a feição de um país basicamente agrário, em que a produção estava submetida a relações pré-capitalistas de trabalho, propiciando o desenvolvimento das forças produtivas e do conseqüente predomínio de relações de produção mais avançadas. Esse processo de desenvolvimento capitalista nacional, gerou uma burguesia "interessada no desenvolvimento independente e progressista da economia do país". Tal burguesia aprofunda suas contradições com o imperialismo, uma vez que esse "reduz a taxa de acumulação capitalista

do país, diminui o ritmo de seu progresso e influi no baixo nível de vida da sua população".¹⁸

A formulação é inovadora no que se refere à ênfase do desenvolvimento da industrialização recente, mas, contraditoriamente, permanece a idéia do imperialismo associado ao atraso (queda da taxa de acumulação). Desse modo não é compreendido o papel do novo capital estrangeiro (Plano de Metas) na aceleração da industrialização.

O dado novo que surge na declaração é o de que, ao se processar o desenvolvimento capitalista, a burguesia nacional passa a se fazer representar no Estado, ao lado das forças do latifúndio e dos setores subservientes ao imperialismo. Modifica-se, assim, a concepção pecebista de um governo composto unicamente de "latifundiários e grandes capitalistas" que uma frente única deveria aunar. A burguesia agora é vista como participante do governo e acirrando contradições que se processam, agora internamente, entre setores nacionalistas e entreguistas.

Essa participação da burguesia nacional no governo não é vista, portanto, como uma possibilidade concreta de comunhão de interesses com o capital estrangeiro, mas como elemento de tensão, em decorrência do qual o fortalecimento do proletariado poderia se alçar em polo de atração da classe dominante para uma luta comum, tida como democrática e libertadora. Nesse sentido, inspirado no modelo europeu de revolução burguesa, o Partido vê

sempre a burguesia nacional como democrática e interessa da na manutenção da legalidade constitucional. Entre um compromisso com o "imperialismo" e com as classes populares, o Partido crê, de maneira otimista, que a "burguesia nacional" optaria necessariamente pelo segundo.

Da mesma maneira, o documento aplaude o "capitalismo de Estado", citando a Petrobrás e Volta Redonda, encarando-o como progressista e antiimperialista, embora "ainda permita" que algumas empresas do Estado sirvam a interesses alienígenas - cita-se o BNDE e a distribuição de energia elétrica. A política do governo, portanto, segundo o documento, contém aspectos nacionalistas e democráticos tendentes à ampliação, embora por vezes esteja submetida a interesses estrangeiros.

Segue-se a tese clássica da dupla contradição da sociedade brasileira:

Como decorrência da exploração imperialista norte-americana e da permanência do monopólio da terra, a sociedade brasileira está submetida, na etapa atual de sua história, a duas contradições fundamentais. A primeira é a contradição entre a nação e o imperialismo norte-americano e seus agentes internos. A segunda é a contradição entre as forças produtivas em desenvolvimento e as relações de produção semi-feudais na agricultura. O desenvolvimento econômico e social do Brasil torna necessária a ¹⁹ solução dessas duas contradições fundamentais.

Conseqüentemente permanece, de forma ainda ma-

is explícita, o alijamento da luta de classes:

A sociedade brasileira encerra também a contradição entre o proletariado e a burguesia, que se expressa nas várias formas da luta de classes entre operários e capitalistas. Mas esta contradição não exige solução radical na etapa atual. Nas condições presentes de nosso país, o desenvolvimento capitalista corresponde aos interesses do proletariado e de todo o povo.

A revolução no Brasil, por conseguinte, não é ainda socialista, mas antiimperialista e anti-feudal, nacional e democrática.²⁰

A repetição da tese clássica, no documento, apenas prefacia uma afirmação que na boca dos renovadores fora considerada "revisionista":

Na situação atual do Brasil, o desenvolvimento econômico capitalista entre em choque com a exploração imperialista norte-americana, aprofundando-se a contradição entre as forças nacionais e progressistas em crescimento e o imperialismo norte-americano que obstaculiza a sua expansão. Nestas condições a contradição entre a nação em desenvolvimento e o imperialismo norte-americano tornou-se a contradição principal da sociedade brasileira.

O golpe principal das forças nacionais, progressistas e democráticas se dirige, por isto, atualmente, contra o imperialismo norte-americano e os entreguistas que o apoiam. A derrota da política do imperialismo norte-americano e de seus agentes internos abrirá caminho

para a solução de todos os demais problemas da revolução nacional e democrática no Brasil.²¹

O PCB, dessa forma, vem a concordar com uma das formulações centrais da Corrente Renovadora, que tanto atacara, e essa concordância terá desdobramentos bastante semelhantes aos dos renovadores no que se refere à questão da Frente Única e da hegemonia proletária.

São as seguintes as forças que, segundo o PCB, compõem a "reação" e o "progressismo" no país:

Servem ao imperialismo:

Os latifundiários, os numerosos intermediários do comércio exterior, os sócios de empresas controladas pelo capital norte-americano e determinados agentes de negócios bancários e comerciais.

Opõem-se ao imperialismo:

O proletariado - lutador mais consequente pelos interesses gerais da nação; os camponeses, interessados em liquidar uma estrutura retrógrada que se apoia na exploração imperialista; a pequena burguesia urbana, que não pode expandir suas atividades em virtude dos fatores de atraso do país; a burguesia nacional, interessada no desenvolvimento independente e progressista da economia nacional; os setores de latifundiários, que possuem contradições com o imperialismo norte-americano, derivadas da disputa em torno dos preços dos produtos de exportação, da concorrência

no mercado internacional ou da ação extorsiva de firmas norte-americanas e de seus agentes no mercado interno ; os grupos da burguesia ligados a monopólios imperialistas rivais dos monopólios dos Estados Unidos e que são prejudicados por estes.²²

Pelo caráter de classe, tais forças são heterogêneas, porém todas tem motivos para se unirem, uma vez que as tarefas não podem ser realizadas por cada uma isoladamente, não bastasse a existência do imperialismo norte-americano como inimigo comum. O espaço dessa união é o movimento nacionalista tido pelo PCB como resultado do desenvolvimento do capitalismo, que fortaleceu as posições da burguesia e das "lutas patrióticas das massas". Seu papel é o de polarizar forças progressistas de todos os partidos políticos, do parlamento, das Forças Armadas e do próprio governo.

Diferentemente da verbalização do Programa de 1954, em que se colocava como proponente e nucleador de uma frente democrática de libertação nacional, tendo a aliança operário-camponesa na dianteira, o Partido agora se coloca como participante do movimento nacionalista. Abandona suas desconfianças para com o nacional-reformismo e afirma que os comunistas "não condicionam a sua permanência na Frente Única à total aceitação de suas opiniões". Mais ainda, renunciam explicitamente às pretensões de uma prévia direção do movimento, admitindo (como os renovadores) a conquista da hegemonia do proletariado "em um

processo de luta árduo e paulatino".²³

Como decorrência dessa nova verbalização, em que de proponente de uma frente antiimperialista o PCB passa a participante, com exigências reduzidas, expressa-se, na realidade, uma hegemonia impossível, uma vez que a luta de classes, substrato da conquista da hegemonia, é abstraída.

É assim que, mesmo admitindo que a frente única, pela sua composição heterogênea mantém contradições internas (de classe), a luta no interior da frente é assumida como secundária em relação à luta da coalizão contra seus inimigos (imperialismo e seus agentes).

Nesse sentido, é perdido o significado da luta contra o nacional-reformismo, entendido como a formulação burguesa do nacionalismo. Se a luta de classes é abstraída do ponto de vista econômico e político, não há por que conservá-la no âmbito ideológico. Esclarece-se, pois, que a luta contra o nacional-reformismo fora sempre um equívoco, na tentativa de afirmar uma independência política e marcar uma distinção entre pares. A própria ênfase que fora dada a esse ponto não deixa de demonstrar o quanto o Partido se distanciara de sua pretendida identidade histórica enquanto instrumento revolucionário; ela demonstra a necessidade de reafirmar o que não deveria ser sequer contestado: a diferença entre uma proposta burguesa e uma proposta proletária.

Em março de 1958, Luis Carlos Prestes em "É indispensável a crítica e a auto-crítica de nossa atividade para compreender e aplicar uma nova política"²⁴ despoja-se finalmente daquilo que tanta contradição e confusões trouxera ao Partido, o alvo do golpe principal:

Preocupados em ganhar as massas para realizar as transformações revolucionárias de modo imediato, entendíamos que o golpe principal devia ser dirigido contra a burguesia nacional-reformista. Com isso, contribuimos não para agrupar mas para dividir as forças que podem lutar contra a exploração capitalista norte-americana.

Notas do capítulo V

- 1) "Em meados de 57 sofreu o Partido uma grande perda: Agildo Barata escreve uma carta acusatória ao CN - do qual era membro - e pede demissão do Partido, num passo em que foi acompanhado por todos os antigos redatores de "Voz Operária" e alguns da "Imprensa Popular". Mas a importância maior desse fato estava em que Agildo era o tesoureiro do Partido, o "homem das finanças", e havia montado uma máquina arrecadadora que rendia, somente no Rio, cerca de dois milhões de cruzeiros por mês. E de repente, com sua saída, a máquina é desmantelada e o dinheiro desaparece. Como iria viver o Partido depois disso?". Leôncio Basbaum, Uma vida em seis tempos (memórias) citado, pág. 237.
- 2) "Voz Operária" nº 420 de 22/06/1957.
- 3) Cf. Jacob Goronder, "A extrema direita do nacionalismo", in "Voz Operária" nº 420 de 22/06/1957.
- 4) Cf. Maurício Grebois, "Uma plataforma tipicamente burguesa", in "Voz Operária" nº 422 de 06/07/1957.
- 5) Entrevista de Prestes à "Imprensa Popular" de 21/07/1957.
- 6) Publicada pela "Voz Operária" nº 431 de 07/09/1957.
- 7) "A teoria marxista da revolução brasileira, na qual, direta ou indiretamente, se inspiraria todo o pensamento político ^{renovador} brasileiro, se formulou em seus traços gerais e essenciais, na década de 20, em conjunto com a dos demais países coloniais ou semi-coloniais^o dependentes. Isto é, aqueles países e povos submetidos política e economicamente, em maior ou menor grau, ao imperialismo. O baixo nível de desenvolvimento econômico desses países, bem co

no sua posição subordinada, os colocava naturalmente em posição especial, que fazia impossível a assimilação pura e simples deles aos países de economia capitalista madura e altamente desenvolvida da Europa e dos Estados Unidos; como também aos países de desenvolvimento capitalista médio (Espanha, Portugal, países da Europa oriental). Presumiu-se então - simples presunção porque não se fundou ou inspirou em nenhuma análise rigorosa e séria dos fatos econômicos, sociais e políticos verificados - que, não se encontrando naqueles países coloniais, semi-coloniais ou dependentes (era entre estes últimos que se colocaram os países latino-americanos, incluindo o Brasil) um desenvolvimento apreciado, ele se encontraria, de acordo com o esquema geral adotado, em transição do feudalismo para o capitalismo. A sua etapa revolucionária seria, portanto, sempre dentro do mesmo esquema consagrado, o da revolução "democrático-burguesa", segundo o modelo leninista relativo à Rússia tsarista, também país atrasado do ponto de vista capitalista, e ainda emergindo dos remanescentes do feudalismo para o capitalismo. Naquele quadro tão fielmente decalcado sobre modelos estranhos e completamente distintos dos países cuja realidade se procurava interpretar revolucionariamente, introduziu-se unicamente um toque original, isto é, o anti-imperialismo (...). E para definir e caracterizar essa luta anti-imperialista, procurou-se outro modelo estranho: o dos países asiáticos, dominados e explorados pelas grandes potências coloniais européias". Caio Prado Jr., A revolução brasileira, citado, págs. 45, 46, 95 e 96.

8) Cf. "Voz Operária" nº 409 de 6/4/1957.

9) Cf. "Voz Operária" nº 440 de 09/11/1957

10) Cf. Luiz Carlos Prestes, "O XX Congresso do PCUS - importância de seus trabalhos e decisões para a luta de nosso povo pela paz, pelas liberdades e pela indepen-

- dência nacional" in "Voz Operária" nº 364 de 05/05/56
- 11) "Declaração sobre a política do PCB", in "Voz Operária" nº 459 de 22/03/1958.
 - 12) Cf. "Voz Operária", 431 de 07/09/1957.
 - 13) "Voz Operária" nº 440 de 09/11/1957.
 - 14) "Voz Operária" nº 459 de 22/03/1958.
 - 15) Jacob Gorender, "A extrema direita do nacionalismo", in "Voz Operária" nº 420 de 22/06/1957.
 - 16) Maurício Grabois, "Uma plataforma tipicamente burguesa" in "Voz Operária" nº 422 de 06/07/1957.
 - 17) "Voz Operária" nº 459 de 22/03/1958.
 - 18) Idem
 - 19) Idem
 - 20) Idem
 - 21) Idem
 - 22) Idem
 - 23) Idem
 - 24) "Voz Operária" 460 de 29/03/1958.

Considerações Finais

Quando se iniciou essa pesquisa, uma das expectativas era a de tentar apreender a forma como o PCB captou as inovações trazidas pelo Plano de Metas, a nível de seu discurso.

Uma primeira leitura da documentação mostrou-se, de certa forma, decepcionante, ao revelar que fenômenos tão significativos como a reformulação do aparelho de Estado, a entrada do novo capital estrangeiro no setor de bens de produção e de consumo de altas rendas e o espaço que se abria para a associação do empresariado brasileiro a esse novo capital, não merecem análise mais cuidadosa por parte da imprensa pecebista.

Ao contrário, o Partido parece estar quase que totalmente absorvido pelo debate teórico e doutrinário, reafirmando diagnósticos e estratégias formuladas nos anos 20 e que pareciam imunes ao contato das novas realidades econômicas, políticas e sociais. Nesse sentido, o debate entre PCB e Corrente Renovadora, em torno de questões organizatórias e estratégicas, aparece como surpreendentemente alheio aos desafios do cotidiano.

O governo Kubitschek é tratado na imprensa comunista do período de maneira ambígua, ora aplaudido, ora combatido, uma e outra posição, porém, assumidas de maneira reticente, nunca referidas ao Estado ou ao Poder enquanto tais,

mas aos "elementos" progressistas ou reacionários do governo ou às medidas por eles adotadas.

A questão inicial teve, então, que ser reformulada em uma outra direção: porque o PCB teria sido omissos em abordar uma temática que deveria estar na base de sua orientação política?

O "stalinismo" ou o "dogmatismo" são explicações apressadas e insatisfatórias.

Aprofundando-se a análise do material, é impossível negar a semelhança formal entre as inovações implementadas com o Plano de Metas e as reivindicações do Programa de 1954, o que sugere a hipótese de que, na imprensa pecebista, o Plano de Metas aparece, sim, mas travestido.

Com efeito, lá estão sugeridos o fortalecimento do setor estatal (o "capitalismo de estado"), o crescimento industrial acelerado, o concurso de capitais estrangeiros não-norte-americanos e, mesmo, a constituição de um tripé definido pelo Setor Público, Capital Nacional e Capital Estrangeiro. Que o fortalecimento do Setor Público não vise se preferencialmente a subsidiar a empresa nacional autônoma, que o anti-americanismo desejado pelo PCB não se encontrasse na ordem do dia das preocupações governamentais, que as perspectivas de associação ao capital estrangeiro colocassem a burguesia nacional distante da possibilidade de aliança com as classes populares, são tantos outros itens que demonstram que a semelhança é apenas formal.

No entanto, formal ou não, basta para impedir o

Partido de se posicionar contra um governo comprometido com o crescimento econômico e para fazer incidir a crítica sobre temas episódicos como a questão de Fernando de Noronha, a manutenção do monopólio estatal do petróleo e a defesa das demais riquezas minerais.

Tem-se, assim, um quadro em que anti-imperialismo e nacionalismo, entendidos como sinônimos pelo Partido, devem desempenhar uma dupla função: a de bandeira de luta e a de elemento de consenso.

Enquanto bandeira de luta, visa como inimigo exclusivamente o capital norte-americano e aceita como aliado, até mesmo, o capital europeu ou de outra origem, em nome da possibilidade de aprofundar as contradições do "campo imperialista". Nesse sentido, harmoniza-se, paradoxalmente, com as metas do planejamento.

Enquanto elemento de consenso, deve fundamentar uma aliança com as classes dominantes, associando-se ao afastamento da preocupação com a luta de classes, contribuindo para a relativa estabilidade política do período.

Nesse sentido, nacionalismo e desnacionalização da economia, fenômenos simultâneos no período estudado, aparecem não como pares opostos, mas como expressão de uma unidade contraditória.

Bibliografia

Almeida, Maria Herminia Tavares de e Martins, Carlos Este-
vão, "Modus in Rebus - Partidos e Classes na queda do Esta-
do Novo". (mimeo.)

Barbosa, Francisco de Assis, "O Quinquênio Kubitschek", in
História do Povo Brasileiro de Afonso Arinos e Jânio Quadros
S.P.: 1967.

Basbaum, Leôncio, História Sincera da República, S.P.:Edu-
glit, 1962.

Idem, Uma vida em seis tempos (memórias), S.P.: Alfa Ômega,
1976.

Belguelman, Paula, "O processo político-partidário brasilei-
ro de 1945 ao plebiscito", in Brasil em Perspectiva, S.P.:
Difel 1973.

Benevides, Maria Victoria de Mesquita, O governo Kubitschek-
desenvolvimento econômico e estabilidade política, Rio: Ed.
Paz e Terra, 1976.

Campello de Souza, Maria do Carmo, Estado e sistema partidá-
rio no Brasil, Tese de Doutorado, USP, 1976.

Cardoso, Fernando Henrique, O modelo político brasileiro, S.P.:
Difel, 1972.

Cardoso, Miriam L., Ideologia do desenvolvimento- Brasil:JK e
JQ, tese de doutorado, S.Paulo, 1972.

Castro, A.B., 7 ensaios sobre a economia brasileira, Forense:
1969.

Chilcote, Ronald H., The Brazilian Communist Party - conflict and integration 1922-1972, New York: Oxford University Press, 1974.

Cohn, Gabriel, "Perspectivas das esquerdas" in Política e revolução social no Brasil, Rio: Ed. Civilização Brasileira, 1965.

Harding, Timothy Fox, The Political History of Labor in Brazil, Stanford University, 1973.

Ianni, Octávio, O colapso do populismo no Brasil, Rio: Ed. Civilização Brasileira, 1968.

idem, Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970), Rio: Ed. Civilização Brasileira, 1971.

idem, "Populismo e classes subalternas" in revista Debate & Crítica nº 1, S. Paulo: Ed. HUCITEC, 1973.

Jaguaribe, Hélio, Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político, Rio: Ed. Paz e Terra, 1969.

Kubitschek, Juscelino, Discursos, 1957, (Departamento de Imprensa Nacional - Serviço de documentação da Presidência da República) Rio de Janeiro, 1958.

Lafer, Celso, The Planning Process and the Political System in Brazil - a study of Kubitschek's Target Plan, Cornell University, 1970.

idem, "Estado e Sociedade no Brasil: problemas de planejamento" in revista "Argumento" nº 2, São Paulo: Ed. Paz e Terra.

idem, "O planejamento no Brasil: observações sobre o Plano de Metas (1956-1961)" in Betty Mindlin Lafer, Planejamento no Brasil, S. Paulo: Ed. Perspectiva, 1970.

Lessa, Carlos, "15 anos de política econômica", (mimeo)

Lênin, Wladimir, O Estado e a revolução, Biblioteca Meditação.

idem, L'Impérialisme, Stade Suprême du Capitalisme, (Euvres, vol. 22, 1960)

Lima, Heitor Ferreira, História político-econômica e industrial do Brasil, S. Paulo: Cia Ed. Nacional, 1970.

Martins, José de Souza, Capitalismo e tradicionalismo, São Paulo: Ed. Pioneira, 1976.

Martins Rodrigues, Leôncio, Conflito industrial e sindicalismo no Brasil, São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1966.

Meirelles, José, "Notes sur le role de l'Etat dans le developpement du capitalisme industriel ao Brésil" in Critiques de L'Economie Politique, Jan-Avril, 1973.

Mello, João Manoel Cardoso de, O capitalismo tardio, (tese de doutoramento) Unicamp, 1975.

Oliveira, Francisco de, "A economia brasileira - crítica à razão dualista", in Estudos Cebrap, nº 2, 1972

Prado Jr., Caio, A revolução brasileira, São Paulo: Ed. Brasiliense, 1966.

idem "A política brasileira" in Revista Brasiliense, nº 8, 1956.

idem, "Adendo à Revolução brasileira", in Revista Civilização Brasileira, nº 14, julho de 1957.

Prestes, Luiz Carlos, A situação política e a luta por um governo nacionalista e democrático, Rio de Janeiro: Coleção Documentos Políticos (1) Editorial Vitória, 1959.

Saes, Décio, "Industrialização, populismo e classe média no Brasil" Cadernos do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas nº 6, Unicamp, 1976.

Silva, Sérgio, "Agricultura e capitalismo no Brasil" in Contexto nº 1, novembro de 1976.

Simão, Azis, "O voto operário em São Paulo", in RBEP, nº 1, 1956.

Skidmore, Thomas, Brasil: de Getúlio a Castelo (1930 - 1964) Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1975.

Stepan, Alfred, Os militares na política - as mudanças de padrões na vida brasileira, Ed. Artenova, 1975.

Toledo, Caio Navarro de, Ideologia do desenvolvimento - Análise de uma instituição, (tese de doutoramento) Assis, 1973, (mimeo).

Weffort, Francisco C. Classes populares e política, (tese de doutoramento) Universidade de S. Paulo, 1968.

idem, "Política de massas", in Política e revolução social no Brasil, Rio de Janeiro, Editora civilização Brasileira, 1965.

idem, "Raízes sociais do populismo em S. Paulo", in Revista Civilização Brasileira nº 2, 1965

idem, "Estado e massas no Brasil" in Revista Civilização Brasileira nº 7, 1966.

idem, "Partidos, sindicatos e democracia: algumas questões para a história do período" (mimeo)

idem, " El populismo en la política brasileña, in Brasil Hoy, Siglo veinteuno Argentina editores, 1971.

Tavares, Maria da Conceição, Da substituição de importações ao capitalismo financeiro, Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1974.

idem, "Relações entre distribuição de renda, acumulação e padrão de desenvolvimento" (mimeo)

Revistas

Argumento

Estudos Sociais

Manchete nº 266 de 25/05/1957

Novos Tempos

Problemas

Revista Brasiliense

Revista Civilização Brasileira

Debate & Crítica

Jornais

Imprensa Popular

O Estado de São Paulo (edição de 05/05/1956)

Voz Operária

ANEXO I - Relação dos candidatos à renovação de 1/3 do Senado
a 11 governos estaduais para as eleições de 3 de ou-
bro e suas bases de apoio, segundo "Voz Operária"

SENADORES

Amazonas: Vivaldo Lima Filho (PTB, PST, PSB, PL, PCB)
Álvaro Maia (PSD, UDN, PRP)

Alagoas: Silvestre Péricles (PSP, PST, PCB)
Arnon de Melo (UDN)

Bahia: Eduardo Catalão (PTB, PSD, PCB)
Otávio Mangabeira (UDN, PL)

Ceará: Olavo de Oliveira (UDN, PR, PSP, PCB)
Meneses Pimentel (PTB, PSD)

Distrito Federal: Lutero Vargas (PTB, PSP, PCB)
Afonso Arinos (UDN, PL)
João Mangabeira (PSB)
Mozart Lago (PR, PST)
A. Guimarães (PTN)

Espírito Santo: José Amaral (PTB, PCB)
Jéferson de Aguiar (PSD, PSP)
Ponciano dos Santos (PRP, UDN)

Goiás: Coimora Bueno (UDN, PTB, PSP, PCB)
Taciiano de Melo (PSD)

Maranhão: Eugênio de Barros (PSD, PTB)
Cunha Machado (UDN, PSP)

Minas Gerais: Milton Campos (UDN, PCB)
Bernardes Filho (PR, PSD)

Mato Grosso: Correia da Costa (UDN)
Bonifácio Nunes (PSD, PTB, PSP, PRP)

Pará: Zacarias Assunção (PSP, PTB, PR, UDN, PCB)

Piauí: Joaquim Parente (UDN, PTB, PCB)
Mendonça Clark (PR, PSD)

Paraíba: José Américo (PL, UDN, PCB)
Rui Carneiro (PSD, PTB)

Pernambuco: Barros Carvalho (PTB, UDN, PSP, PR, PCB)
Apolônio Sales (PSD, PDC, PL)

Paraná: Souza Naves (PTB, PCB)
Munhoz de Melo (PSD)
Paula Soares (UDN, PSP, PR)

Rio de Janeiro: Miguel Couto Filho (PSP, PTB, PSB, PCB)
Amaral Peixoto (PSD)

R.G.do Norte: José Varela (PSD)
Dix Huit Rosado (UDN PR, PDC)
Reginaldo Cavalcanti (PSP)

R.G.do Sul: Guido Mondim (PRP, PTB, PSP, PCB)
Brito Velho (PL, PSD, UDN)
Padre Calazans (UDN)

São Paulo: Frota Moreira (PTB, PSP, PCB)

Sergipe: Heribaldo Vieira (UDN, PSP, PDC, PTB, PCB)
Júlio Leite (PR, PSD)

Santa Catarina: Gomes de Oliveira (PTB)
Celso Ramos (PSD, PRP)
Irineu Bornhausen (UDN, PSP, PDC, PL, PTN)

GOVERNADORES

- Amazonas: Gilberto Mestrinho (PTB, PST, PTN, PCB)
Paulo Nery (UDN, PSD, PSP, PRP)
- Piauí: Chagas Rodrigues (PTB, UDN, PCB)
Gaioso e Almendra (PSD, PR, PTN, PSP)
- Ceará: Virgílio Távora (UDN, PSP, PR, PCB)
J. Parsifal Barroso (PTB, PSD)
- Pernambuco: Feijó Sampaio (UDN, PTB, PSP, PTN, PCB)
Jarbas Maranhão (PSD, PDC, PL e dissidência
do PSB)
- Sergipe: Luiz Garcia (UDN, PCB)
José Rolenberg Leite (PSD, PR, PSB)
- Bahia: José Pereira de Freitas (PSD, PTB, PR, PCB)
Vieira de Melo (PSP, PDC)
Juracy Magalhães (UDN, PL)
- Espírito Santo: Floriano Rubin (PTB, PCB)
Eurico Rezende (UDN)
Carlos Lindemberg (PSD)
- São Paulo: Ademar de Barros (PSP, PTB, PCB)
Carvalho Pinto (UDN, PDC, PSB, PTN, PL, PR)
Auro Moura de Andrade (PRT)
- Goiás: César da Cunha Bastos (UDN, PSP, PTB, PCB)
José Feliciano (PSD, PTN, PRP)
- Rio de Janeiro: Roberto Silveira (PTB, PSP, UDN, PDC, PCB)
Getúlio Moura (PSD)
- R.G.do Sul: Leonel Brizzola (PTB, PRP, PSP, PCB)
Peracchi Barcelos (UDN, PL, PSD)